



Relatório Anual 2015

Novembro 2016



Índice

Índice	4
Siglas	6
Introdução	8
I. Enquadramento Macroeconómico.....	13
Economia Internacional.....	13
Evolução da Actividade Económica	13
Mercados Monetário e Cambial.....	14
Mercado das <i>Commodities</i>	15
Economia Nacional.....	19
Contas Externas e Mercado Cambial.....	19
Contas Fiscais e Endividamento Público.....	23
Actividade Económica e Perspectivas de Crescimento	28
Inflação.....	30
Panorama Monetário e Financeiro	32
II. Sistema Bancário Angolano	43
V. Recursos Humanos	49
VI. Indicadores de Cobertura Bancária	55
Rede Bancária.....	55
Instrumentos e Meios de Pagamento Electrónicos	59
Terminais bancários	59
Cartões de Pagamento Multicaixa	63
Disponibilidade dos Serviços Bancários por Província e Índice de Bancarização	65
VII. Análise Financeira	75
Balanço.....	75
Activo	75
Crédito	77
Títulos e Valores Mobiliários	83

Funding	85
Depósitos	87
Captações para Liquidez.....	90
Demonstração de Resultados.....	91
Rentabilidade	96
Análise do Valor Acrescentado Bruto	97
Análise sobre a Concentração Bancária	99
Indicadores do Sistema Bancário.....	101
Indicadores do Balanço	101
Indicadores de Eficiência.....	103
Síntese de Indicadores do Sistema Bancário	106
VIII. Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	109
IX. Desafios, Perspectivas e Principais Conclusões.....	113
X. ANEXOS.....	119
ANEXO A – Metodologia.....	119
Enquadramento Metodológico	119
Limitações	119
Metodologia de Cálculos e Rácios e Indicadores	121
ANEXO B - Regulamentação relevante para o sector financeiro – 2015	127
ANEXO C – Demonstrações Financeiras e Outros Indicadores	130
Referências.....	145
Índice Remissivo	146
Índice de Quadros	146
Índice de Gráficos, Esquemas e Ilustrações	147

Siglas

ABANC	Associação Angolana de Bancos
APR	Activos Ponderados pelo Risco
BCE	Banco Central Europeu
BNA	Banco Nacional de Angola
BT	Bilhetes do Tesouro
CA	Caixa Automático
CBC/FT	Combate ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
CONTIF	Plano Contabilístico das Instituições Financeiras
DMA	Departamento de Mercado de Activos
DSI	Departamento de Supervisão Bancária
DSP	Departamento do Sistema de Pagamentos
ESAAMLG	Eastern and Southern Africa Anti-Money Laundering Group
EUA	Estados Unidos da América
EUR	Euro
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPR	Fundos Próprios Regulamentares
GAFI	Grupo de Acção Financeira
IASB	International Accounting Standards Board
IF	Instituição Financeira
IFRS	International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade)
IHH	Índice de Herfindahl-Hirschman
INE	Instituto Nacional de Estatística
KZ	Kwanzas
ME	Moeda Estrangeira
MINFIN	Ministério das Finanças
MLP	Médio e Longo Prazo
MN	Moeda Nacional
LUIBOR	Taxa Luanda Interbank Offered Rate
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONU	Organização das Nações Unidas (UN - United Nations)
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OT	Obrigações do Tesouro
p.p.	Pontos Percentuais

PCIF	Plano de Contas das Instituições Financeiras (revogado em 2010 pelo CONTIF)
PIB	Produto Interno Bruto
ROAA	Rendibilidade dos Activos Médios
ROAE	Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios
SPA	Sistema de Pagamentos de Angola
SSIF	Sistema de Supervisão das Instituições Financeiras
STC	Sistema de Transferências a Crédito
TPA	Terminal de Pagamento Automático
TVM	Títulos e Valores Mobiliários
UE	União Europeia
UIF	Unidade de Inteligência Financeira
USD	United States Dollars (Dólares Americanos)
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Introdução

A recolha sistematizada de informação sob a forma de relatórios, publicações de bancos e de outras organizações, com destaque para a produzida pelo Banco Nacional de Angola (BNA), teve o objectivo de não só descrever o sistema bancário como um todo, contribuindo para a base factual das estratégias de política monetária e cambial, mas também evidenciar a qualidade e a comparabilidade da informação financeira divulgada pelos bancos, que faz deste relatório um instrumento de decisão, mas antes disso um meio especialmente eficaz para aferir a fiabilidade e qualidade desses dados.

Das 28 instituições bancárias em plena actividade no país¹ contabilizadas no sistema bancário (Quadro 1) e incluídas neste estudo, 26 são associadas da Associação Angolana de Bancos (ABANC). Para a análise da cobertura bancária, a amostra é constituída por 28 instituições bancárias; para a análise dos recursos humanos, a amostra é constituída por 26 instituições bancárias. Para garantir a comparabilidade no período 2011-2015, por indisponibilidade de dados, o Banco Económico e o Banco BAI Microfinanças não foram incluídos na amostra para a análise financeira, e em todas as instâncias em que se faz uma análise dos indicadores agregados por dimensão.

Sempre que necessário, a informação foi reajustada consoante o grau de desagregação e disponibilidade de dados, sendo que estas ocorrências estão identificadas em nota de rodapé. Os critérios de observação foram uniformizados, para permitir maior comparabilidade temporal dos resultados da exploração da actividade bancária.

O presente relatório tem a seguinte estrutura:

- O Capítulo **Enquadramento Macroeconómico** apresenta o quadro macroeconómico que regeu o período 2011 até o momento em que se elaborou o presente documento (Junho de 2016), fornecendo um foco analítico maior ao período mais recente.
- O sistema financeiro é caracterizado no Capítulo **Sistema Bancário Angolano**, incluindo a evolução do número de instituições bancárias no período em análise.
- Os Capítulos **Recursos Humanos** e **Indicadores de Cobertura Bancária** reportam-se à análise dos recursos humanos e dos indicadores de cobertura bancária.
- O Capítulo **Análise Financeira** incide sobre o desempenho das instituições financeiras bancárias, debruçando-se sobre os principais elementos do Balanço e Demonstrações de Resultados, e ainda o estudo da rentabilidade das instituições financeiras da amostra, terminando com uma análise do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector bancário. Este capítulo inclui ainda os principais indicadores de eficiência e produtividade, contendo também outros indicadores sobre o sector, compilados pelo BNA.
- O Capítulo **Prevenção e combate ao Branqueamento de capitais e Financiamento do Terrorismo** reporta os acontecimentos mais recentes nesta área, seguido pelo

¹ O Ecobank S.A. não foi incluído pois ainda não iniciou a sua actividade.

capítulo **Desafios, Perspectivas e Principais Conclusões**, onde se sumariza as principais conclusões, a nível agregado.

- Este documento termina com um conjunto de anexos no Capítulo **ANEXOS**.

Quadro 1 – Lista de Instituições Financeiras Bancárias em Angola

Sigla	Designação do Banco ²	Natureza da Participação Maioritária ³	Constituição
BPC	Banco de Poupança e Crédito, S.A. ⁴	Banco Público	1976
BCI	Banco de Comércio e Indústria, S.A.	Banco Público	1991
BCGA	Banco Caixa Geral Angola, S.A. ⁵	Banco dominado por Banco Estrangeiro	1993
BFA	Banco de Fomento Angola, S.A. ⁶	Banco dominado por Banco Estrangeiro	1993
BMA	Banco Millennium Angola, S.A. ⁷	Banco dominado por Banco Estrangeiro	1993
BAI	Banco Angolano de Investimentos, S.A. ⁸	Banco Privado Nacional	1996
BCA	Banco Comercial Angolano, S.A.	Banco Privado Nacional	1997
SOL	Banco Sol, S.A.	Banco Privado Nacional	2000
BE	Banco Económico, S.A. ⁹	Banco Privado Nacional	2001
BRK	Banco Regional do Keve, S.A. ¹⁰	Banco Privado Nacional	2003
BMF	Banco BAI Microfinanças, SA.	Banco Privado Nacional	2004
BIC	Banco BIC, S.A.	Banco Privado Nacional	2005
BANC	Banco Angolano de Negócios e Comércio, S.A.	Banco Privado Nacional	2006
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola, S.A.	Banco Público	2006
BNI	Banco de Negócios Internacional, S.A.	Banco Privado Nacional	2006
BPA	Banco Privado Atlântico, S.A.	Banco Privado Nacional	2006
BKI	Banco Kwanza Invest, S.A. ¹¹	Banco Privado Nacional	2007
FNB	Finibanco Angola, S.A.	Banco dominado por Banco Estrangeiro	2007
VTB	Banco VTB – África, S.A.	Banco dominado por Banco Estrangeiro	2007
BCH	Banco Comercial do Huambo, S.A.	Banco Privado Nacional	2009
SBA	Standard Bank de Angola, S.A.	Banco dominado por Banco Estrangeiro	2010
BVB	Banco Valor, S.A.	Banco Privado Nacional	2011
SCBA	Standard Chartered Bank Angola, S.A. ¹²	Banco dominado por Banco Estrangeiro	2013
BIR	Banco de Investimento Rural, S.A. ¹³	Banco Privado Nacional	2013
BPAN	Banco Pungo Andongo, S.A. ¹⁴	Banco Privado Nacional	2013
PRG	Banco Prestígio, S.A. ¹⁵	Banco Privado Nacional	2014

² Segundo a Lei nº 1/04, Lei das Sociedades Comerciais, a abreviatura das Sociedades Anónimas passou de S.A.R.L. a S.A.

³ Ver Metodologia.

⁴ O BPC foi constituído em 1956 como «Banco Comercial de Angola, S.A.R.L.», tendo sido nacionalizado em 1976 como «Banco Popular de Angola, S.A.R.L.». Em 1991 alterou a sua designação para «Banco de Poupança e Crédito, S.A.R.L.».

⁵ O BCGTA abriu como sucursal do Banco Totta & Açores em Angola em 1993, sendo o primeiro banco estrangeiro a operar em Angola após a independência. Em 2002 tornou-se banco de direito local, denominando-se «Banco Totta de Angola, S.A.», que foi alterada em 2009 para «Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.» com a entrada dos accionistas Caixa Geral de Depósitos e Sonangol no capital da instituição. Em 2016 passou a denominar-se Banco Caixa Geral Angola com a saída do Banco Santander Totta da estrutura de accionistas.

⁶ O BFA abriu como sucursal em Angola do Banco de Fomento e Exterior em 1993. Em 2006, transformou-se em banco de direito angolano, passando a denominar-se «Banco de Fomento Angola, S.A.».

⁷ O BMA iniciou actividades como sucursal em Angola do Banco Português do Atlântico em 1993. Em 2006, transformou-se em banco de direito angolano, passando a denominar-se «Banco Millennium Angola, S.A.».

⁸ Em 2011, o BAI alterou a sua designação de «Banco Africano de Investimentos, S.A.» para «Banco Angolano de Investimentos, S.A.».

⁹ Após a intervenção do BNA em 2014, o BESA passou a denominar-se “ Banco Económico, SA” (com a sigla BE), tendo havido alteração da estrutura de accionistas da instituição.

¹⁰ O BRK adoptou em 2007 a abreviatura comercial «Banco Keve».

¹¹ O BKI alterou em 2008 a sua denominação de «Banco Quantum Capital, S.A.» para «Banco Kwanza Invest, S.A.».

¹² O Standard Chartered Bank Angola foi constituído em 2013, tendo iniciado as suas actividades em 2014.

¹³ O Banco de Investimento Rural foi constituído em 2013, tendo iniciado as suas actividades em 2015.

¹⁴ O Banco Pungo Andongo foi constituído em 2013, tendo iniciado as suas actividades em 2014.

¹⁵ O Banco Prestígio foi constituído em 2014, tendo iniciado as suas actividades em 2015.

Relatório Anual

Sigla	Designação do Banco ¹⁶	Natureza da Participação Majoritária ¹⁷	Constituição
YETU	Banco Yetu, S.A. ¹⁸	Banco Privado Nacional	2014
BCS	Credisul – Banco de Crédito do Sul, S.A. ¹⁹	Banco Privado Nacional	2015
ECO	Ecobank de Angola, S.A. ²⁰	Banco dominado por Banco Estrangeiro	-

¹⁶ Segundo a Lei nº 1/04, Lei das Sociedades Comerciais, a abreviatura das Sociedades Anónimas passou de S.A.R.L. a S.A.

¹⁷ Ver Metodologia.

¹⁸ O Banco Yetu foi constituído em 2014, tendo iniciado as suas actividades em 2015.

¹⁹ O Credisul – Banco de Crédito do Sul foi constituído em 2015, tendo iniciado as suas actividades no mesmo ano.

²⁰ O Ecobank de Angola foi constituído em 2014, embora ainda não tenha iniciado as suas actividades.

11 Economia Internacional

11 Evolução da Actividade Económica

12 Mercados Monetário e Cambial

13 Mercado das *Commodities*

17 Economia Nacional

17 Contas Externas e Mercado Cambial

21 Contas Fiscais e Endividamento Público

26 Actividade Económica e Perspectivas de Crescimento

28 Inflação

30 Panorama Monetário e Financeiro

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



I. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

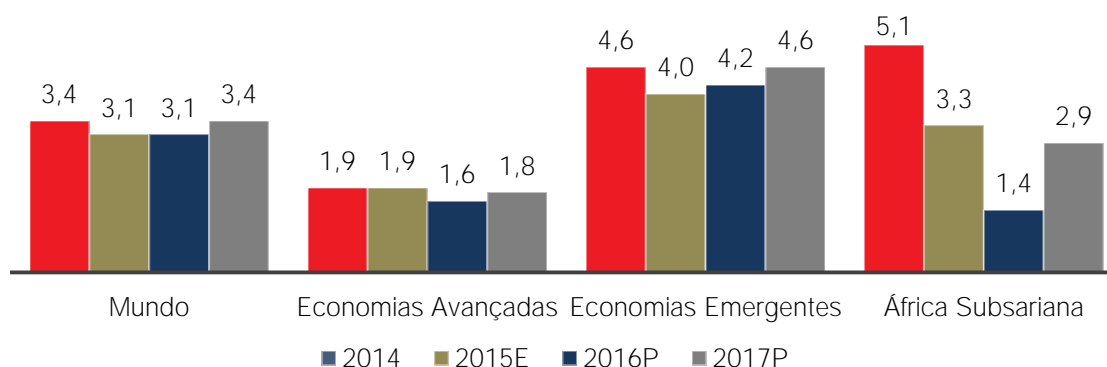
Evolução da Actividade Económica

Incerteza dos mercados sobre as consequências do Brexit e crescimento nos EUA influenciam negativamente as projecções de crescimento para a economia mundial.

No *update* de Outubro do World Economic Outlook (WEO) [1], o Fundo Monetário Internacional (FMI) projecta um crescimento global de 3,1% em 2016 e 3,4% em 2017, o que representa uma certa estabilidade face às previsões do *update* de Julho e às estimativas relativamente ao crescimento em 2015 (3,1%). Estas projecções ficam aquém do previsto nos dois primeiros *update* do ano, reflectindo uma revisão em baixa do crescimento do PIB dos EUA e as consequências negativas do "Brexit" para o Reino Unido. Assim, com estes novos desenvolvimentos, a Instituição considera que a probabilidade de normalizar a política monetária a nível global é menor, dada as pressões descendentes sobre as taxas de juros globais.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento real do PIB

Valores em percentagens



Fonte: FMI, WEO (update), Outubro 2016 [1]

Para as economias avançadas a previsão aponta taxas de crescimento real do PIB de 1,6% em 2016, representando uma revisão em baixa de 0,2 p.p. face ao *update* de Julho [2]. Destaca-se a revisão em baixa das estimativas para a economia norte-americana, com uma projecção de crescimento real do PIB de 1,6% em 2016 (-0,6 p.p. em relação ao *update* de Julho [2]) e 2,2% para 2017.

A Zona Euro deverá apresentar uma taxa de crescimento do PIB de 1,7% em 2016 (+1 p.p.) e de 1,5% em 2017, destacando-se a revisão em alta do crescimento económico da Alemanha (+0,1 p.p. em 2016 e 0,2 p.p. para 2017) e da Itália (+0,1 p.p. para ambos os anos). Por sua vez, para o Reino Unido, o FMI projecta um crescimento de 1,8% em 2016 e 1,1% em

2017, o que mostra uma desaceleração face às estimativas do ano anterior, não obstante a revisão em alta para o ano de 2016. Esta desaceleração explica-se em função da esperada saída do Reino Unido da União Europeia, com impacto potencialmente desfavorável sobre a procura interna. Quanto às perspectivas para o crescimento económico do Japão, o FMI prevê a manutenção do crescimento de 0,5% em 2016 e uma ligeira aceleração para 0,6%.

Já as economias emergentes e em desenvolvimento poderão registar taxas de crescimento económico de 4,2% em 2016 e de 4,6% em 2017, o que sugere uma ligeira retoma da actividade económica deste bloco, dada a evolução comprovada no 1º semestre do ano. Particularizando as economias dos BRIC, o FMI reviu em alta as perspectivas de crescimento da Índia e da Rússia e estabilizou a perspectivas para o Brasil e China.

Na China, a estabilização das previsões económicas dever-se-á à política macroeconómica expansionista, focada nos gastos em infra-estruturas e no incentivo ao crédito, enquanto no Brasil e na Rússia, os dados recentes têm mostrado melhorias face ao cenário de stress recentemente evidenciado nestas economias. Já a revisão em alta para as previsões da economia indiana, que em 2016 poderá crescer 7,6% (+0,1 p.p. face ao *update de Julho* [2]), deve-se à melhoria dos termos de troca, à eficácia da política económica e aos fortes amortecedores externos que esta economia apresenta.

Por fim, para as economias da África Subsaariana, as previsões de Outubro de 2016 [2] do FMI apontam para uma revisão em baixa do crescimento anual em 2016 (1,4%) comparativamente com as perspectivas do *update* do *WEO* de Julho de 2016 [2] (1,6%). A redução das receitas das exportações de *commodities*, os problemas ligados à produção de energia, a redução da confiança dos investidores e a seca em algumas partes da região estão a penalizar o crescimento do bloco neste ano, adiando a recuperação das economias para 2017, ano em que é esperada uma aceleração do crescimento para 2,9%.

Mercados Monetário e Cambial

Arrefecimento das expectativas sobre aumento da taxa de juros pela Fed e especulação com o referendo do Brexit influenciam mercados monetário e cambial.

No primeiro semestre de 2016, o mercado cambial ficou marcado pela apreciação acumulada do dólar norte-americano face à Libra em 11,08% devido, sobretudo, à especulação e confirmação da saída do Reino Unido da União Europeia. Na comparação a outras moedas, o Dólar registou uma depreciação acumulada de 1,75% em relação ao Euro e 14,55% em relação ao Iene, devido aos anúncios efectuados pela presidência da *Fed*, ao longo do semestre, de que as taxas de juros norte-americanas deveriam subir com prudência e de forma gradual, afastando a iminência de uma subida das taxas de juros. No semestre em análise, o Dólar também depreciou face a determinadas moedas das economias emergentes. A depreciação acumulada do Dólar face ao Rublo foi de 12,26%, enquanto face ao Real foi de 19,44%.

Para além de a *Fed* ter mantido as taxas de juro dos *Fed Funds* e arrefecido as expectativas quanto aos *timings* em que se irá aumentar as mesmas, os bancos centrais de outras economias avançadas continuaram a sua conduta de forma a proporcionar condições monetárias acomodaticias. Depois de, em Março, ter reduzido a taxa de juro de referência em 0,05 p.p. para os 0% e procedido ao reforço dos estímulos monetários, o BCE tem deixado em aberto a possibilidade de reforçar os estímulos à economia.

Por seu turno, o Banco do Japão (BoJ), preocupado com as constantes apreciações do lene, poderá intervir, tendo mesmo já anunciado novos pacotes de estímulos para impedir a valorização da moeda, depois de ter introduzido em Janeiro, um programa de *quantitative easing* cuja operacionalidade é baseada em taxas de juros diferenciadas e negativas para as reservas dos bancos, na condução das operações de mercado aberto de modo a aumentar a base monetária e no aumento das compras de obrigações do governo japonês.

Quanto à política monetária, refira-se que a vitória do *Brexit* no referendo de 23 de Junho levou a que o Banco de Inglaterra garantisse, juntamente com outras autoridades, a estabilidade monetária e financeira do Reino Unido, intervindo no mercado monetário interno com uma injeção de liquidez extraordinária de GBP 250 mil milhões.

Relativamente à inflação, em particular a evolução da inflação homóloga dos principais parceiros comerciais de Angola no primeiro semestre do ano, verificou-se um ligeiro abrandamento do crescimento dos preços no Brasil (de 10,67% em Dezembro para 8,84% em Junho deste ano), a persistência do cenário de baixa inflação na Zona Euro (de 0,2% em Dezembro para 0,1% em Junho) e, por fim, a recuperação da inflação na China (de 1,4% para 1,9%), nos EUA (de 0,01% para 1%) e um aumento mais acentuado na África do Sul (de 4,70% para 6,3%).

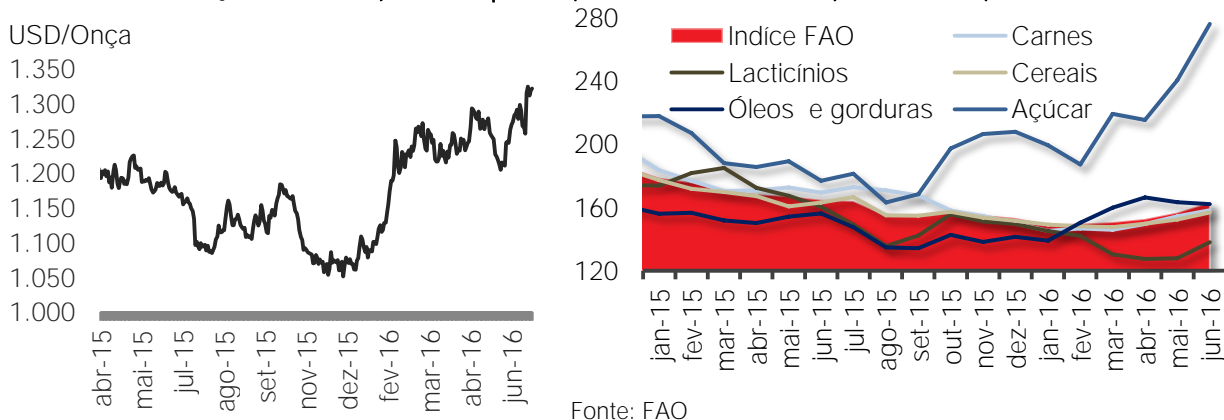
Mercado das *Commodities*

Os preços das commodities evoluíram, na sua generalidade, de forma ascendente ao longo do semestre, sendo de realçar a valorização das commodities energéticas e dos metais preciosos.

A valorização dos metais preciosos deve-se aos anúncios de redução da produção por parte de grandes empresas do sector e à intenção do governo chinês em reduzir a capacidade instalada de produção de alguns minérios. Adicionalmente, no princípio do ano, a expectativa de gastos adicionais em infra-estruturas na China aliviou algumas preocupações sobre a procura futura por metais de base, fornecendo o suporte necessário para o crescimento dos preços. Recorde-se igualmente que o período pós-*Brexit* foi favorável aos preços dos metais preciosos, sendo activos de refúgio para as incertezas verificadas nos mercados com a saída do Reino Unido da União Europeia. Neste âmbito, o ouro foi um dos destaques, tendo apreciado cerca de 25% face a Dezembro (+13% em termos homólogos).

A trajectória da cotação das *commodities* agrícolas seguiu o mesmo sentido, mas de forma mais modesta, com o índice da FAO a aumentar 6,52% face a Dezembro (queda homóloga de 0,96%). Uma excepção está nos preços dos lacticínios, que caíram 7,74% face a Dezembro (14,09% em termos homólogos), reflectindo principalmente a abundância de oferta proveniente tanto da União Europeia (UE) como da Nova Zelândia. O preço do açúcar destaca-se pela positiva ao valorizar quase 33% ao longo do semestre (+56% em termos homólogos).

Gráfico 2 - Preço do Ouro (lado esquerdo) e Índices da FAO (lado direito)



Fonte: FAO

Fonte: Bloomberg

Quanto ao mercado petrolífero, de acordo com o relatório de Julho da OPEP, a média de produção diária de petróleo no primeiro semestre de 2016 atingiu os 95,0 milhões de barris por dia (bbl/d) para satisfazer uma procura na ordem de 93,2 milhões de bbl/d. Esta oferta excessiva contribuiu para a acumulação de *stock* equivalente a 1,8 milhões de bbl/d, o que poderia contribuir para pressionar o preço no sentido descendente. Contudo, e não obstante o excesso de oferta efectiva e potencial sobre a procura, assim como o elevado nível de *stock* existente, o preço desta *commodity* registou aumentos significativos no primeiro semestre desde o patamar mínimo atingido em Janeiro, reflectindo uma combinação de diversos factores.

Quadro 2 - Mercado Petrolífero

Média de milhões de barris por dia

	2013	2014	2015		2016
	Anual	Anual	I Sem.	Anual	I Sem.
Países da OCDE	46,1	45,7	45,9	46,2	46,2
Países Fora da OCDE	44,2	45,7	46,1	46,8	47,1
Procura Global	90,3	91,4	92,0	93,0	93,2
Países da OPEP	30,2	30,8	31,5	31,8	32,5
Países Fora da OPEP	54,3	55,6	57,0	57,1	59,4
OPEP Gás Natural	5,6	6,0	6,0	6,1	6,3
Oferta Global	90,2	92,4	94,5	95,1	95,0
Excesso de Oferta	-0,1	1,0	2,5	2,1	1,8

Fonte: Relatórios Mensais da OPEP

A título de exemplo, criou-se um sentimento mais positivo no mercado, na sequência da divulgação de dados que confirmam as expectativas de redução da produção nos EUA. Adicionalmente, a redução da produção em algumas regiões, associada ao corte de investimentos das empresas do sector, interrupções não planeadas na produção no Iraque e Nigéria e o menor pessimismo quanto à evolução da economia chinesa também contribuíram para o movimento ascendente, embora com oscilações, do preço do petróleo no primeiro semestre do ano.

Gráfico 3 - Preços do petróleo

USD/barril



Fonte: Bloomberg

Assim, no final de Junho de 2016, o preço do petróleo *Brent*, negociado em Londres, registou uma valorização na ordem dos 33% face a Dezembro (queda de 22% em termos homólogos), negociando a USD 49,68 por barril. Acredita-se, então, que o *Brent* terá atingido o patamar mínimo em Janeiro ao cotar nos USD 27,9 por barril devendo, durante o restante ano de 2016, apresentar alguma recuperação, tendo já atingido os USD 52,51 por barril a 8 de

Junho. Quanto ao preço do WTI, negociado em Nova Iorque, valorizou 32% face ao registado no final de 2015 (queda de 19% em termos homólogos).

Assim, apesar do preço do petróleo continuar bastante longe dos USD 100 por barril, a expressiva valorização que alcançou desde os mínimos de Janeiro tem levado a que a maioria dos analistas tivesse assumido que esta tendência transmite sinais crescentes de reequilíbrio do mercado.

Porém, é conveniente observar com prudência este cenário que tem, sobretudo, intrínseco o lado da oferta, onde a produção mundial tem vindo a diminuir devido ao desinvestimento na produção petrolífera e adiamento de novos projectos de exploração. Com a subida de preços a permitir o desenvolvimento de alguns projectos outrora não viáveis e não existindo nenhum acordo entre os países produtores de petróleo para limitar a produção, existe o risco de ser retomado um cenário menos favorável para o preço do crude.

Economia Nacional

Contas Externas e Mercado Cambial

Gestão rigorosa das reservas de divisas pelo BNA influencia superavit da conta de bens e permite a cobertura de 8 meses de importações.

No primeiro semestre do ano, o saldo acumulado da Conta de Bens foi superavitário e apresentou uma melhoria de 13,5% face ao semestre homólogo. Esta *performance* é justificada pelo facto de a redução acumulada das importações (54,9%) ter sido de maior magnitude face à redução das exportações (32,7%).

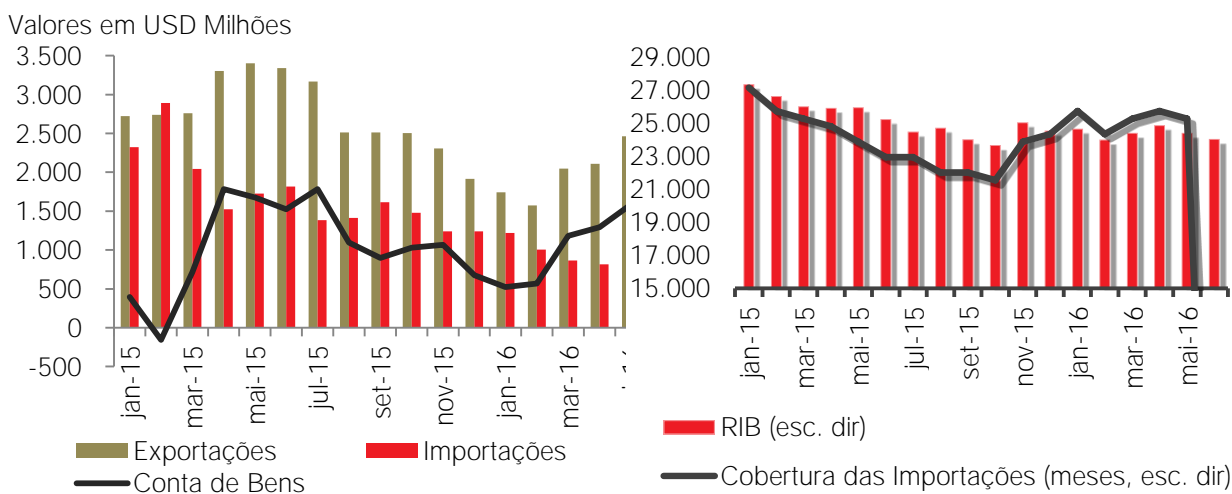
A queda das exportações, não obstante ser generalizada à maioria dos sectores exportadores, é explicada sobretudo pela redução das exportações petrolíferas, particularmente pela queda superior a 30% do preço médio das ramas angolanas no semestre face ao período homólogo, uma vez que a quantidade exportada aumentou 13%.

A queda das importações é justificada com a gestão rigorosa das reservas internacionais levada a cabo pelo BNA. Não obstante a pressão existente para acesso a divisas por parte dos agentes económicos, a oferta de divisas à economia tem sido cada vez menor e, em consequência disso, nota-se uma redução das disponibilidades para liquidação das importações.

Assim, o valor das reservas internacionais brutas no final de Junho situou-se nos USD 24.044 milhões (redução homóloga de em cerca de 5%), o que poderá corresponder a um rácio de cobertura equivalente a 8 meses de importações de bens e serviços. Esta cobertura sugere uma posição confortável neste indicador, tendo em consideração a meta de convergência da SADC que aponta para um mínimo de 6 meses.

Importa ressaltar que, em termos estatísticos, esta cobertura de 8 meses de importações fornece uma indicação demasiado optimista sobre a solvabilidade externa do País. De facto, o menor influxo de receitas de exportação provocou uma redução das reservas brutas, sendo o maior rácio de cobertura de meses de importações consequência da queda forçada que se estima ocorrer nas importações de bens e de serviços, associada à menor disponibilidade de divisas no mercado primário.

Gráfico 4 - Evolução da Conta de Bens (lado esquerdo) e das Reservas Internacionais (lado direito)



Fonte: BNA; Relatório de Fundamentação OGE 2016 [3]

Fonte: BNA; Relatório de Fundamentação OGE 2016 Revisto [4]

Menor abastecimento de divisas na economia pressiona a taxa de câmbio no mercado primário e faz disparar a taxa de câmbio do mercado informal.

Dada a conjuntura que levou à menor entrada de divisas no País, o BNA efectuou uma gestão mais prudente e direccionada das divisas no mercado cambial, começando logo no início de 2015 a atribuir um maior peso às vendas directas nas suas intervenções no mercado de forma a canalizar as divisas que pode disponibilizar ao mercado para algumas finalidades que considera fundamentais ao normal funcionamento da economia, em detrimento de outras.

Assim, no ano de 2015, o Banco Nacional de Angola (BNA) vendeu divisas num montante de USD 16.899,40 milhões aos bancos comerciais, sendo 57,9% dessas vendas sob a forma de vendas directas segmentadas para sectores prioritários. Este montante compara com os USD 19.174,51 milhões vendidos pelo BNA no ano anterior, o que corresponde a um decréscimo de 11,9%. Por sua vez, os Clientes venderam USD 2.669,18 milhões aos bancos, contra os USD 15.292,27 milhões efectuadas em 2014, representando uma diminuição de 82,5%²¹.

Este menor abastecimento de divisas na economia pressionou fortemente a taxa de câmbio e assim o BNA utilizou a taxa de câmbio como o principal instrumento de ajustamento, ao permitir uma desvalorização significativa durante o ano de 2015. Num momento inicial do ano, a depreciação da moeda nacional ocorreu de forma gradual. Porém, o BNA proporcionou dois choques no mercado cambial ao desvalorizar a taxa de câmbio de forma mais abrupta. A

²¹ O Aviso nº7/2014, de 8 de Outubro, estipula que as petrolíferas deixem de vender divisas aos bancos, passando a vender directamente ao BNA, privando assim os bancos de uma fonte importantíssima de abastecimento de divisas.

5 de Junho de 2015, o Kwanza sofreu uma depreciação de 6,0%, que foi acompanhada por um aumento da venda de divisas nessa semana, o que permitiu, na altura, reduzir não só as necessidades pendentes de divisas como também o diferencial no mercado informal²². Contudo esta melhoria foi de curta duração e, em Setembro, especificamente nos dias 10 e 11, ocorreu uma nova desvalorização cambial de 6,9%, sem que tivesse havido impacto sobre as reservas, uma vez que esta desvalorização não foi acompanhada por um aumento da venda de divisas.

Complementarmente, importa referir que para além da conduta do BNA no mercado cambial, também foram introduzidas um conjunto de medidas administrativas de forma a regular, quer directa quer indirectamente, a dinâmica envolvente ao mercado²³.

Já nos primeiros seis meses de 2016, os bancos comerciais compraram divisas no mercado primário e aos seus clientes no valor de USD 4.784 milhões, o que corresponde a uma diminuição em cerca de 46% face ao montante comprado no mesmo período do ano anterior (USD 10.328 milhões). Destes, USD 3.777 milhões foram adquiridos ao BNA, sendo 60% sob a forma de vendas directas e o restante adquirido através do sistema de leilões.

Refira-se que o peso das vendas directas sobre as vendas totais tem sido cada vez maior. Nos primeiros três meses do ano apenas 20% das vendas de divisas ocorreram sob a forma de vendas directas, enquanto nos 3 meses seguintes essa percentagem sobe para 95%. Ao longo do ano anterior, 57,9% das vendas de divisas do BNA ocorreram sob a forma de vendas directas segmentadas para sectores prioritários. Já no mercado cambial interbancário, foram transaccionados, no ano em curso, cerca de USD 3 milhões, o que representa perto de metade do montante transaccionado em igual período do ano anterior. Se estendermos a comparação para o primeiro semestre de 2014, tem-se uma ideia mais clara da perda de dinâmica das transacções cambiais entre bancos, onde o volume transaccionado nesse período correspondia a USD 479 milhões.

Este menor fornecimento de divisas à economia ampliou o desequilíbrio já existente entre a procura e oferta de divisas, que culminou num aumento significativo da pressão cambial nos vários mercados. Uma das mais notórias consequências da escassez de divisas tem sido o alargamento dos prazos dos pagamentos ao exterior, de operações financeiras e comerciais, cuja execução se encontra dependente da disponibilização de divisas pelo BNA.

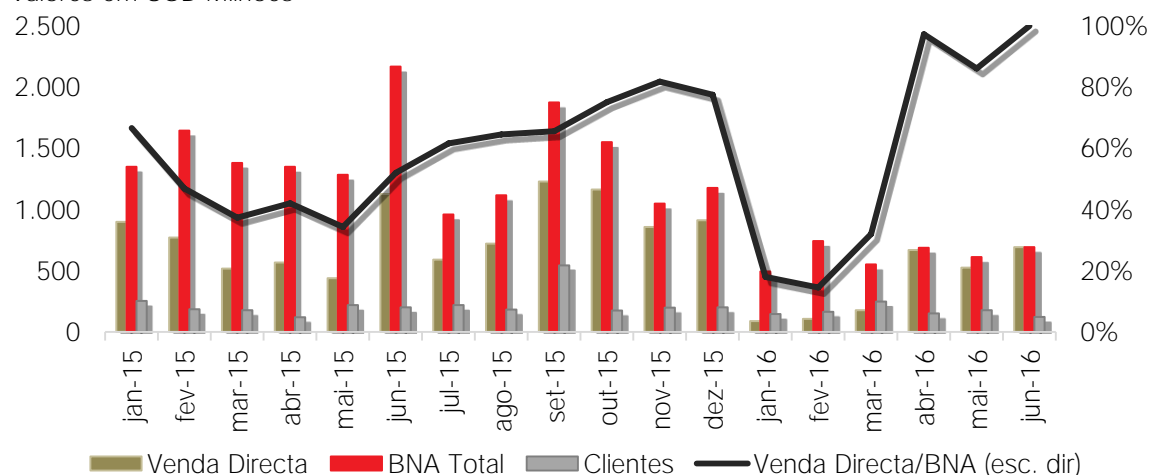
É, assim, importante relacionar esta acumulação de operações pendentes de liquidação com a evolução das importações, cujas consequências estão implícitas nas variáveis reais da economia, tal como a redução da actividade de alguns sectores da economia, bem como do consumo privado e nas fortes subidas dos preços dos bens de consumo, devido à escassez da oferta dos mesmos no mercado.

²² Na semana da desvalorização ocorrida em 5 de Junho, o BNA procedeu em paralelo a um incremento de 72,7% da venda de divisas face ao montante vendido na semana anterior, através de USD 836 milhões de venda directa e USD 100 milhões em leilão.

²³ Para maior detalhe sobre o conjunto de avisos e instrutivos relacionados com a área monetária e cambial utilizados durante o ano ver o Quadro 4.

Gráfico 5 - Venda de Divisas

Valores em USD Milhões



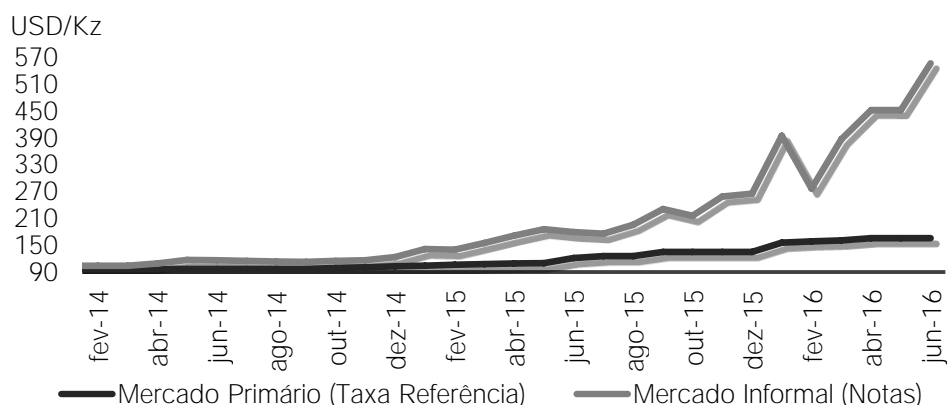
Fonte: BNA

De forma a atenuar a pressão existente no mercado cambial, o BNA tem utilizado a taxa de câmbio como instrumento de ajustamento, ao permitir que esta continue a tendência de desvalorização já observada em 2015. Assim, no primeiro semestre, o Kwana desvalorizou face ao Dólar no mercado primário em 23%, ao passar de 135,3 USD/Kz em Dezembro de 2015 para 165,89 USD/Kz em Abril de 2016, mês a partir do qual e até ao final de Junho a taxa de câmbio se manteve inalterada. De referir que grande parte desta desvalorização ocorreu logo no início do ano, com uma correcção de 15% na taxa de câmbio USD/Kz, à qual se seguiu uma desvalorização mais gradual. Em termos homólogos, no final de Junho, a moeda nacional registava uma desvalorização no mercado primário em cerca de 37%²⁴.

Adicionalmente, a gestão das reservas efectuada pelo BNA redireccionou uma parte da procura não satisfeita para o mercado informal, levando a que a percepção da perda de valor da moeda nacional tivesse uma dimensão ainda maior. A taxa de câmbio média no mercado informal passou de 265 USD/Kz no final de 2015 para 555 USD/Kz no fim de Junho, ou seja, uma depreciação de 110% e representando um *spread* de cerca de 235% face ao mercado primário. Em termos homólogos, o Kwana desvalorizou perto de 210% no mercado informal.

²⁴ As variações da taxa de câmbio são apresentadas consoante o valor da taxa de câmbio no final do período. Desta forma difere com as variações apresentadas no OGE Revisto de 2016, onde se utiliza a taxa de câmbio média do período.

Gráfico 6 - Taxas de Câmbio Nominais



Fonte: BNA

Contas Fiscais e Endividamento Público

Corte nas despesas por parte do Tesouro permite um saldo superavitário nas contas públicas.

Os primeiros seis meses do ano ficaram marcados por um exercício fiscal bastante restritivo e controlado, devido aos baixos preços a que se realizaram as exportações de petróleo durante o período. Segundo dados preliminares apresentados no Relatório de Fundamentação do OGE Revisto 2016, no referido período exportaram-se 309 milhões de barris a um preço médio de 37,50 USD/bbl. Em meados de Janeiro, o preço do barril de petróleo chegou mesmo a rondar os 28 USD/bbl, condicionando amplamente o exercício orçamental, tendo obrigado a travar despesas de investimento, consideradas fundamentais para desenvolvimento da economia, acabando também por determinar a necessidade de se recorrer com maior intensidade à emissão de dívida interna titulada para cumprimento das suas obrigações mais prementes.

Neste período apuraram-se receitas fiscais no montante total de Kz 1.358,1 mil milhões, dos quais Kz 578,8 mil milhões respeitantes a receitas petrolíferas e Kz 645,9 mil milhões a receitas não petrolíferas. Assim, a execução das receitas petrolíferas e não petrolíferas ficaram abaixo do previsto no OGE inicial, o que se explica pela incapacidade da Concessionária para colectar impostos, bem como pela retracção da actividade relacionada com os sectores não petrolíferos, esta devida à menor disponibilidade de divisas para efectuar importações quer de insumos produtivos, quer de bens e serviços finais para consumo.

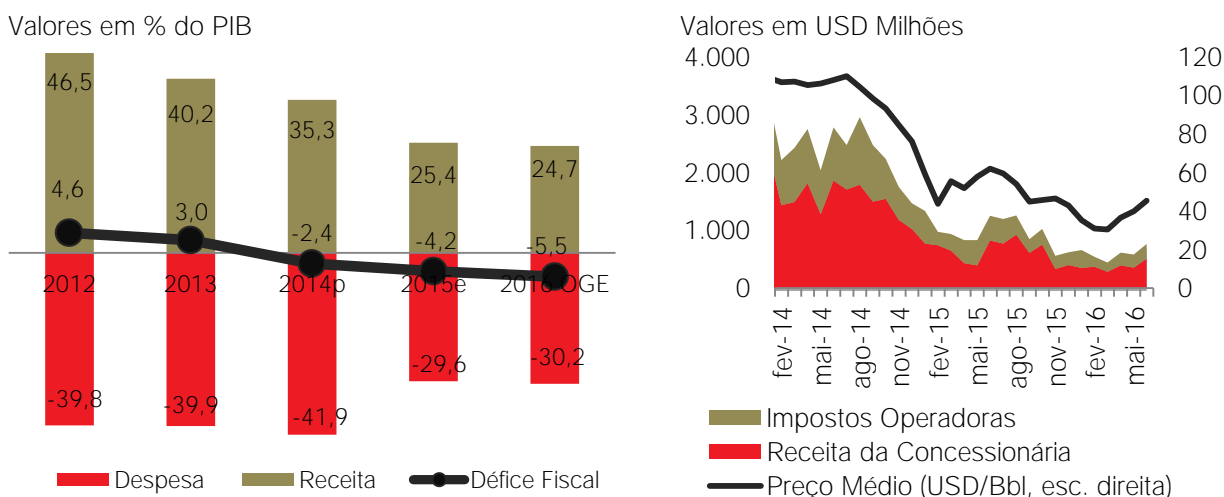
Refira-se que as receitas petrolíferas arrecadadas pelo Estado, quando analisadas em USD, ascenderam a USD 3.613 milhões, o que corresponde a uma queda de 41% em termos homólogos. Destas receitas, USD 1.032 milhões são receitas de Impostos sobre Rendimento do Petróleo (IRP), USD 324 milhões corresponde Impostos sobre a Produção de Petróleo (IPP), enquanto a receita da Concessionária foi de USD 2.257 milhões²⁵. Para além dos baixos

²⁵ MINFIN- "Exportações e Receitas de Exportações de Petróleo".

preços do petróleo também o agravamento do *cost oil* das companhias petrolíferas reduziu o lucro das mesmas, influenciando a potencial receita da Concessionária e as receitas dos impostos petrolíferos. Assim as receitas petrolíferas foram, praticamente, absorvidas com os gastos em serviço de dívida.

As despesas, por seu lado, sofreram um forte reajustamento devido à menor acumulação de receitas, tendo-se ficado pelos Kz 1.239,6 Mil Milhões, dos quais Kz 1.189,5 mil milhões respeitantes a despesas correntes e apenas Kz 50 mil milhões destinados a despesas de capital. Assim, o saldo orçamental (óptica de compromisso) foi superavitário em Kz 118,6 Milhões, não por força de um desempenho positivo em termos de arrecadação de receitas, mas maioritariamente devido ao grande esforço de acomodação de despesas que o Estado levou a cabo. Ficaram também por liquidar Restos a pagar no valor de Kz 51,8 Milhões, relacionados com utilização de bens e serviços, prestações sociais e despesas de capital, o que perfaz um saldo orçamental (óptica de caixa) superavitário de Kz 170,4 Milhões.

Gráfico 7 - Evolução da Receita, Despesa e Défice Fiscal (lado esquerdo) e das Receitas Fiscais Petrolíferas (lado direito)



Fonte: MINFIN

Assim, a execução dos impostos e receitas petrolíferas abaixo do previsto no OGE tem levado o Tesouro a recorrer à emissão de dívida interna titulada para colmatar necessidades de tesouraria, num total de Kz 1.195 mil milhões, dos quais 69% em Bilhetes do Tesouro (BT) e 31% em Obrigações do Tesouro (OT). Tendo em conta os resgates de títulos de Kz 720 mil milhões (20% dos quais foram de OT), o *stock* de dívida titulada situou-se nos Kz 3.394 mil milhões em Junho de 2016 (80% dos quais em OT).

As taxas de juros dos títulos com maturidades inferiores a um ano (BT) mais que duplicaram face ao período homólogo. As taxas dos BT a 91, 182 e 364 dias situaram-se, em Junho de 2016, em 14,24%, 16,89% e nos 18,38%, respectivamente, o que representa

aumentos entre os 9,8 p.p. e os 11,4 p.p. face ao mesmo período do ano anterior, e entre 0,3 p.p. e 5,8 p.p. face a Dezembro de 2015. É notória a necessidade de financiamento, quer de curto como de longo prazo, por parte do Estado, já que as emissões de BT no semestre aumentaram 98,1% em termos homólogos (+202,2% face ao semestre passado), e as emissões de títulos (OT) com maturidades acima de 1 ano aumentaram 102,3% (205,3% face ao semestre passado).

O OGE para 2016 foi revisto de forma a acomodar pressupostos mais realistas e conservadores tendo em conta a evolução da economia nacional ao longo do ano de 2016.

O OGE inicial para 2016 foi estabelecido tendo por base alguns pressupostos que deixaram de ser consistentes, tendo em conta a conjuntura actual. Assim, o OGE revisto para 2016 alterou o cenário económico e pressupostos subjacentes ao mesmo. Entre os pressupostos mais relevantes, estão o preço do petróleo, que passa de 45 USD/barril para 40,9 USD/barril, uma taxa de inflação que passa de 11% para 38,5% e uma taxa de câmbio que, apesar de não ser divulgada a revisão deste pressuposto no relatório de fundamentação, deduz-se que seja mais depreciada do que a considerada no OGE inicial.

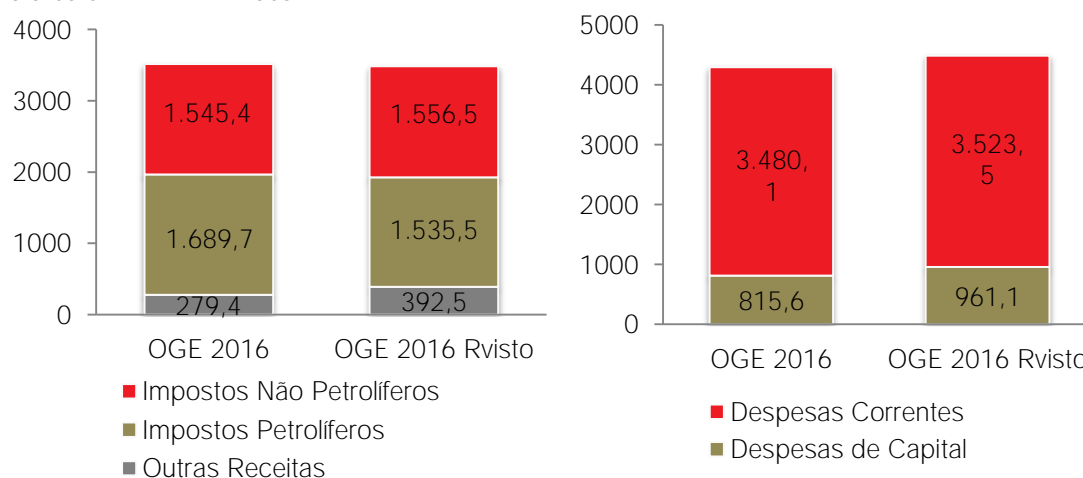
Comparativamente ao OGE inicial, do lado das receitas, a revisão do OGE prevê uma redução, quando convertidas em MN, de 9,1% das receitas petrolíferas, situando-se nos 9,1% do PIB (11,9% no OGE inicial). Já a previsão para a arrecadação de impostos associados ao sector não petrolífero, não obstante a revisão em alta em termos nominais, corresponderá a 9,2% do PIB, menos 1.7 p.p. face ao OGE inicial.

Do lado das despesas, prevê-se uma diminuição do peso das despesas correntes em percentagem do PIB (de 24,5% do PIB no OGE inicial para 20,9% do PIB no revisto), compensada com o aumento do peso das despesas de capital (5,7% do PIB em ambas as versões OGE, sendo que no OGE revisto existe um aumento no valor nominal destas despesas de 17,8%). Em termos de composição das despesas por função, destaca-se o enfoque do OGE às despesas com o sector económico, com um incremento de 35,5%, ao passarem de Kz 630,5 mil milhões do OGE inicial para Kz 854,4 mil milhões do OGE revisto.

Assim, com receitas fiscais previstas de Kz 3.486,6 mil milhões e despesas fiscais de Kz 4.484,6 mil milhões, o OGE revisto aponta para um *deficit* fiscal de Kz 1.000 mil milhões, equivalente a 5,9% do PIB, superior em 0,4 p.p. face ao OGE inicial. O financiamento deste *deficit* será, em termos líquidos, maioritariamente coberto por financiamento externo. Apesar de ser revisto em baixa, o financiamento externo líquido, pela não consideração do equivalente a Kz 533,9 mil milhões de linha de crédito, prevê-se desembolsos externos no valor de Kz 1.384,2 mil milhões. Quanto aos desembolsos internos, destaca-se a revisão em alta da emissão de OT para cerca Kz 2.089,4 mil milhões, cerca do dobro (101%) do orçamentado inicial. Porém, também as amortizações destes títulos foram revistas em alta, em 213%, para Kz 1.198 mil milhões.

Gráfico 8 - Evolução das Receitas OGE 2016 vs OGE 2016 Rev. (lado esquerdo) e Evolução das Despesas OGE 2016 vs OGE 2016 Ver. (lado direito)

Valores em Kz Mil Milhões



Fonte: Relatório de Fundamentação OGE 2016 Revisto [4]

Conjuntura económica gera perspectivas negativas quanto à evolução da Dívida Pública.

Tendo em conta a evolução esperada para a dívida pública e aos vários factores que condicionam a evolução da economia angolana, as agências de *rating* internacionais decidiram, todas elas, rever as suas atribuições de *rating* e/ou de *Outlook* ao longo do semestre:

- a Fitch manteve o *rating* da dívida de Angola em “B+”, embora tenha alterado o *Outlook* de estável para negativo, devido à combinação de uma forte dependência do país face às receitas petrolíferas e da deterioração dos preços da *commodity* nos mercados financeiros internacionais;
- a Standard & Poor’s decidiu baixar em um nível o *rating* de longo-prazo da dívida angolana para “B” devido à revisão em baixa dos preços do Brent; por outro lado, a agência manteve o *outlook* estável, devido à perspectiva da agência de que as necessidades de financiamento externo de Angola possam diminuir, em linha com a expectativa de redução gradual do défice da balança corrente;
- a Moody’s reviu em baixa o *rating* de Angola em dois níveis de “Ba2” para “B1”, tendo atribuído um *outlook* negativo à nota de *rating*, apresentando motivos semelhantes às duas outras agências, isto é, a dependência da economia angolana em relação ao petróleo e a consequente deterioração da conta corrente e das finanças públicas ao longo dos dois últimos anos.

A conjuntura actual levou o País a anunciar um pedido de assistência técnica ao FMI, sem inclusão de desembolsos financeiros.

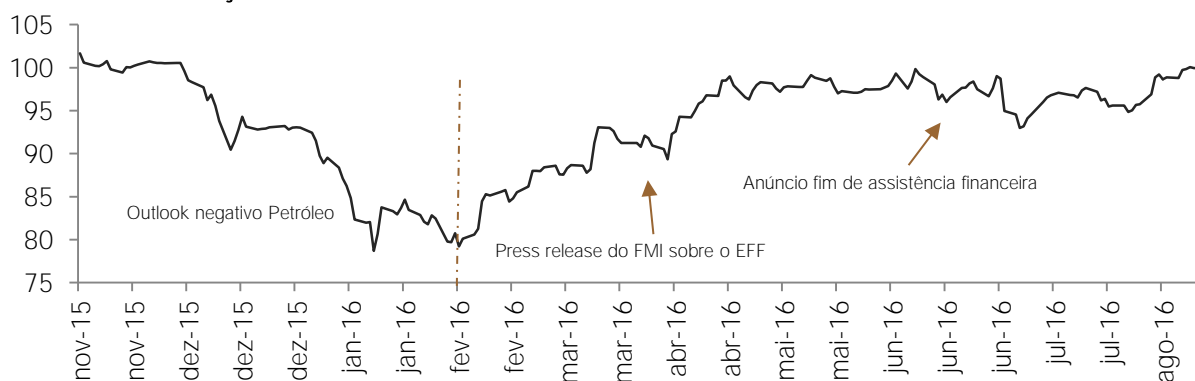
Em Abril de 2016, o País apresentou um pedido para beneficiar de um programa de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional. Este pedido, que ao início foi admitido que pudesse envolver um apoio financeiro sob a modalidade de *Extended Fund Facility* (EFF), foi feito num momento em que o Executivo via como imprescindível estabelecer novas bases de sustentação da economia, para além do sector petrolífero.

À semelhança do sucedido com o acordo *Stand-By* no final de 2009, as grandes justificações para este pedido de assistência ao FMI passam por: (i) abrandamento da economia; (ii) forte dependência das importações aliada à fraca produção nacional para satisfazer a procura; (iii) queda do preço do petróleo que gerou uma escassez de divisas e aumento da volatilidade do câmbio; (iv) défices na balança de pagamentos e orçamental; e (v) escalada da inflação nos últimos meses, ao mesmo tempo que o Estado recorre cada vez mais à emissão de dívida titulada para fazer face às suas despesas correntes.

Ao analisar a evolução das yields das *eurobonds* emitidas pelo Governo em Novembro do ano passado, é facilmente observável que no momento em que foi comunicado o pedido de assistência ao FMI houve um impacto significativo na procura de títulos e consequentemente no seu preço. Refira-se, que este acontecimento forneceu um impulso à subida do preço dos títulos, o qual já estava a ocorrer desde que as perspectivas do preço do petróleo melhoraram.

Porém, no fim de Junho, foi anunciado que este pedido de apoio ao FMI se resumia a assistência técnica, a desenvolver mais para o final do ano. A consequência imediata nas obrigações internacionais do País, foi de maior oferta destes títulos fazendo com que tivesse um impacto negativo no preço na semana seguinte ao anúncio. Porém, esta tendência negativa foi de curta duração o que se justifica com as perspectivas positivas existentes sobre a evolução no mercado petrolífero e, assim, os últimos dados disponíveis indicam a negociação destes títulos perto do preço de emissão.

Gráfico 9 - Cotação Eurobond com maturidade 2025



Fonte: Bloomberg

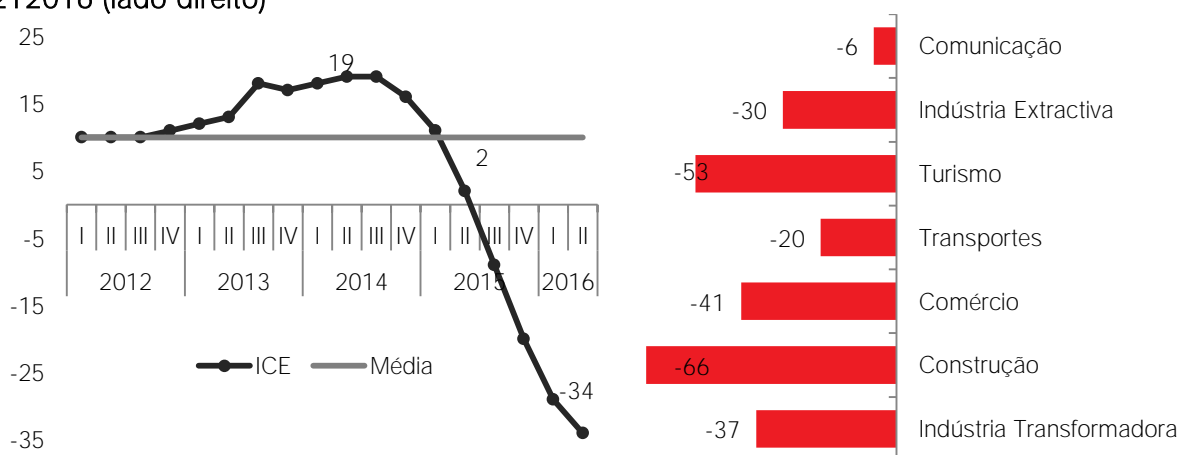
Actividade Económica e Perspectivas de Crescimento

Empresários pessimistas quanto à actividade económica actual e perspectivas de evolução.

O indicador de clima económico (ICE), publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tem seguido uma tendência decrescente, iniciada no quarto trimestre de 2014. Os últimos dados publicados pelo INE sobre o ICE fornecem um mínimo histórico do indicador para o I trimestre de 2016 relativamente à amostra utilizada pela instituição (2008 - I trimestre de 2016). Este mínimo histórico é transversal à maioria dos sectores de actividade económica constituintes do ICE geral, sendo excepções o sector da construção, sector do turismo e indústria extractiva.

De facto, existe um pessimismo generalizado relacionado quer com o nível de actividade actual, quer com as perspectivas de actividade nos sectores e para o mercado de trabalho. Refira-se que todos os sectores têm saldos de respostas negativas na construção do indicador a nível sectorial.

Gráfico 10 - Indicador de Clima Económico (lado esquerdo) e Indicador de Confiança - 2T2016 (lado direito)



Fonte: INE

Ao detalhar a segmentação do ICE, o sector da construção é o que se apresenta mais pessimista, apesar de ter melhorado a confiança, face ao último trimestre de 2015 (mínimo histórico), nomeadamente na avaliação quer do lado da produção actual como das perspectivas futuras de produção e emprego. No entanto, em termos homólogos ainda se regista uma queda (apesar de ligeira), com os empresários do sector a destacarem o aumento de constrangimentos que o sector enfrenta tal como a insuficiência da procura por novas obras e as dificuldades na obtenção de créditos bancários.

Quanto à indústria transformadora e turismo, estes sectores foram os que reportaram maiores constrangimentos no período em análise quando comparado com igual período de 2015. Na indústria transformadora foram apontados como principais obstáculos as

dificuldades financeiras e a falta de matérias-primas, água, energia e frequentes avarias mecânicas. A redução das variáveis de produção actual, bem como as perspectivas relativamente à produção futura e emprego degradaram-se significativamente, levando o indicador de confiança deste sector a apresentar um resultado ainda mais negativo. No Turismo, para além das dificuldades financeiras, a insuficiência da procura foram os principais obstáculos no sector. Adicionalmente, a insuficiência da capacidade de oferta e as dificuldades em encontrar recursos humanos qualificados também limitaram a actividade do sector.

De referir que as dificuldades financeiras, o enfraquecimento da procura, as rupturas de *stock* e matérias-primas, o excesso de burocracia e de regulamentação e a falta de pessoal qualificado são limitações frequentemente identificadas na generalidade dos sectores subjacente ao cálculo do ICE geral.

OGE revê em baixa o crescimento económico, projectando um crescimento modesto do sector petrolífero e um crescimento robusto do sector agrícola.

No que respeita às perspectivas de crescimento, o OGE inicial para 2016 apontava para um crescimento real da economia de 3,3%, com o PIB Petrolífero a crescer 4,8% e o PIB não petrolífero 2,7%, considerando como pressupostos uma produção petrolífera de 1.888 mil barris/dia, a um preço médio de 45 USD/barril, uma taxa de câmbio de USD/KZ 143,8 e uma taxa de inflação no final de 2016 de 11,0%.

Contudo, na revisão do OGE-2016, as projecções para o crescimento económico foram mais conservadoras, ao apontar para um crescimento real da economia de 1,1%, com o sector petrolífero a crescer 0,8% e o sector não petrolífero 1,2%. Importa relembrar a diferença dos pressupostos utilizados pelo Executivo para a rectificação do OGE face ao OGE-2016 inicial, os quais passam por uma produção petrolífera de 1,79 milhões de barris/dia (inferior em 5,1% face ao OGE-2016 inicial), um preço médio do petróleo de 40,9 USD/barril (inferior em 4,1 USD/barril), uma taxa de inflação no final de 2016 de 38,5% (superior em 27,5 p.p.) e uma taxa de câmbio média que, apesar de não ser divulgada, estará mais desvalorizada que a do OGE 2016 inicial.

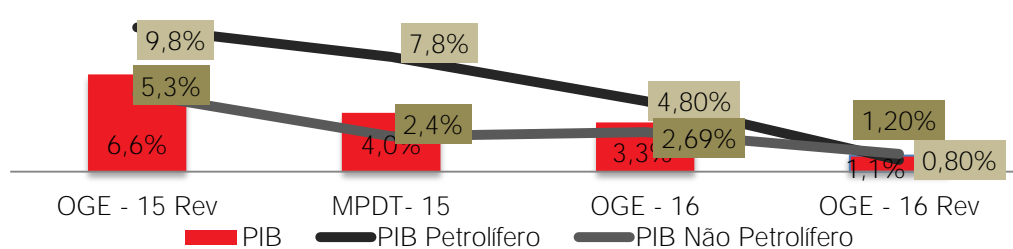
Refira-se que os sectores da agricultura e da construção são identificados como os que mais contribuem para o crescimento do sector não petrolífero²⁶, com crescimentos de 6,7% e 3,2%, respectivamente. Por outro lado, o abrandamento esperado da economia não petrolífera de 1,5 p.p. é explicado sobretudo pela contribuição negativa dos sectores da indústria transformadora e dos diamantes, para os quais se esperam contracções de 3,9% e 0,6%, respectivamente.

No âmbito internacional, o FMI é a instituição que apresenta projecções mais conservadoras, ao apontar para um crescimento económico de 0% em termos reais para 2016. Já o Banco Mundial projecta um crescimento real do PIB total de 2,5%. Ambas as

²⁶ Esta afirmação deve-se ao facto de estes sectores terem peso superior a 30% do PIB não petrolífero, sendo os sectores com maior peso nesta componente do PIB, após o sector de Serviços Mercantis.

instituições justificam as suas projecções para 2016 com o facto de a economia angolana estar a ser afectada em vários sectores pela manutenção dos preços baixos do petróleo. Já mais recentemente, a *Economist Intelligence Unit* prevê um crescimento real do PIB de 1,3%. A consultora defende que as projecções do Executivo para o crescimento da economia suportada por um crescimento robusto da agricultura são demasiado optimistas tendo em atenção as fracas infra-estruturas existentes bem como a capacidade diminuta da cadeia de distribuição, e que o crescimento económico deverá estar sobretudo relacionado com o desempenho do sector petrolífero.

Gráfico 11 - Taxa de Crescimento Real do PIB (%)



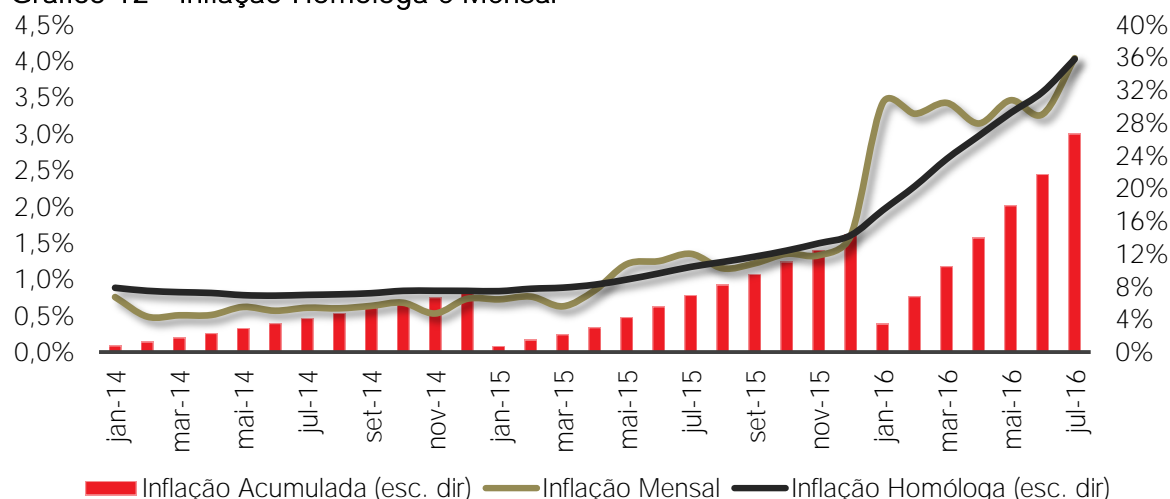
Fonte: Relatório de Fundamentação do OGE Rev.; MPDT

Inflação

Espiral ascendente da inflação atinge níveis históricos.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Luanda, nos seis primeiros meses do ano, registou uma variação de 21,74%, o que compara a uma inflação acumulada de 5,55% no período homólogo. Em termos homólogos, a inflação registada em Junho foi de 31,80%, assistindo-se a um acréscimo de 22,29 p.p. face à inflação registada em Junho do ano passado. Reforçando a comparação temporal, refira-se que esta aceleração da taxa de inflação nos últimos doze meses é a maior desde o período de hiperinflação.

Gráfico 12 - Inflação Homóloga e Mensal



Fonte: INE

Este aumento do IPC foi impulsionado tanto pelo aumento dos preços dos bens, como dos serviços. Em termos homólogos, os preços dos bens aumentaram 31,16% enquanto os preços dos serviços aumentaram 33,46%.

Uma das causas que tem pressionado o nível de preços é a contínua desvalorização da moeda nacional que se tem vindo a verificar, de forma mais acentuada, desde finais de 2014. Tal como já foi referido, esta desvalorização tem sido um dos mecanismos adoptados pelo BNA para fazer face à menor entrada de divisas na economia levando a que a moeda tenha que ajustar o seu valor até que seja atingido um equilíbrio no mercado. A combinação da desvalorização da moeda com a dificuldade dos agentes económicos em obter divisas para importações - que tem levado à redução de *stocks* e conseqüente diminuição da oferta de bens, aliada à subida dos preços dos combustíveis, têm proporcionado uma espiral inflacionista desde o início do ano corrente.

No momento em que se elabora este documento, a inflação de Julho já é conhecida e situa-se nos 4,04%, fazendo com que a inflação acumulada no ano tenha atingido os 26,66%, e a inflação homóloga os 35,30%. Deste modo, para que o pressuposto no OGE revisto sobre a inflação se verifique seria necessária uma inflação mensal média de 2,4% até ao final do ano. Considerando a recente inércia inflacionista (média mensal de 3,43% até Julho) mais uma eventual possibilidade de uma nova desvalorização da moeda e a existência do factor sazonal no final do ano (Natal), é pouco provável que a inflação de 38,5% até final do ano seja exequível.

Por fim, é de salientar que têm sido anunciadas medidas de política a vários níveis, procurando atenuar este ciclo inflacionista, de que são exemplo a criação de uma lista de bens e serviços abrangidos por um Regime de Preços Fixos e a criação de um Conselho Nacional de Preços que tem como função deliberar anualmente sobre os produtos a constar neste regime, por forma a fazer face à tendência especulativa sobre o preço de bens considerados

essenciais. Adicionalmente, tal como consta na revisão do OGE, a estratégia do Executivo também se consubstanciará no: (i) aumento da oferta de divisas para importações de bens alimentares; (ii) na estabilização da taxa de câmbio de modo a reduzir o efeito *pass through* cambial na inflação; e (iii) na contenção da liquidez, através da esterilização *ex-ante*.

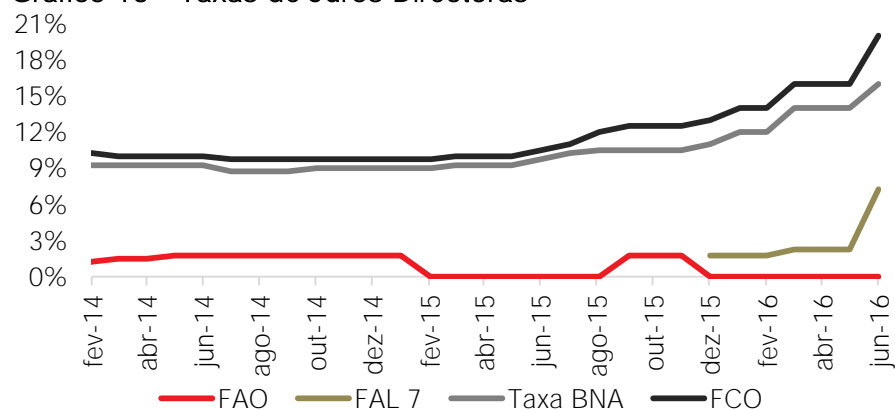
Panorama Monetário e Financeiro

Política Monetária e Liquidez

Decisões de política do BNA têm visado absorver o excedente de liquidez no sistema bancário.

No início de 2016, a política monetária centrou-se na gestão da liquidez excedentária do sector bancário, tentando proporcionar condições monetárias mais restritivas por forma a diminuir as pressões inflacionistas crescentes na economia. Dessa forma, o BNA efectuou diversas alterações na taxa de juro de referência (Taxa BNA) e na taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez *overnight* no sentido restritivo, tendo decidido aumentar a primeira em 5,5 p.p. ao longo do semestre, situando-se nos 16% em Junho, e a segunda em 7 p.p., ou seja, de 13% em Dezembro de 2015 para 20% no final do semestre em análise. A facilidade permanente de absorção de liquidez passou a ter uma maturidade mais longa (de *overnight* para 7 dias) conforme deliberado na última reunião do Comité de Política Monetária de 2015 tendo a respectiva taxa aumentado 5,5 p.p. para 7,25%.

Gráfico 13 - Taxas de Juros Directoras



Fonte: BNA

Adicionalmente, é importante referir que, através do instrutivo nº4/2016 de 13 de Maio, o coeficiente de reservas obrigatórias (RO) em MN foi aumentado em 5 p.p., de 25% para 30%, enquanto o coeficiente de RO em ME manteve-se nos 15%. O referido Instrutivo estabelece um tratamento discriminatório para alguns sectores de actividade económica, no sentido de alinhar a política monetária com as medidas de política económica que visam a diversificação da economia. Dessa forma, os bancos comerciais passam a deduzir da

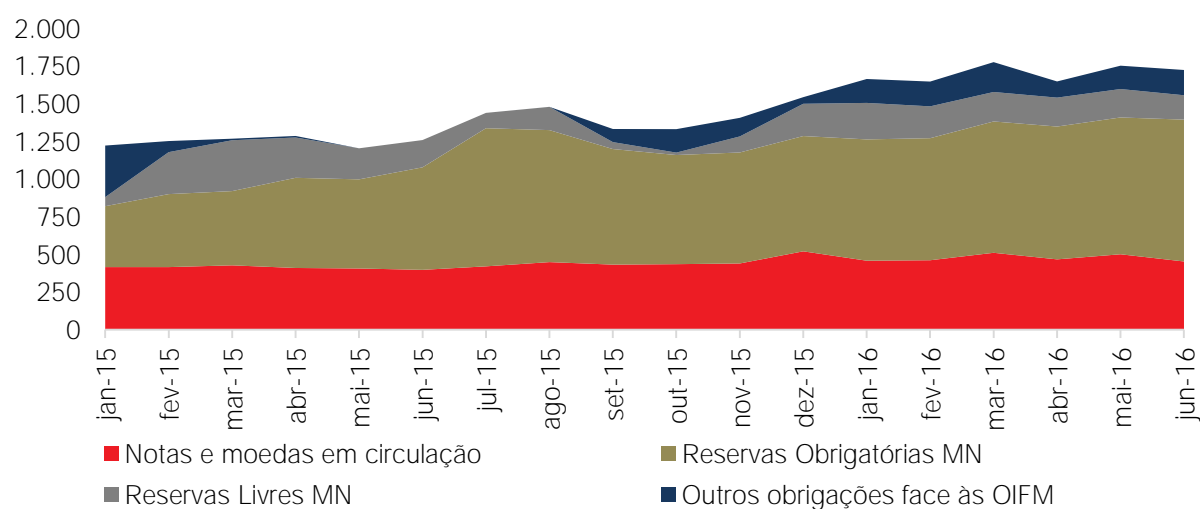
exigibilidade o valor correspondente a 80% da carteira de crédito concedido aos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas, indústria, energia, águas e prestação de serviços de restauração e hotelaria, transportes e informática, e outros a considerar pontualmente, bem como todos os créditos concedidos no âmbito do Programa Angola Investe e das Linhas de Crédito do BDA, desde que sejam de maturidade maior ou igual a 24 meses.

O impacto destas medidas de política sobre a liquidez excedentária pode ser comprovado com a análise ao passivo do balanço do BNA e com os desenvolvimentos no mercado secundário. Desde logo, as reservas bancárias no semestre aumentaram (11,3%), justificado pelo crescimento dos depósitos obrigatórios dos bancos no BNA (20,1%), ao passo que os depósitos livres contraíram (23,0%). Alongando a análise para os últimos 12 meses, os depósitos obrigatórios em MN cresceram 38,4%, também influenciados pelo aumento do coeficiente de reservas obrigatórias em MN ocorrido em Junho de 2015, enquanto os depósitos livres em MN registaram uma contracção de 10,6% no mesmo período, em parte devido à alteração da maturidade da facilidade permanente de absorção de liquidez para 7 dias e no regresso às operações de absorção de liquidez do BNA em Setembro de 2015.

Já nas componentes em ME realça-se uma redução, em termos homólogos, tanto dos depósitos obrigatórios como dos depósitos livres em cerca de 59% para ambos. De referir que a influenciar esta redução das reservas bancárias em ME está o Instrutivo nº 19/2015 de 02 de Dezembro do BNA, que transformou as reservas obrigatórias dos bancos comerciais em Obrigações do Tesouro. Por fim, as operações de absorção de liquidez, que no período homólogo eram nulas, no final do semestre situavam-se em Kz 168 mil milhões, o que fez contribuir para uma expansão anual da base monetária ampla de 17% para Kz 1.857,7 mil milhões no final do período analisado.

Gráfico 14 - Evolução Base Monetária (Excl. ME)

Valores em Kz Mil Milhões



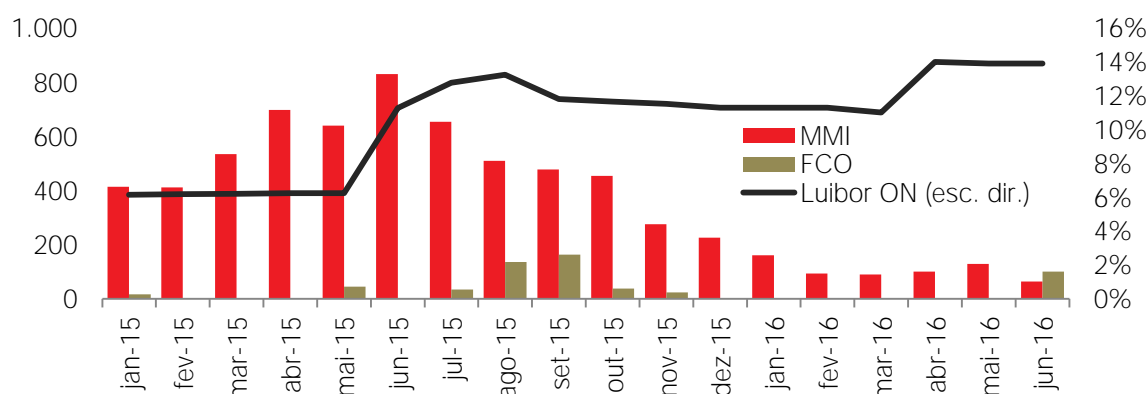
Fonte: BNA

Por seu lado, perante as condições monetárias mais restritivas, registou-se uma redução dos montantes transacionados no Mercado Monetário Interbancário (MMI) em 75% face ao semestre anterior (-82% face ao período homólogo), atingindo Kz 637 mil milhões. Adicionalmente, neste período, os bancos comerciais apenas recorreram às operações de Facilidades de Cedência Overnight (FCO) no mês de Junho²⁷. O volume cedido pela FCO neste mês, perto de Kz 100 mil milhões, foi superior em 62% face ao montante cedido em todo o I semestre de 2015.

Perante este menor volume de liquidez transaccionado e dadas as perspectivas de continuidade do aperto da política monetária, as taxas de juro do MMI (LUIBOR) aumentaram para todas as maturidades ao longo do semestre. A LUIBOR *overnight* subiu 2,6 p.p. para 13,9% no final de Junho. Já a Luibor a 1 mês aumentou 2,38 p.p. fixando-se em 13,82% e as taxas de juro nas maturidades de 3, 6, 9 e 12 meses registaram aumentos de 3,96 p.p., 4,50 p.p., 4,68 p.p. e 4,80 p.p., fixando-se nos 15,84%, 16,71%, 17,24% e 17,64%, respectivamente. Considerando a variação nos últimos 12 meses, as LUIBOR para as restantes maturidades tiveram aumentos entre os 4,5 p.p. e 5,5 p.p.. Importa também notar que as taxas no mercado interbancário regressaram ao comportamento normal tendo em conta a sua estrutura temporal, sendo mais elevadas as taxas de maturidades mais longas.

Gráfico 15 - Transacções MMI e FCO

Valores em Kz Mil Milhões



Fonte: BNA

Síntese Monetária

M2 cresce ligeiramente abaixo da inflação homóloga.

Os activos externos líquidos, com o efeito cambial incluído, evidenciaram um crescimento de 29,3% em termos homólogos (19,6% acumulados do ano). Importa referir que

²⁷ De referir que uma das razões que levou os bancos a reduzirem as transacções de liquidez, entre outras, foi a entrada em vigor da Contribuição Especial sobre Operações Bancárias, cuja incidência sobre aquelas operações ainda não tem um entendimento uniforme entre a ABANC e a Administração Geral Tributária.

o crescimento homólogo dos activos externos líquidos não reflecte a depreciação cambial ocorrida ao longo do ano. Tal como já foi argumentado, quando analisadas em USD, as reservas internacionais líquidas apresentam uma redução de 4%, o que praticamente implicaria uma redução dos activos externos líquidos caso não fossem apresentados convertidos em moeda nacional.

Já os activos internos líquidos expandiram 19,8%, em termos homólogos, como resultado da expansão significativa do crédito ao Governo Central em 41,1%, para fazer face às suas necessidades de tesouraria, e do crédito à economia em 15%. De realçar que a posição devedora do Governo Central aumentou 257% devido ao facto de o aumento do crédito ao Governo ter sido superior ao aumento dos depósitos que o mesmo tem constituídos no sistema bancário (15%). Refira-se que uma parte importante deste aumento de crédito está ligada a um crédito do BNA ao Governo Central de Kz 190 mil milhões ocorrido em Janeiro de 2016.

Quanto ao crédito à economia, não obstante o aumento em termos nominais de 22,1%, quando analisado por componente em ME e componente em MN estas variações ficam mais modestas. Quando analisada em USD, a componente em ME apresenta uma contracção de 6% do crédito concedido nesta moeda nos últimos 12 meses (-5% nos primeiros seis meses do ano). Já a componente do crédito à economia em MN teve um crescimento de 7% nos últimos 12 meses (+1,9% semestrais). Em termos reais, é sensato considerar que esta variação do crédito em MN traduz-se numa contracção. Por um lado, este crescimento fica muito aquém das taxas de inflação registadas, quer homóloga quer a acumulada até Junho do presente ano. Por outro lado, considerando que uma parte relevante do crédito concedido à economia em MN terá como destino operações cambiais, a desvalorização da taxa de câmbio faz com que o crescimento do crédito em termos reais seja ainda menor.

O crédito ao sector privado, o qual tem um peso superior a 90% no crédito à economia, situava-se no final de Junho em Kz 3.666,7 mil milhões, o que corresponde a um crescimento semestral e homólogo de 9,4% e 22,0%, respectivamente. Tal como no crédito à economia, ao excluir o efeito da reavaliação cambial, estas variações ficam mais modestas. Refira-se que ao excluir o efeito da depreciação da moeda nacional²⁸, na qual se pode constatar uma diminuição da componente em ME da rubrica referida, o crédito total ao sector privado cresceu 4,1% no semestre e 13,4% nos últimos 12 meses.

Como contrapartida do crescimento dos activos da síntese monetária, verificou-se uma expansão da massa monetária, com o agregado monetário mais amplo (M3) a crescer 15,1% no semestre (perto de 25,4% em termos homólogos). O M2 aumentou na mesma proporção

²⁸ A exclusão do efeito cambial é efectuada através do ajustamento das componentes em moeda estrangeira a uma taxa de câmbio fixa, nomeadamente, fixando à taxa de Dezembro de 2011. A escolha da taxa de câmbio deste período é arbitrária pois o propósito é poder-se somar as rubricas em MN e ME e efectuar-se uma variação em que o factor taxa de câmbio não tem influência nessa variação.

do M3 dado o peso residual dos Outros Instrumentos Financeiros equiparados a depósitos (títulos excepto acções e acordos de recompra). Realça-se, em particular, o aumento a rondar os 20% dos depósitos à ordem (32% em termos homólogos), e de 13% dos depósitos a prazo (19,8% em termos homólogos).

Refira-se que os depósitos denominados em moeda nacional registaram um crescimento anual de 28%, ao passarem de Kz 3.222,8 mil milhões em Junho de 2015 para Kz 4.127,7 mil milhões no final do período em análise, onde os depósitos à ordem e a prazo cresceram 32% e 21,3%, respectivamente neste período. Já nos primeiros seis meses do ano, o crescimento dos depósitos em moeda nacional foi de 17,2%, com os depósitos à ordem a crescer 19,2% enquanto os depósitos a prazo aumentaram a um ritmo mais moderado (13,6%).

Quadro 3 - Síntese Monetária

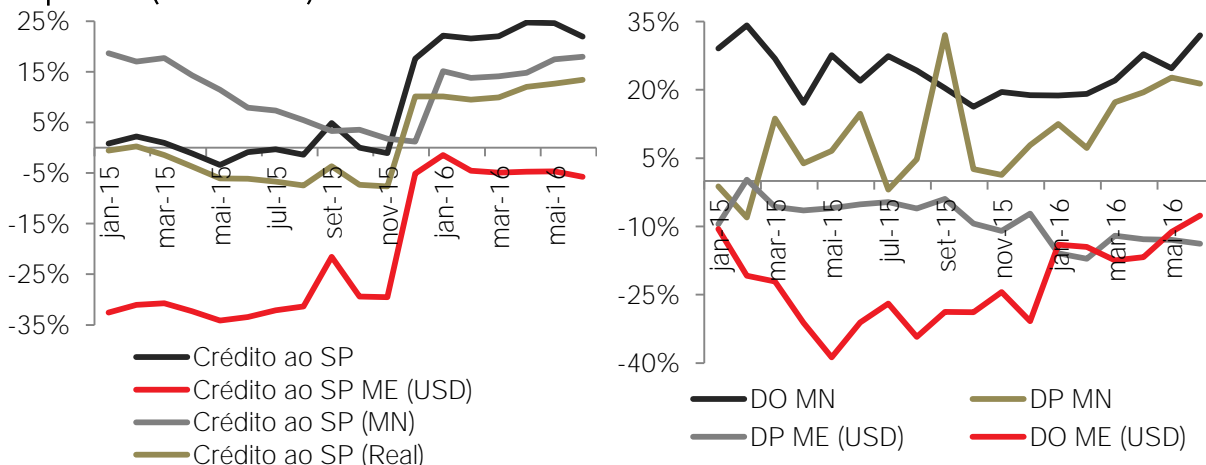
Valores em Kz mil milhões, excepto percentagens

	Jun-15	Dez-15	Jun-16	T.v.ac. (%)	T.v.h. (%)
Activos Externos Líquidos	3.301,9	3.570,4	4.269,9	19,6	29,3
BNA	3.138,0	3.361,0	4.052,6	20,6	29,1
Reservas Internacionais Líquidas	3.017,1	3.283,5	3.976,0	21,1	31,8
Bancos Comerciais	164,0	209,4	217,3	3,8	32,5
Activo interno líquido	1.940,8	2.141,5	2.307,0	7,7	18,9
Crédito Interno líquido	3.374,1	3.821,2	4.739,3	24,0	40,5
Crédito ao Governo Central (líquido)	263,3	351,8	940,0	167,2	257,0
Crédito ao Governo Central	2.446,9	2.582,2	3.451,5	33,7	41,1
Depósitos do Governo Central	2.183,6	2.230,4	2.511,5	12,6	15,0
Crédito à Economia	3.110,8	3.469,4	3.799,3	9,5	22,1
Crédito às OIF não Monetárias	26,2	33,0	44,0	33,2	68,0
Crédito ao Sector Público	75,6	82,0	85,6	4,4	13,2
Crédito ao Sector Privado	3.009,1	3.354,4	3.669,7	9,4	22,0
Outros activos líquidos	-1.433,3	-1.679,7	-2.432,3	44,8	69,7
M3	5.242,7	5.711,9	6.576,9	15,1	25,4
M2	5.235,0	5.703,7	6.567,4	15,1	25,4
M2 MN	3.512,8	3.902,7	4.474,5	14,7	27,4
M1	3.082,7	3.419,8	3.989,6	16,7	29,4
Notas e Moedas em poder do público	290,0	380,7	346,9	- 8,9	19,6
Depósitos à ordem - MN	2.044,7	2.263,8	2.698,2	19,2	32,0
Depósitos à ordem – ME	748,0	775,4	944,5	21,8	26,3
Quase-Moeda	2.152,4	2.283,9	2.577,8	12,9	19,8
Depósitos a Prazo- MN	1.178,1	1.258,3	1.429,5	13,6	21,3
Depósitos a Prazo- ME	974,2	1.025,7	1.148,3	12,0	17,9
Outros Instrumentos Equiparados a Depósitos	7,7	8,2	9,6	17,2	24,6

Fonte: BNA

Os depósitos denominados em moeda estrangeira, quando convertidos em USD, situaram -se em USD 12.616 milhões no final de Junho de 2016, o que compara aos USD 14.190,9 milhões registados no período homólogo (-11,1%), e USD 13.240,9 milhões (-5,2%) registados no final do ano passado. Mais especificamente, ao longo dos últimos doze meses, os depósitos a prazo em ME contraíram 13,8%, enquanto a contracção dos depósitos à ordem foi de 7,6%. Já em termos acumulados do ano, registou-se uma contracção dos depósitos a prazo em 8,7% e dos depósitos à ordem em 0,63%.

Gráfico 16- Evolução Homóloga do Crédito ao Sector Privado (lado esquerdo) e dos Depósitos (lado direito)



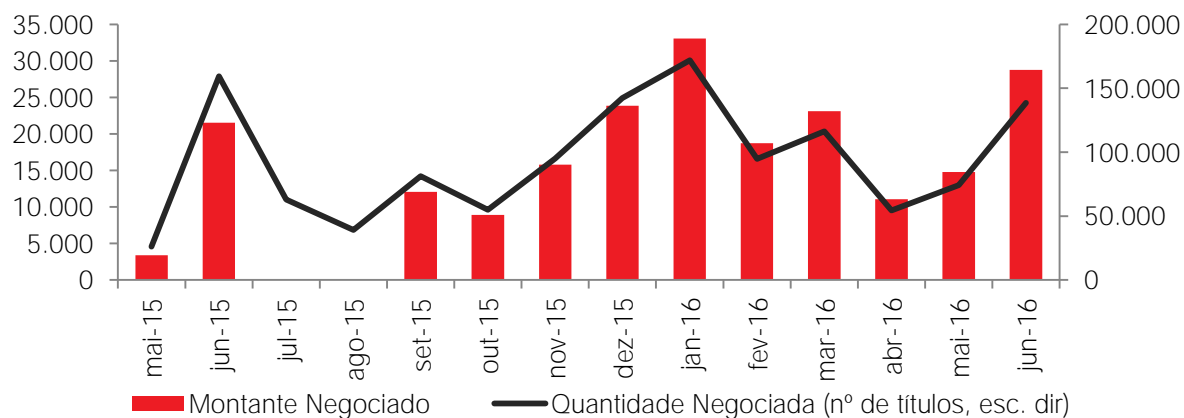
Fonte: BNA

Mercado de Dívida

Desde a inauguração do Mercado de Registo de Títulos do Tesouro, em Maio de 2015, até o final do ano de 2015 registaram-se 941 negociações, tendo sido transaccionados cerca de 661 mil Obrigações do Tesouro, totalizando um volume de transacções de Kz 88,5 mil milhões, 3% dos quais em transacções de títulos em moeda estrangeira. Já nos seis primeiros meses de 2016, registaram-se 1.019 negociações totalizando um volume de transacções de Kz 129,5 mil milhões, sendo todas elas de títulos em MN. Em termos médios, pode ser concluído que este ano o mercado de capitais será mais dinâmico, com um valor mensal médio de cerca de Kz 21,6 mil milhões, consideravelmente superior à média mensal do ano anterior, de Kz 11 mil milhões.

Gráfico 17 - Mercado de Registo de Títulos de Tesouro MN

Valores em Kz Milhões



Fonte: BODIVA – Relatórios de Negociação

A admissão contínua de membros pela BODIVA deverá nos próximos meses dinamizar o mercado secundário de títulos públicos, conferindo-os maior liquidez. Enquanto, por um lado, o lançamento do Mercado de Dívida Corporativa vai permitir alternativas de financiamento para as empresas, por outro, a conclusão do processo de implementação da Central de Valores Mobiliários trará maior transparência e segurança aos participantes no mercado.

Quadro 4 - Indicadores do Mercado

	Jun-16	Dez-15	Dez-14	Dez-13
Taxas de referência (%)				
Taxa básica BNA	16,00	11,00	9,00	9,75
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez - Overnight	-	-	1,75	0,75
Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez - 7 Dias	7,25	1,75	-	-
Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez	20,00	13,00	9,75	10,25
Operações de mercado aberto (28 dias)	9,25	7,50	5,13	3,00
Operações de mercado aberto (63 dias)	12,00	10,00	-	-
Taxa de redesconto	16,00	15,00	9,75	15,00
Coefficiente de reservas obrigatórias (%)				
Moeda nacional	30,00	25,00	15,00	15,00
Moeda estrangeira	15,00	15,00	15,00	15,00
Bilhetes do tesouro (%)				
63 dias	-	8,55	-	-
91 dias	14,24	13,90	6,44	3,64
182 dias	16,89	14,95	7,11	4,60
364 dias	18,38	15,30	8,18	-
Obrigações do tesouro - Indexadas a USD (%)				
OT 2 anos	7,00	7,00	7,00	7,00
OT 3 anos	7,25	7,25	7,25	7,25
OT 4 anos	7,50	7,50	7,50	7,50
OT 5 anos	7,75	7,77	7,75	7,75
OT 6 anos				
Obrigações do tesouro - Não reajustáveis (%)				
OT 2 anos	18,50	7,00	9,00	7,05
OT 3 anos	-	7,75	7,75	7,75
OT 4 anos	-	8,00	8,00	8,00
OT 5 anos	-	8,25	8,25	8,25
Taxas LUIBOR (%)				
Overnight	13,92	11,31	6,14	4,71
1 mês	13,82	11,44	7,45	6,99
3 meses	15,84	11,88	8,02	7,50
6 meses	16,71	12,21	8,50	8,12
9 meses	17,24	12,56	8,93	8,82
12 meses	17,64	12,84	9,55	9,34
Taxas de Câmbio				
KZ/USD	165,06	135,32	102,86	97,38
KZ/EUR	184,46	147,83	125,19	134,06

Fonte: BNA



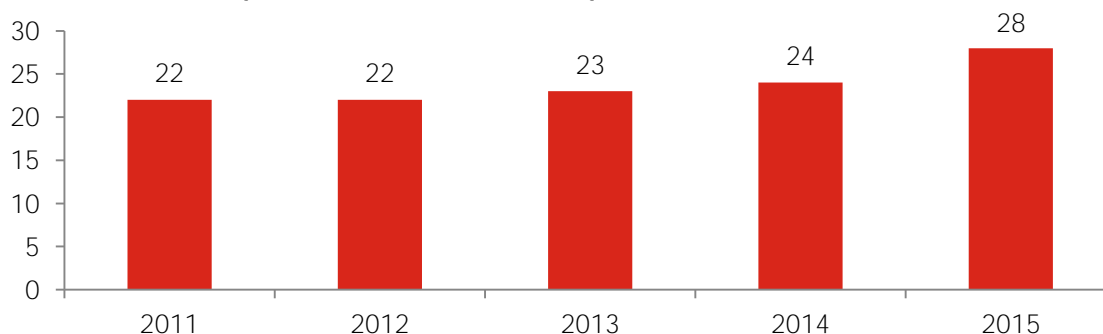
SISTEMA BANCÁRIO ANGOLANO



II. Sistema Bancário Angolano

Em 2015, o sistema bancário integrava vinte e nove bancos autorizados, dos quais três bancos públicos, oito bancos privados com controlo accionista exercido por bancos privados estrangeiros (com sede em Portugal, África do Sul, Inglaterra, Rússia e Togo) e dezoito bancos privados detidos maioritariamente por capital Angolano, havendo seis escritórios de representação de instituições financeiras bancárias com sede no estrangeiro.

Gráfico 18 – Evolução do Número de Instituições Bancárias em Actividade²⁹



Fonte: ABANC

Para este estudo, focamo-nos nas 28 instituições financeiras em actividade³⁰, sendo todas de direito angolano e com uma actividade multiespecializada, agrupadas segundo a sua quota de mercado de activos³¹.

Como é expectável segundo a classificação de natureza de participação maioritária, ao desagregar a estrutura accionista, pode-se constatar:

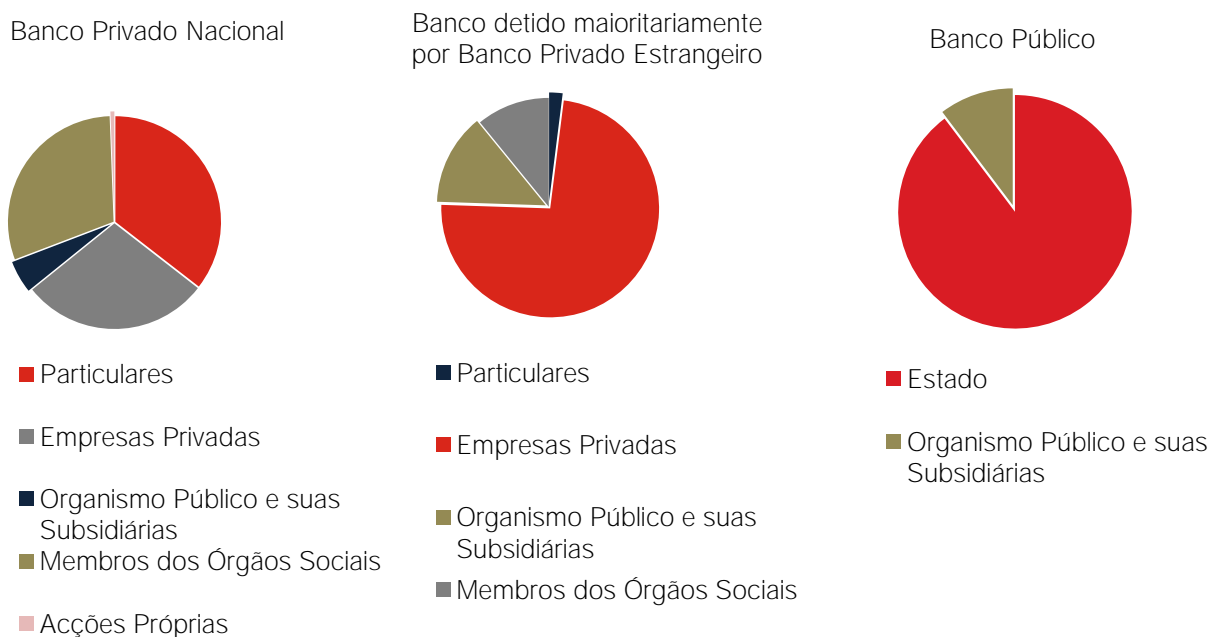
- Os bancos detidos maioritariamente por bancos privados estrangeiros têm como accionistas: empresas privadas (por norma uma instituição bancária estrangeira detendo uma participação maioritária), particulares e empresas e organismos públicos;
- Os bancos públicos têm como accionistas: o Estado (detendo uma participação maioritária) e empresas e organismos públicos;
- Os bancos privados nacionais têm como accionistas: particulares qualificados (detendo uma participação maioritária), membros dos órgãos sociais, empresas privadas e empresas e organismos públicos.

²⁹ Estão contabilizadas as instituições que tinham iniciado as suas actividades até 31 de Dezembro. O banco BPPH não está incluído, pois, apesar de ter completado o processo de constituição em 2010, o banco foi extinto sem nunca ter iniciado as suas actividades.

³⁰ A amostra em 2015 é constituída por 28 instituições. Para garantir a comparabilidade no período 2011-2015, o Banco Económico não foi incluído na amostra para a análise financeira, por indisponibilidade de dados para o exercício de 2014 e 2015. Os dados não financeiros usados para a análise da cobertura bancária e dos recursos humanos são referentes a 31 de Dezembro de 2015.

³¹ Ver Metodologia. São mencionados em nota de rodapé as instâncias em que a amostra foi reajustada por falta de dados.

Gráfico 19 - Estrutura Accionista por natureza da participação maioritária



Fonte: IFs; ABANC

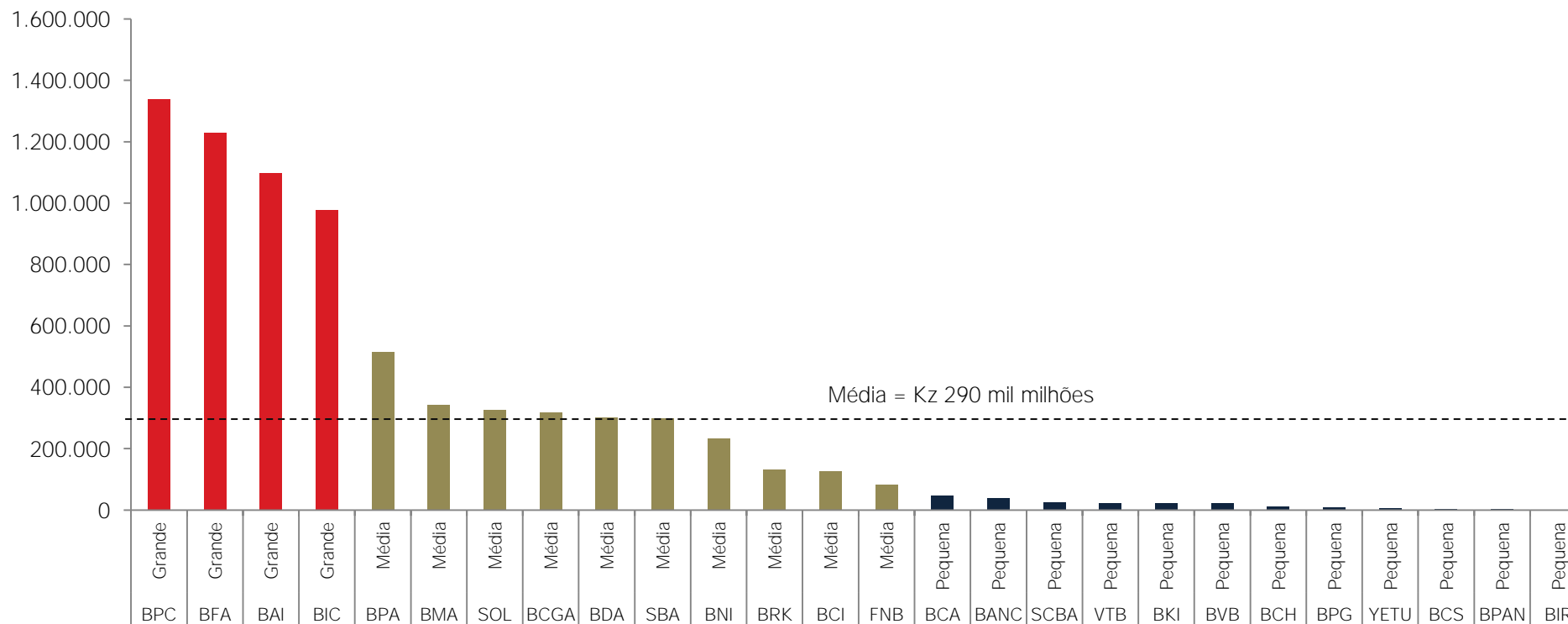
O Gráfico 20 mostra uma distribuição assimétrica positiva do activo, em que dez instituições apresentam um activo superior à média de Kz 290 mil milhões em 2015³². Organizando a amostra por segmentos de acordo com a sua quota de activo, temos um sistema bancário formado por:

- Quatro instituições de grande dimensão, que representam 61,6% do total do activo agregado;
- Dez instituições de média dimensão, que representam 35,5% do total do activo agregado;
- Doze instituições de pequena dimensão, que representam 2,8% do total de activos.

³² Para garantir a comparabilidade dos dados e melhor análise da evolução no período, os segmentos têm a mesma constituição para todos os anos do período em análise, ou seja, o agrupamento das instituições nos diversos segmentos para o período 2011-2015 foi feito segundo a distribuição dos activos em 2015, de modo a que a constituição dos segmentos fosse uniforme para todo o período.

Gráfico 20 – Distribuição do Activo por Dimensão das Instituições Financeiras em 2015³³

Kz milhões



Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

A amostra para análise da distribuição do activo por dimensão em 2015 é constituída por 26 instituições, pois o BMF e o BE não foram incluídos por falta de dados.



RECURSOS HUMANOS

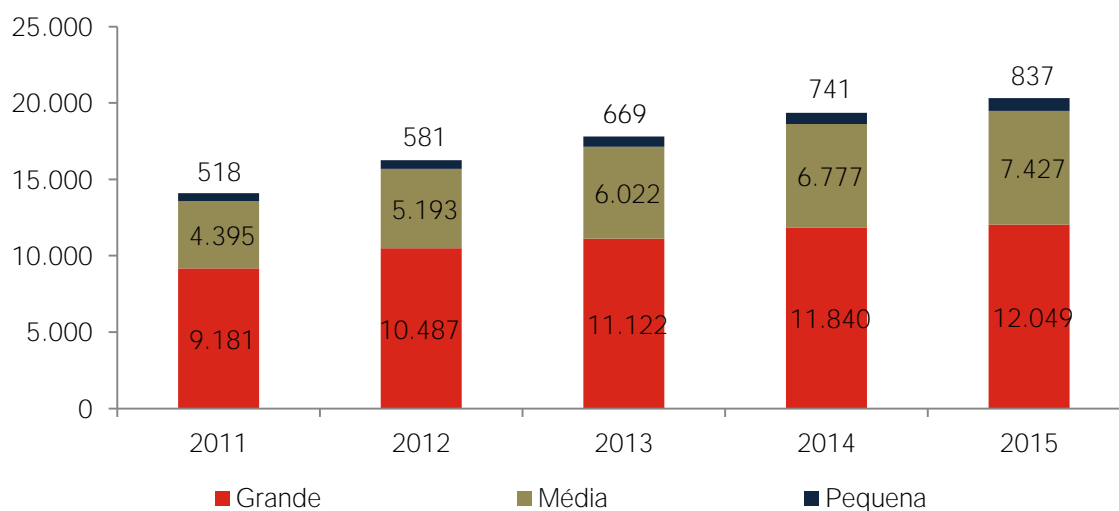


VI. Recursos Humanos

Num sistema definido por crescentes níveis de sofisticação e concorrência, os recursos humanos são um dos pilares que contribuem para maior performance, credibilidade e vantagem competitiva. Sendo os recursos humanos o principal activo de uma organização, é visível uma valorização no capital intelectual e maior investimento da sua capacidade de actuação efectiva nos respectivos domínios profissionais do sector bancário.

Em 2015 mantém-se a evolução positiva do número de trabalhadores do sector bancário, que contava com 21.648 trabalhadores³⁴, o equivalente a um aumento de 4,7% em relação a 2014.

Gráfico 21 – Evolução do Número de Trabalhadores por Dimensão³⁵



Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Na segmentação da amostra por dimensões, o segmento de grande dimensão tem cedido a sua quota de mercado para os outros segmentos, em especial o de média dimensão, consistente com o cenário de maior competitividade visível noutras rúbricas. O segmento de grande dimensão registou uma variação de 1,8%, com uma quota de 59,3%, enquanto o segmento de média dimensão representa 36,6% do total de recursos humanos. O segmento de pequena dimensão registou a maior taxa de crescimento relativa, com um aumento de 13,0% em relação a 2014.

³⁴ A amostra para análise da evolução dos recursos humanos é composta por 26 instituições. Os bancos BPG e YETU não foram incluídos por falta de dados.

³⁵ Para garantir a comparabilidade dos dados, os segmentos têm a mesma constituição para todos os anos do período em análise, segundo a distribuição dos activos em 2015.

Na análise da evolução dos recursos humanos por dimensão, a amostra é constituída por 24 instituições, pois os bancos BE, BMF, BPG e YETU não foram integrados por falta de dados.

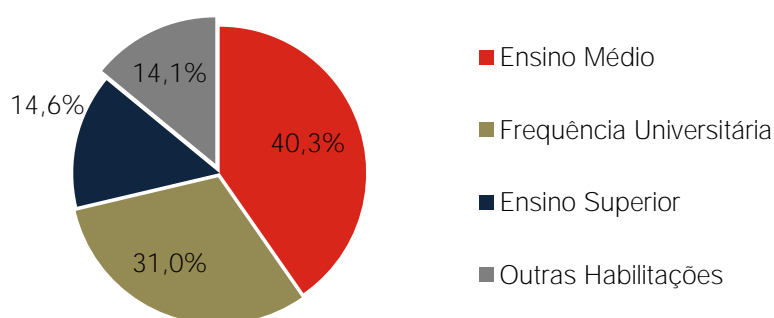
Quadro 5 – Decomposição do Número de Trabalhadores por Dimensão³⁶

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Nº de Trabalhadores	12.049	11.840	11.122	10.487	9.181
Quota de Mercado	59,3%	61,2%	62,4%	64,5%	65,1%
Taxa de Crescimento Anual	1,8%	6,5%	6,1%	14,2%	10,8%
Contribuição para Variação Agregada	1,1%	4,0%	3,9%	9,3%	7,3%
Média Dimensão					
Nº de Trabalhadores	7.427	6.777	6.022	5.193	4.395
Quota de Mercado	36,6%	35,0%	33,8%	31,9%	31,2%
Taxa de Crescimento Anual	9,6%	12,5%	16,0%	18,2%	22,1%
Contribuição para Variação Agregada	3,4%	4,2%	5,1%	5,7%	6,5%
Pequena Dimensão					
Nº de Trabalhadores	837	741	669	581	518
Quota de Mercado	4,1%	3,8%	3,8%	3,6%	3,7%
Taxa de Crescimento Anual	13,0%	10,8%	15,1%	12,2%	26,3%
Contribuição para Variação Agregada	0,5%	0,4%	0,5%	0,4%	0,9%
Nº Total de Trabalhadores	20.313	19.358	17.813	16.261	14.094
Taxa de Crescimento Anual	4,9%	8,7%	9,5%	15,4%	14,6%

Fonte: IFs; Relatórios e Contas

Em 2015, os recursos humanos do sector bancário eram compostos na sua maioria por trabalhadores efectivos (97,2%), com o género masculino a representar 52,4% do total. Em continuidade com a tendência observada em 2013 e 2014 (com a área comercial a representar 72,7% e 70,9% do total respectivamente), 67,2% do pessoal esteve afecto à actividade comercial, mantendo-se predominante o vínculo laboral de curto a médio prazo, em que 72,3% dos trabalhadores trabalhava entre 1 a 5 anos na instituição.

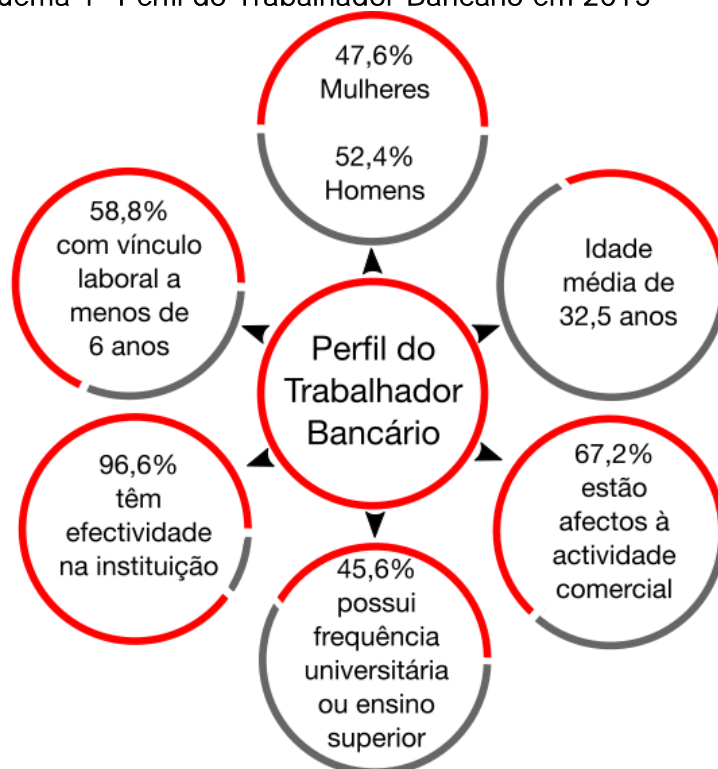
Gráfico 22 - Distribuição dos Recursos Humanos por Habilitações Literárias em 2015



Fonte: IFs; ABANC

³⁶ Para a análise evolutiva dos recursos humanos por dimensão, a amostra é composta por 24 instituições em 2015. Os bancos BE, BMF, BPG e YETU não foram incluídos por falta de dados para agregação por segmentos, motivo pelo qual os totais deste quadro diferem dos totais dos Quadro 35, Quadro 36 e Quadro 51.

Esquema 1- Perfil do Trabalhador Bancário em 2015



Fonte: IFs; ABANC

Na análise dos recursos humanos agrupados por habilitações, 45,6% dos trabalhadores possuem frequência universitária ou ensino superior, enquanto 40,3% possuem o ensino médio e 14,1% possuem outras qualificações.

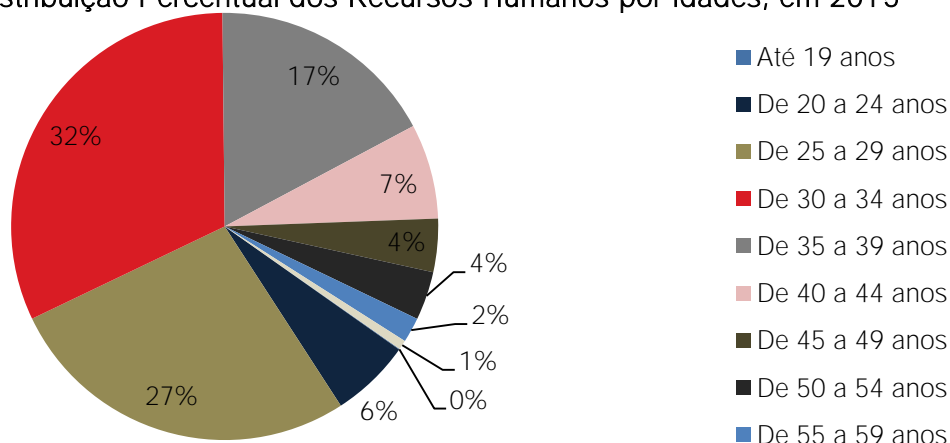
Quadro 6 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Habilitações e por Dimensão, em 2015

	Ensino Médio	Frequência Universitária	Ensino Superior	Outras Habilitações
Grande Dimensão	37,0%	36,3%	12,0%	14,7%
Média Dimensão	44,5%	24,9%	17,3%	13,4%
Pequena Dimensão	44,9%	23,9%	23,3%	8,0%
Total	40,3%	31,0%	14,6%	14,1%

Fonte: IFs; ABANC

Tomando como referência o ano de 2013, apesar da população bancária manter-se relativamente jovem, com uma idade média de 32,5 anos, registou-se um envelhecimento relativo da população bancária em 2015 (a idade média em 2013 era de 31,5 anos), com 6,1% dos trabalhadores entre os 19 e os 24 anos (menos 3,0 p.p. face ao ano homólogo), 59,0% dos trabalhadores entre os 25 e os 34 anos (menos 1,0 p.p.), 28,6% entre os 35 e os 50 anos (mais 0,1 p.p.) e 6,3% com 50 anos ou mais (mais 0,9 p.p.)

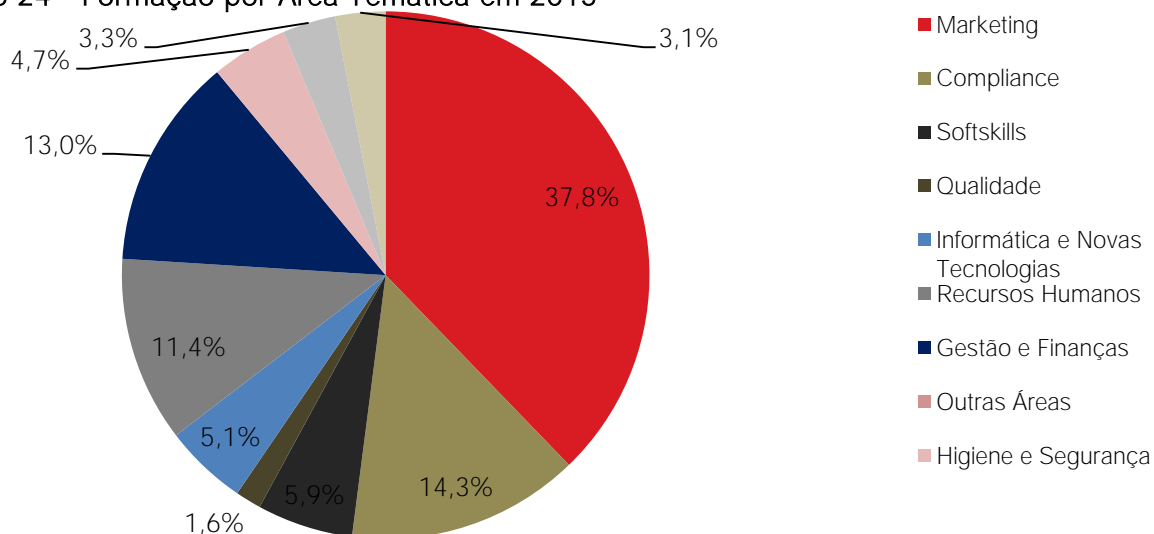
Gráfico 23 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Idades, em 2015



Fonte: IFs; ABANC

A actividade global do sector na área de formação traduziu-se em 18.934 participações em acções de formação, das quais 76,7% foram ministradas internamente (por formadores internos e externos), de forma presencial, em cursos destinados exclusivamente a trabalhadores do banco, o que permitiu a customização de conteúdos. As acções de formação centraram-se no marketing, produtos, serviços e técnicas bancárias³⁷, entre outras temáticas como *compliance* e *softskills*³⁸.

Gráfico 24 - Formação por Área Temática em 2015



Fonte: IFs

³⁷ A temática “marketing, produtos, serviços e técnicas bancárias” considera toda a formação que inclui a componente comercial.

³⁸ A temática *softskills* está centrada em formação exclusivamente comportamental.

53 Rede Bancária

57 Instrumentos e Meios de Pagamentos Electrónicos

57 Terminais Bancários

61 Cartões de Pagamento Multicaixa

63 Disponibilidade dos Serviços Bancários por Província e Índice de Bancarização



INDICADORES DE COBERTURA BANCÁRIA

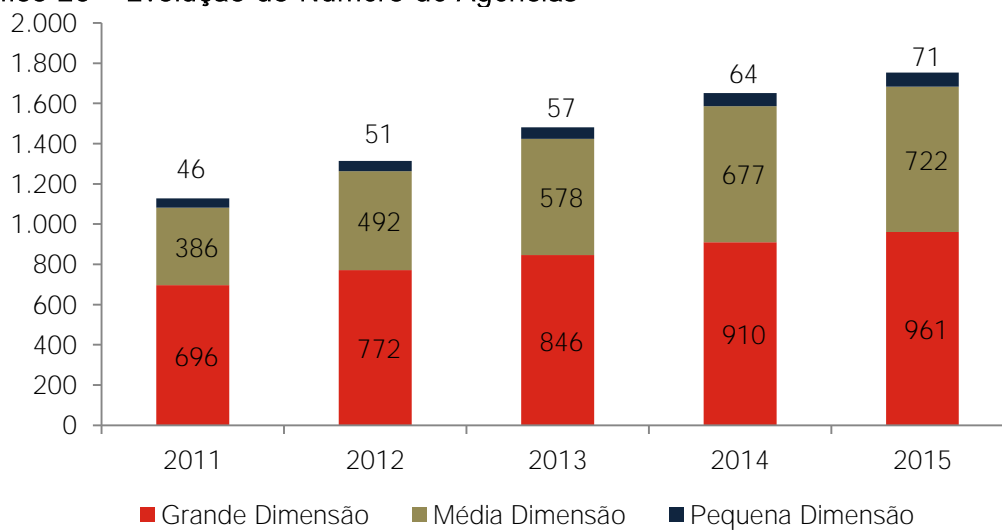


VII. Indicadores de Cobertura Bancária

Rede Bancária

O processo de expansão da rede bancária em 2015 permaneceu positivo, com um aumento de 105 agências, perfazendo um total de 1.865 agências³⁹ distribuídas pelo território nacional (em 2014 a rede bancária era constituída por 1.760 agências).

Gráfico 25 – Evolução do Número de Agências⁴⁰



Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

Apesar das instituições de grande dimensão possuírem uma maior rede de agências, detendo 54,8% da quota de mercado em 2015, o segmento de média dimensão apresentou uma maior taxa de crescimento relativo.

³⁹ Nesta agregação de agências existentes, foram consideradas agências, dependências, agências, postos móveis, banca privada, centros de investimento e de empresas dos 28 bancos em actividade em 2015.

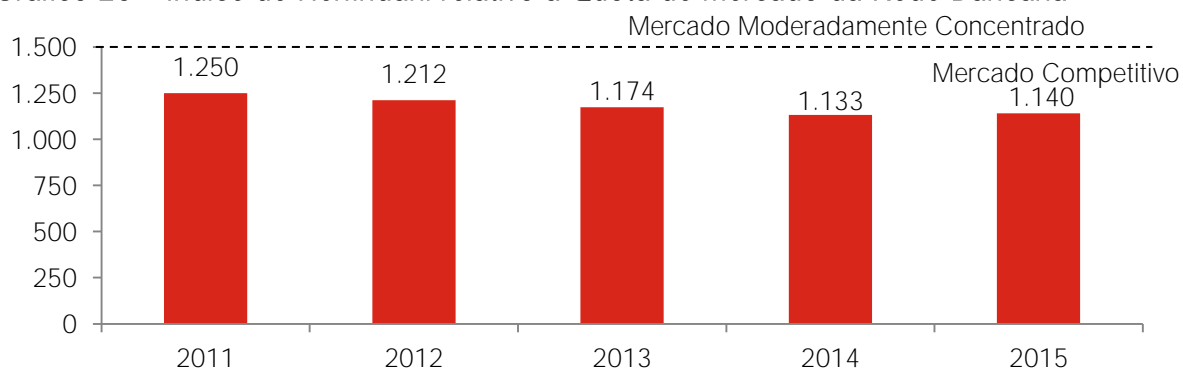
⁴⁰ Para a análise evolutiva da rede bancária por dimensão, a amostra é composta por 26 instituições em 2015. Os bancos BE e BMF não foram incluídos por falta de dados para agregação por segmentos.

Quadro 7 – Decomposição da Distribuição de Agências por Dimensão⁴¹

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Nº Total de Balcões	961	910	846	772	696
Quota de Mercado	54,8%	55,1%	57,1%	58,7%	61,7%
Taxa de Crescimento Anual	5,6%	7,6%	9,6%	10,9%	15,4%
Contribuição para a Variação Agregada	3,1%	4,3%	5,6%	6,7%	9,7%
Média Dimensão					
Nº Total de Balcões	722	677	578	492	386
Quota de Mercado	41,2%	41,0%	39,0%	37,4%	34,2%
Taxa de Crescimento Anual	6,6%	17,1%	17,5%	27,5%	19,9%
Contribuição para a Variação Agregada	2,7%	6,7%	6,5%	9,4%	6,7%
Pequena Dimensão					
Nº Total de Balcões	71	64	57	51	46
Quota de Mercado	4,0%	3,9%	3,8%	3,9%	4,1%
Taxa de Crescimento Anual	10,9%	12,3%	11,8%	10,9%	43,8%
Contribuição para a Variação Agregada	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	1,5%
Nº Total de Balcões	1.754	1.651	1.481	1.315	1.128
Taxa de Variação Agregada	6,2%	11,5%	12,6%	16,6%	17,9%

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Esta tendência de maior homogeneidade da quota de mercado da rede bancária é corroborada pelo índice de Herfindahl⁴², que tem registado níveis típicos de um mercado competitivo (inferior a 1500) no que respeita ao número de agências bancárias. Este cenário é consistente com os esforços para a expansão da rede bancária em todo território nacional.

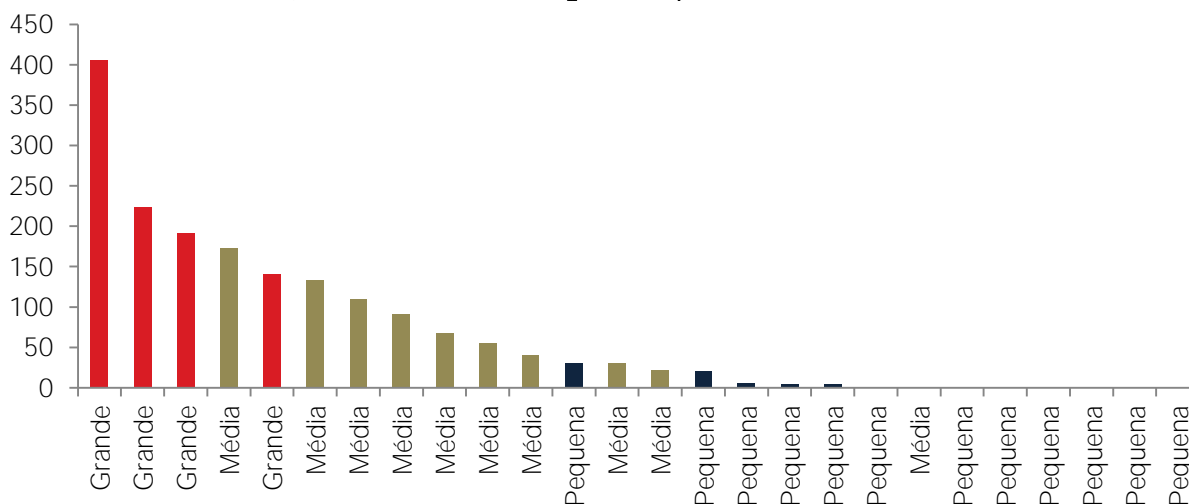
Gráfico 26 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado da Rede Bancária

Fonte: ABANC

⁴¹ Para a análise evolutiva da rede bancária por dimensão, a amostra é composta por 26 instituições em 2015. Os bancos BE e BMF não foram incluídos por falta de dados para agregação por segmentos, motivo pelo qual os totais deste quadro diferem dos totais dos Quadro 10, Quadro 13, Quadro 37 e Quadro 51.

⁴² Ver Metodologia.

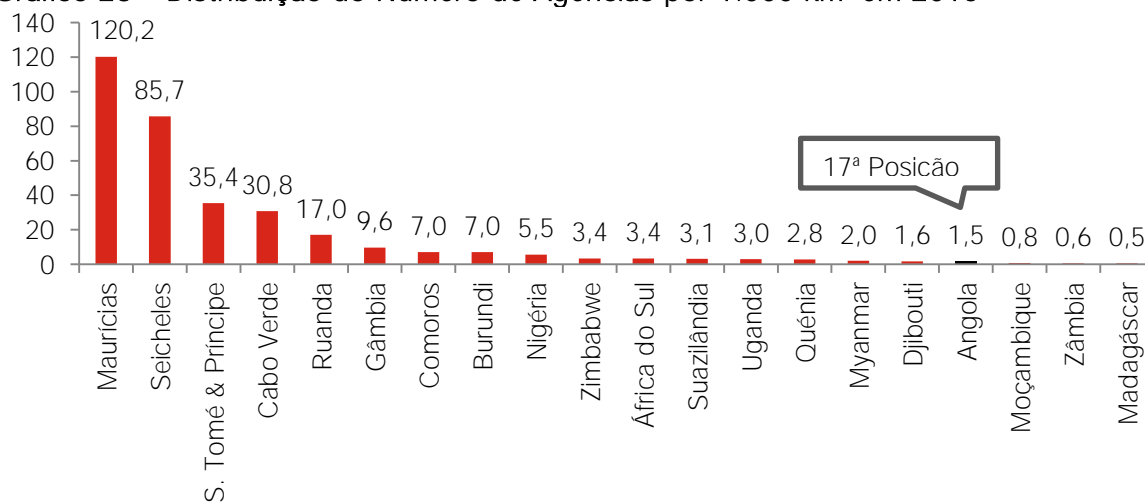
Gráfico 27 – Distribuição do Número de Agências por Dimensão em 2015



Fonte: IFs; ABANC

Considerando a região da África Subsaariana, segundo a distribuição do número de agências em 2015, Angola possui a 3ª maior rede de agências, com a Nigéria e África do Sul no topo da lista, com 5.021 agências e 4.049 agências respectivamente.

Gráfico 28 – Distribuição do Número de Agências por 1.000 km² em 2015⁴³



Fonte: Financial Access Survey 2015, FMI; ABANC

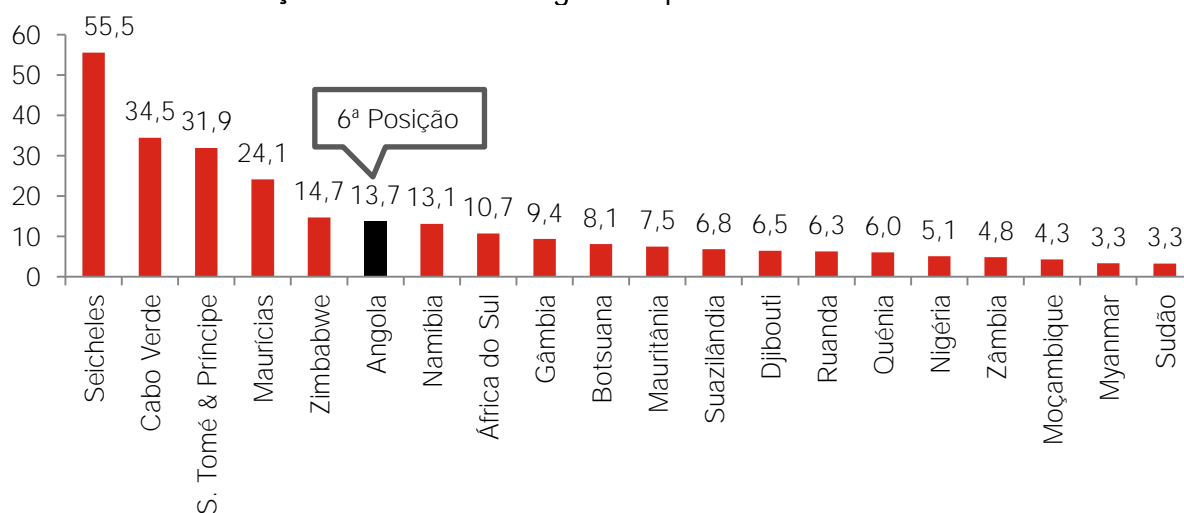
Já considerando a distribuição do número de agências por 1.000 km² da África Subsaariana, em 2015, Angola ocupava a 17ª posição, num total de 42 países (em 2014 ocupava a 19ª posição, com 1,2 agências por 1.000 km²). É importante realçar que os 4 países no topo têm áreas geográficas muito pequenas⁴⁴ se comparados com os restantes países do grupo.

⁴³ Utilizou-se os cálculos da ABANC como fonte para a informação referente a Angola, pois os dados do FMI apresentam um rácio do número de agências bancárias por 1.000 km² de 1,2 enquanto os cálculos da ABANC revelam um rácio de 1,5.

⁴⁴ Áreas geográficas dos 4 países no topo: Cabo Verde – 4.033 km², Maurícias – 2.040 Km², S. Tome e Príncipe – 1.001 km², Seicheles – 455 km².

Quanto à distribuição do número de agências por cada 100.000 adultos em 2015, os países com maior acesso aos serviços bancários foram as Seicheles, Cabo Verde, as ilhas Maurícias e São Tomé e Príncipe. Coincidentemente os 3 países de topo são os que têm o menor número de habitantes da África Subsaariana⁴⁵. Para este rácio, Angola desceu para a 6ª posição em 2015, com uma média de 13,7 agências por cada 100.000 adultos (em 2014 ocupava a 5ª posição com um rácio de 13,5), enquanto África do Sul ocupava a 8ª posição, com 10,7 agências.

Gráfico 29 – Distribuição do Número de Agências por 100.000 Adultos em 2015⁴⁶



Fonte: Financial Access Survey 2015, FMI; ABANC

⁴⁵ População Adulta dos 4 países no topo: Maurícias – 1.027.200, Cabo Verde – 366.170, S. Tomé e Príncipe – 109.205, Seicheles – 73.853, (ONU).

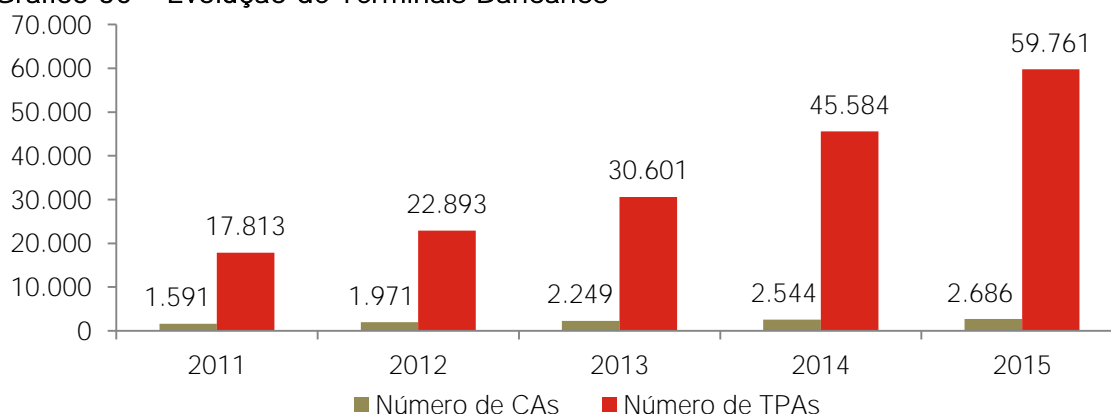
⁴⁶ Utilizou-se os cálculos da ABANC como fonte para a informação referente a Angola, pois os dados do FMI apresentam um rácio do número de agências bancárias por 100.000 adultos de 11,7 enquanto os cálculos da ABANC revelam um rácio de 13,7.

Instrumentos e Meios de Pagamento Electrónicos

Terminais bancários

Os meios de pagamento electrónicos têm sido essenciais, não só pela sua comodidade e agilidade no acto de pagamento, mas como instrumentos de inclusão financeira, em que o acesso aos serviços bancários está facilitado, principalmente em áreas que não têm agências próximas. De uma forma geral, o uso não optimizado dos instrumentos de pagamento e de sistemas ineficientes pode ter impactos na estabilidade do sistema financeiro e no desenvolvimento económico do país.

Gráfico 30 – Evolução de Terminais Bancários⁴⁷



Fonte: EMIS

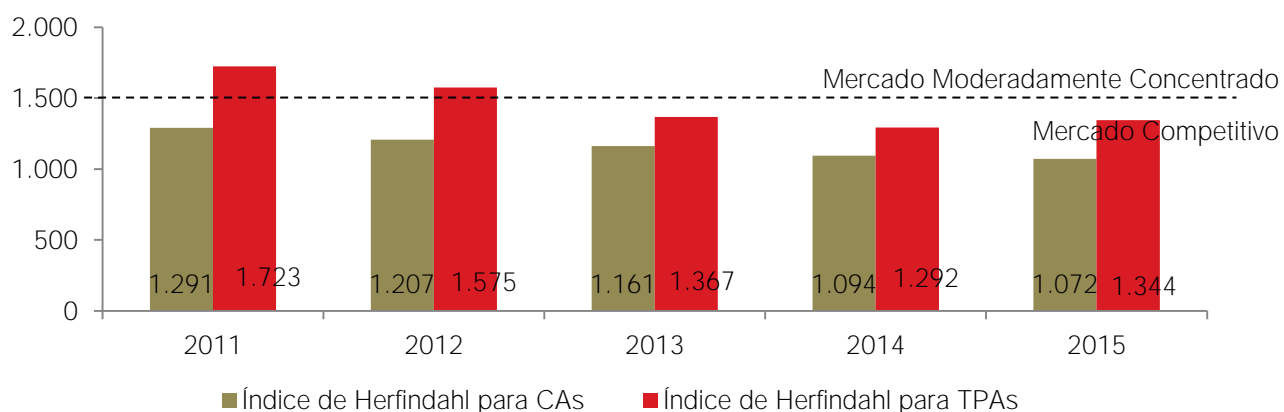
Em 2015 manteve-se o esforço no investimento em meios electrónicos de pagamento, como parte da estratégia de modernização e expansão dos serviços bancários. A rede de caixas automáticas (CAs) contava com 2.776 unidades (um aumento de 19,4% face a 2013) e a rede de TPAs contava com 61.496 unidades (um aumento de 95,3% face a 2013). Concomitantemente, regista-se a expansão dos canais complementares de atendimento, nomeadamente os serviços de *mobile e internet banking*. Em 2015, o número de utilizadores destes serviços ultrapassava 2.000.000.⁴⁸

O índice de Herfindahl relativo à quota de mercado dos terminais bancários manteve a sua trajectória decrescente, mantendo-se em níveis típicos de um mercado competitivo. Os esforços para dinamizar o acesso remoto aos serviços bancários é uma aposta do sector bancário em geral, como demonstra este indicador, apesar de ainda ser visível alguma convergência em torno do segmento de grande dimensão, como detentores de maior número de terminais bancários.

⁴⁷ Das 28 instituições bancárias em funcionamento em 2015, 23 integravam a rede de CAs e de TPAs. Para a análise evolutiva do parque de terminais bancários por dimensão, a amostra é constituída por 21 instituições, pois os bancos BE e BMF não foram incluídos por falta de dados para agregação por segmentos. Deste modo, os totais do Gráfico 30, à semelhança dos totais dos Quadros 46 e 47, diferem dos totais mencionados no texto acima, bem como dos totais dos Quadro 49 e 51.

⁴⁸ Para o exercício de 2015, só foi possível obter dados de 14 instituições financeiras e contabilizou-se 2.066.567 utilizadores de serviço de *mobile e internet banking*). Em 2014, obteve-se os dados de 17 instituições financeiras e 1.829.54 utilizadores faziam uso dos serviços de *mobile e internet banking*.

Gráfico 31 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado dos Terminais Bancários



Fonte: ABANC

As CAs continuam a ser o meio de pagamento de eleição, com um total de Kz 1.587 mil milhões em transacções na rede de CAs, 3,1 vezes mais que o total de transacções por TPAs, que se cifrou em Kz 502 mil milhões. Por outro lado, regista-se uma maior utilização relativa dos TPAs, que têm conquistado maior aceitação, aliado ao aumento do número de pontos de acesso disponíveis.

Quadro 8 - Indicadores de Actividade nos Terminais Bancários⁴⁹

Valores em Kz milhões, excepto quantidades

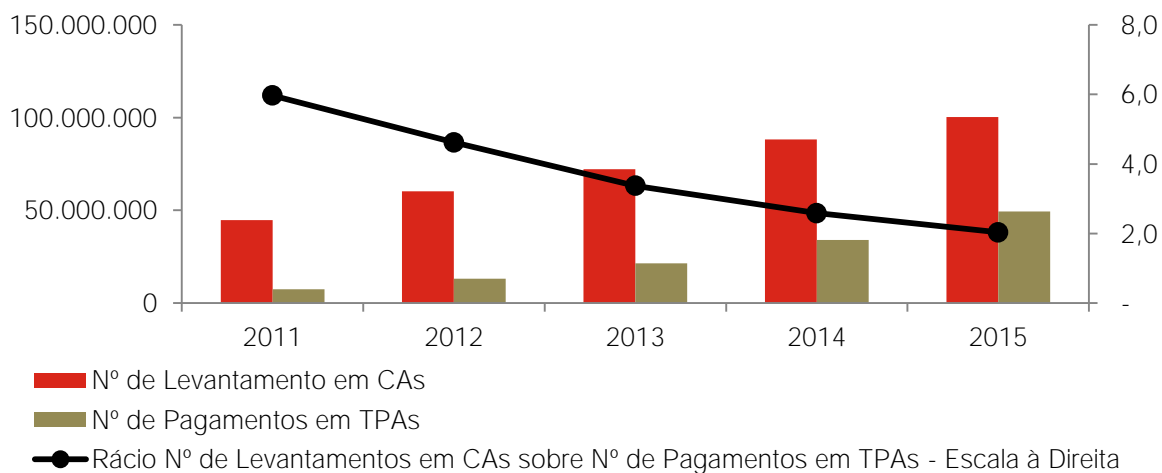
Indicadores	2015	2014	2013	2012	2011
Nº de Cartões Activos	4.693.424	4.648.643	3.488.606	2.837.692	2.377.969
Nº de Transacções em CAs	204.690.411	170.970.382	134.512.402	111.782.623	82.806.596
Nº de Transacções em TPAs	59.272.664	41.022.181	25.844.638	15.941.092	9.278.103
Nº de Transacções em CAs por Cartão Activo	44	37	39	39	35
Nº de Transacções em TPAs por Cartão Activo	13	9	7	6	4
Valor das Transacções em CAs	1.587.040	1.131.863	813.370	638.438	439.857
Valor das Transacções em TPAs	502.006	456.093	256.362	152.032	87.945
Valor das Transacções em CAs por Cartão Activo	0,338	0,243	0,233	0,225	0,185
Valor das Transacções em TPAs por Cartão Activo	0,107	0,98	0,73	0,54	0,37

Fonte: EMIS; ABANC

O rácio número de levantamentos em CAs sobre o número de pagamentos em TPAs manteve a trajectória decrescente, ilustrando esta tendência, a menor utilização do numerário para pagamentos comparativamente aos TPAs.

⁴⁹ Para a análise dos indicadores de actividade, a amostra é composta por 28 instituições em 2015.

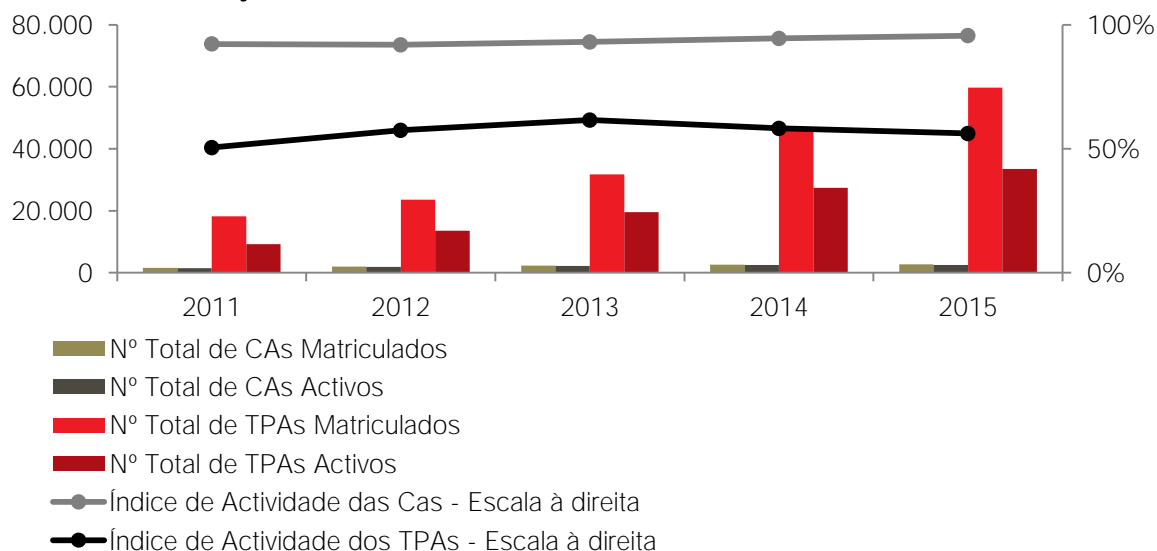
Gráfico 32 – Evolução do Rácio Número de Levantamentos em CAs sobre o Número de Pagamentos em TPAs



Fonte: EMIS; ABANC

Em 2015 o índice de actividade sofreu uma ligeira retracção, indicando que 43,9% dos TPAs matriculados estavam inactivos (contraposto com o índice de actividade das CAs na ordem do 95,6%), pese embora se tenha verificado a extensão da rede de TPAs e o crescimento do seu movimento transaccional.

Gráfico 33 - Evolução do Índice de Actividade das CAs e TPAs

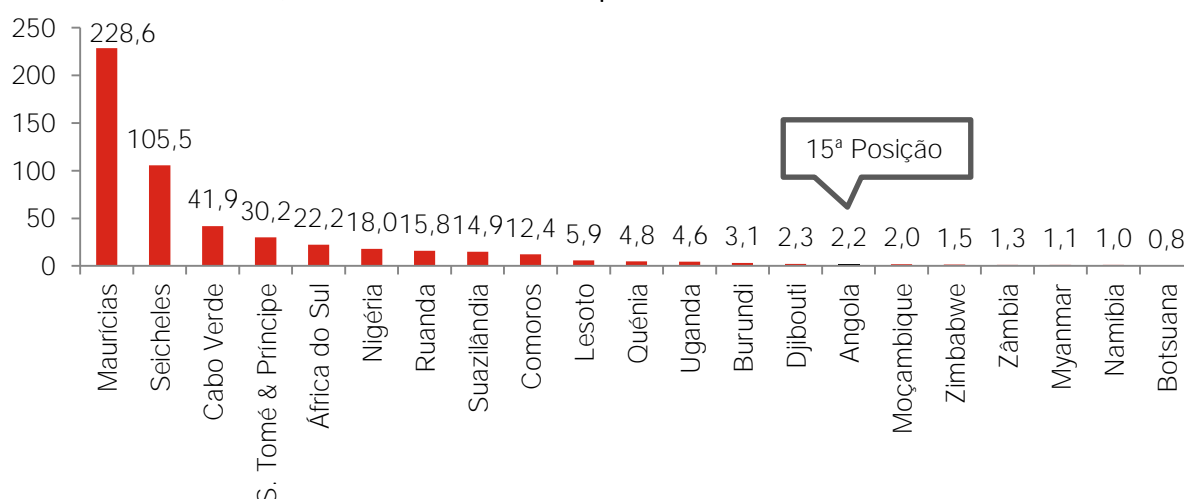


Fonte: EMIS; ABANC

Comparando o parque de CAs no contexto da África Subsaariana, em 2015 Angola ocupava a 15ª posição no ranking do número de CAs por 1.000 Km², apesar de ser o 3º país com maior rede de CAs, após a África do Sul (26.942 unidades) e a Nigéria (16.406 unidades)⁵⁰.

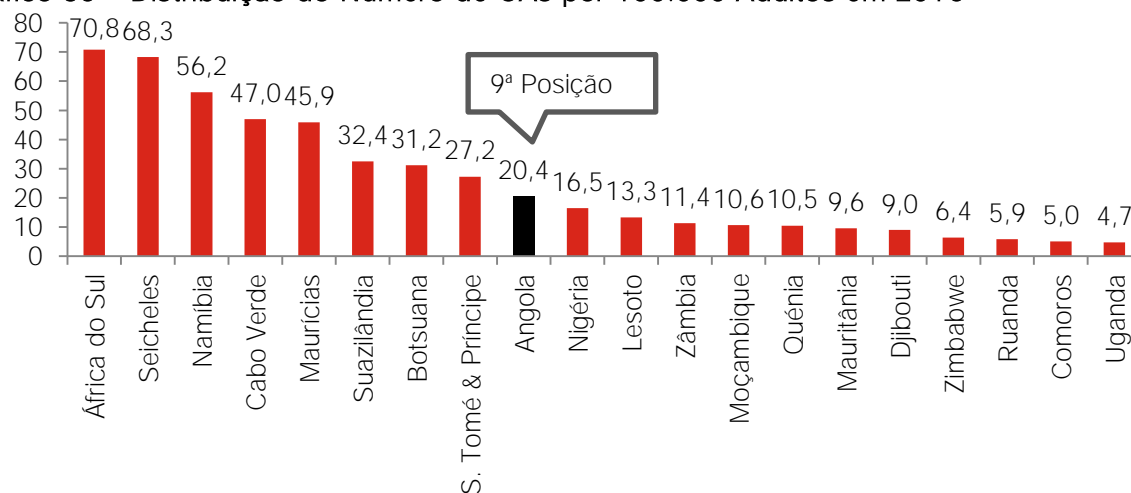
⁵⁰ Esta comparação é feita com dados do Financial Access Survey (FAS) 2015 do FMI.

Gráfico 34 – Distribuição do Número de CAs por 1.000 km2 em 2015



Fonte: Financial Access Survey 2015, FMI

No que respeita ao rácio número de CAs por 100.000 adultos, Angola manteve-se na 9ª posição do ranking em 2015 (no ano homólogo apresentava um rácio de 19,2), após a Nigéria e a África do Sul.

Gráfico 35 – Distribuição do Número de CAs por 100.000 Adultos em 2015⁵¹

Fonte: Financial Access Survey 2015, FMI

⁵¹ Utilizou-se os cálculos da ABANC como fonte para a informação referente a Angola, pois os dados do FMI apresentam um rácio do número de CAs por 100.000 adultos de 21,2 enquanto os cálculos da ABANC revelam um rácio de 20,4

Cartões de Pagamento Multicaixa

O número de cartões válidos atingiu 4.693.424 cartões, tendo crescido apenas 0,1% em relação ao ano anterior, o menor dos últimos anos. Existe ainda necessidade de expansão deste instrumento, pois o número de cartões válidos em 2015 representa 62,4% do total de clientes bancários activos no mesmo período.

Quadro 9 – Decomposição do Número de Cartões de Pagamento Multicaixa por Dimensão⁵²

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Nº de Cartões Multicaixa Válidos	3.014.493	3.139.068	2.391.333	2.098.596	1.875.332
Quota de Mercado	64,9%	67,6%	69,2%	74,4%	79,3%
Taxa de Crescimento Anual	-4,0%	31,3%	13,9%	11,9%	8,7%
Contribuição para a Variação Agregada	-2,7%	21,6%	10,4%	9,4%	7,3%
Média Dimensão					
Nº de Cartões Multicaixa Válidos	1.585.030	1.468.526	1.040.039	693.339	464.337
Quota de Mercado	34,1%	31,6%	30,1%	24,6%	19,6%
Taxa de Crescimento Anual	7,9%	41,2%	50,0%	49,3%	39,5%
Contribuição para a Variação Agregada	2,5%	12,4%	12,3%	9,7%	6,4%
Pequena Dimensão					
Nº de Cartões Multicaixa Válidos	43.791	33.842	24.320	29.882	24.783
Quota de Mercado	0,9%	0,7%	0,7%	1,1%	1,0%
Taxa de Crescimento Anual	29,4%	39,2%	-18,6%	20,6%	90,7%
Contribuição para a Variação Agregada	0,2%	0,3%	-0,2%	0,2%	0,6%
Nº Total de Cartões Multicaixa Válidos	4.643.314	4.641.436	3.455.692	2.821.817	2.364.452
Taxa de Crescimento Agregada	0,1%	34,3%	22,5%	19,3%	14,2%

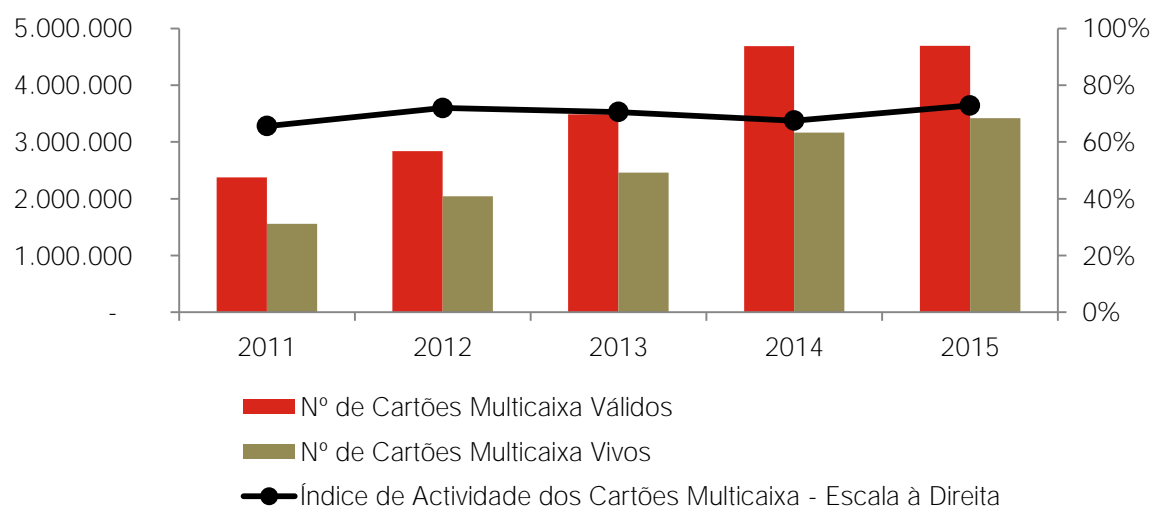
Fonte: EMIS; ABANC

O crescimento do número de transacções com cartões Multicaixa acima do crescimento do número de cartões (índice de actividade na ordem dos 72,9% versus taxa de crescimento de 0,1% em 2015) indica a grande intensidade do uso e consequente importância deste instrumento.

O crescimento constante do número de cartões existentes na rede Multicaixa, consubstanciado pelo aumento das transacções financeiras efectuados com estes cartões, quer por via de TPAs quer pelas CAs, revela progressos da massificação de pagamentos electrónicos. Por outro lado, verificou-se uma ligeira melhoria do índice de actividade destes cartões, evidenciando que 27,1% dos cartões válidos em 2015 não tinham sido utilizados até ao último dia do mês de Dezembro, o que compara ao índice de inactividade de 32,5% em 2014.

⁵² Para a análise evolutiva do número de cartões Multicaixa por dimensão, a amostra é composta por 26 instituições em 2015. Os bancos BE e BMF não foram incluídos por falta de dados para agregação por segmentos. Deste modo, os totais deste quadro diferem dos totais dos Quadro 10 e Quadro 51.

Gráfico 36 – Evolução do Índice de Actividade dos Cartões de Pagamento Multicaixa⁵³



Fonte: EMIS; ABANC

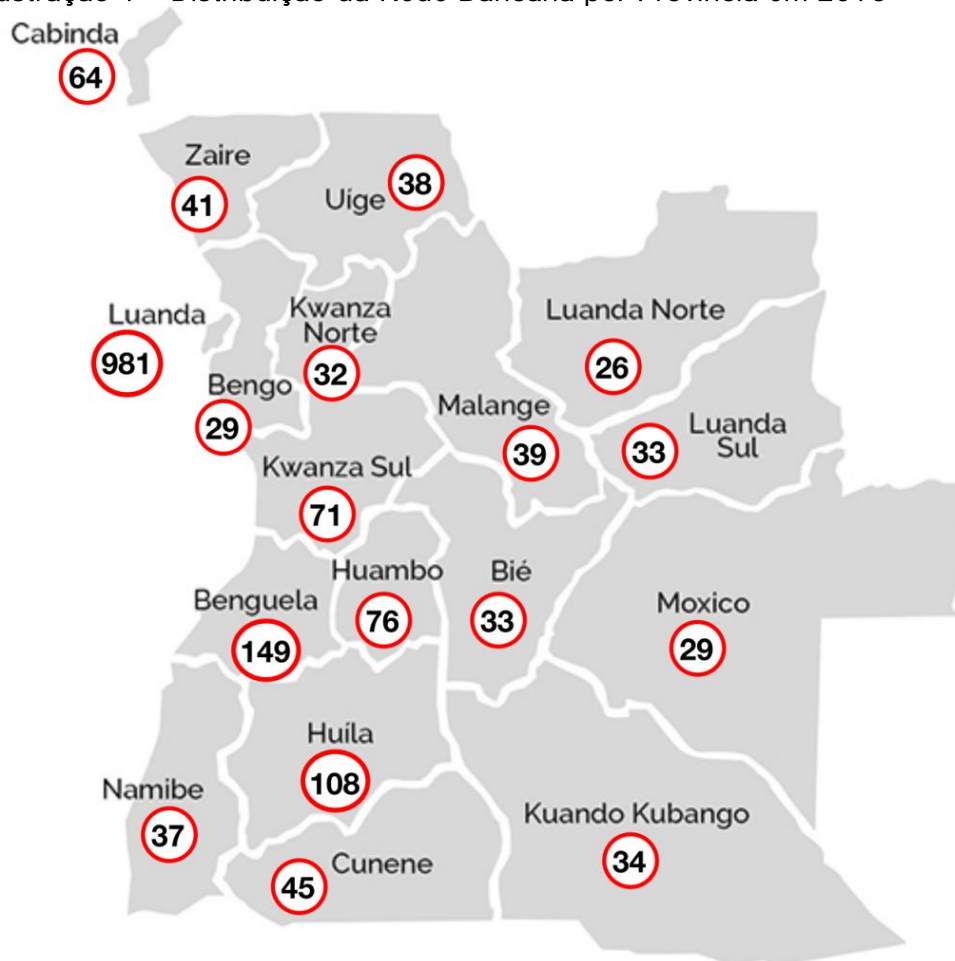
⁵³ Ver Metodologia.

Disponibilidade dos Serviços Bancários por Província e Índice de Bancarização

O conceito de bancarização relaciona o acesso aos serviços financeiros adequados às necessidades dos agentes económicos. Uma maior taxa de bancarização promove a redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população, além de potenciar maiores níveis de captação da poupança e sua canalização para os intermediários financeiros. Por esse motivo, a maior cobertura territorial pela rede de serviços e produtos bancários tem sido uma das principais prioridades das autoridades, da sociedade em geral, e das instituições financeiras em particular.

Em 2015 manteve-se a centralização relativa na distribuição da rede bancária, nomeadamente na província de Luanda, (com 52,6% do total de agências), seguida pelas províncias de Benguela (8,0%), a Huíla (5,8%) e o Huambo (4,1%).

Ilustração 1 – Distribuição da Rede Bancária por Província em 2015⁵⁴



Fonte: IFs; ABANC

⁵⁴ A rede bancária em 2015 é constituída por 1.865 agências, apesar de não ter sido possível obter a localização de todas as agências do banco BMF.

As regiões com menor penetração dos serviços financeiros registaram variação positiva do número de agências, particularmente no Bengo, Lunda Norte e Moxico.

A actividade económica empresarial nos diferentes ramos de actividade no território nacional continua concentrada nas províncias do litoral e do centro, nomeadamente Luanda (64,0%), Benguela (6,8%), Kwanza Sul (3,8%), Huíla (3,9%), Cabinda (3,0%) e Huambo (2,6%). As províncias com maior contributo para a arrecadação de receitas para o Estado são a província de Luanda (90,0%), Benguela (3,0%) Cabinda (1,4%), Zaire (1,1%) e Cunene (1,2%)⁵⁵, enquanto que as províncias com maior atribuição da despesa no OGE são a província de Luanda, Benguela, Huambo e Huíla. Conjugando estes dados, pode concluir-se que a convergência de agências nas zonas do litoral e do centro coincide com as áreas com maior concentração de habitantes e de maior crescimento económico, por serem os maiores pólos de desenvolvimento, tanto a nível do comércio, indústria, agricultura e exploração petrolífera.

Quadro 10 - Indicadores de Densidade Populacional em 2015

Província	Nº de Habitantes na Província em % do Nº Total de Habitantes (2014)	Densidade Populacional (2014)	Nº de Empresas na Província em % do Nº Total de Empresas	Nº Total de Balcões ⁵⁶
Luanda	26,9%	2.872,4	55,2%	981
Huíla	9,7%	33,3	4,5%	108
Benguela	8,7%	70,2	8,8%	149
Huambo	7,8%	58,9	3,9%	76
Kwanza Sul	7,3%	33,8	5,2%	71
Uíge	5,8%	25,3	2,2%	38
Bié	5,6%	20,7	1,7%	33
Malange	3,8%	11,1	2,1%	39
Cunene	3,8%	10,1	1,7%	45
Lunda Norte	3,3%	8,4	2,3%	26
Moxico	2,9%	3,4	1,3%	29
Cabinda	2,8%	98,5	3,6%	64
Zaire	2,3%	14,8	1,1%	41
Lunda Sul	2,1%	11,8	0,9%	33
Kuando Kubango	2,1%	2,7	1,2%	34
Namibe	1,9%	8,5	2,2%	37
Kwanza Norte	1,7%	18,3	1,0%	32
Bengo	1,4%	11,4	1,2%	29
Total	100%	3.313,5	100,0%	1.865

Fonte: INE; ABANC;

⁵⁵ Segundo Relatório de Fundamentação do OGE 2015.

⁵⁶ Para a análise da distribuição da rede bancária, a amostra é composta por 28 instituições em 2015, apesar de não ter sido possível obter a localização de todas as agências do banco BMF.

Quadro 11- Estrutura das Receitas e Despesas por Província⁵⁷

Província	Estrutura de Receitas por Província (arrecadado em 2014)	Estrutura da Despesa por Província (orçado para 2015)
Bengo	0,3%	2,5%
Benguela	3,0%	7,4%
Bié	0,1%	4,5%
Cabinda	1,4%	3,5%
Cunene	1,2%	3,1%
Huambo	0,3%	5,3%
Huíla	0,6%	6,0%
Kuando Kubango	0,1%	5,4%
Kwanza Norte	0,3%	6,1%
Kwanza Sul	0,4%	4,1%
Luanda	90,0%	27,0%
Lunda Norte	0,1%	2,9%
Lunda Sul	0,1%	2,7%
Malange	0,1%	3,4%
Moxico	0,2%	3,3%
Namibe	0,7%	3,2%
Uíge	0,1%	4,1%
Zaire	1,1%	4,7%

Fonte: Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2015 Revisto, MinFin

Na distribuição de agências por município, existiam 44 municípios ainda sem agências⁵⁸ e 117 municípios com pelo menos 1 agência, ou seja, 72,7% dos municípios estavam cobertos pela rede bancária.

A política de expansão geográfica tem incidido particularmente nas áreas que contam com infra-estrutura bancária reduzida e nas áreas sem cobertura bancária, como indica o aumento de municípios com pelo menos 3 agências. É de realçar a evolução do indicador do número de municípios sem agências nos últimos 4 anos, que decresceu 56,0%.

Quadro 12 – Evolução do Número de Agências por Município⁵⁹

Nº de Agências no Município	Nº de Municípios				
	2015	2014	2013	2012	2010
0	44	47	57	60	81
1	35	35	32	35	19
2	20	21	19	20	8
3	9	11	7	4	8
>3	53	47	46	42	45
Nº de Municípios com Agências	117	114	104	101	80
% de Municípios com Agências	72,7%	70,8%	64,6%	62,7%	49,7%

Fonte: IFs; ABANC

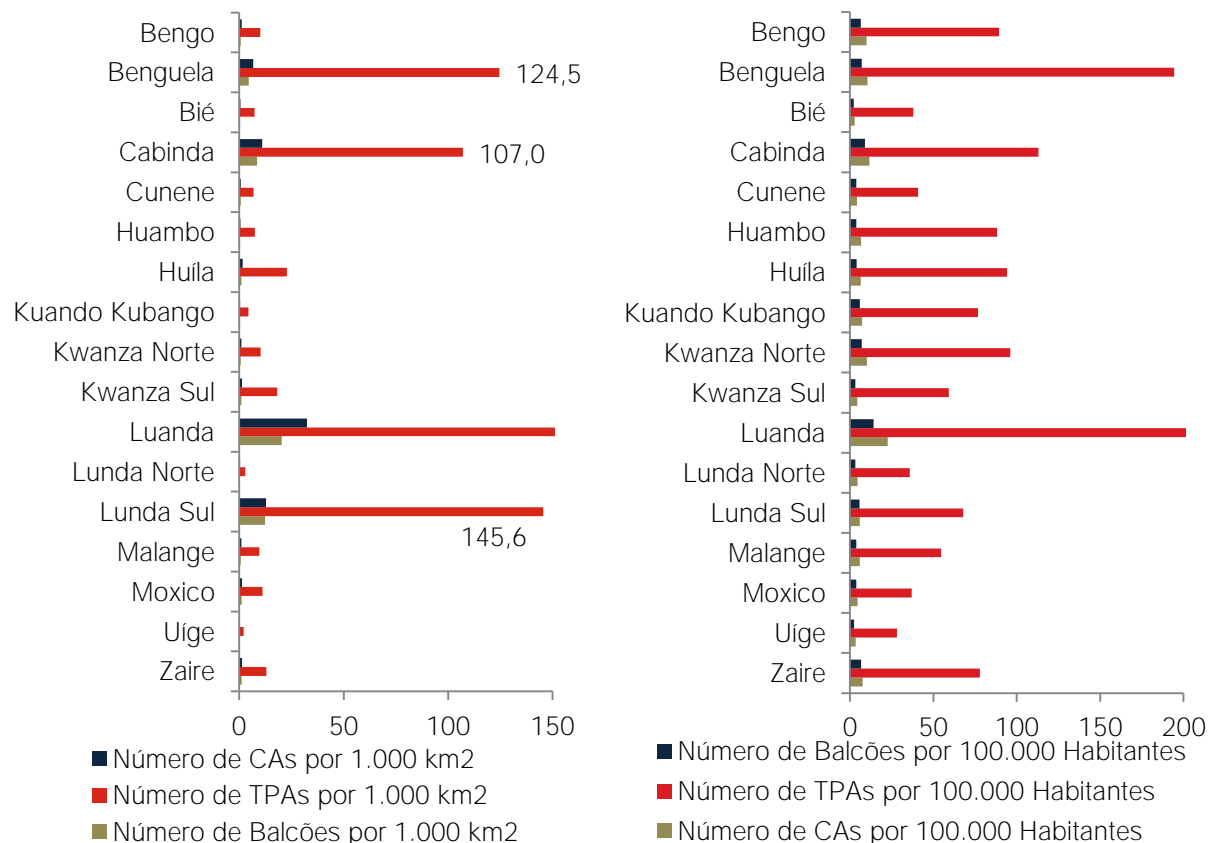
⁵⁷ Inclui somente as despesas funcionais, desconsiderando as despesas e receitas da estrutura central do Estado.

⁵⁸ As províncias do Uíge (11 municípios) e Malange (9 municípios) apresentam maior número de municípios sem balcão. Ver Anexo B.

⁵⁹ A tabela indica-nos quantos municípios têm 0,1,2,3 ou mais de 3 agências.

À semelhança ao observado em 2014, as províncias com maior penetração de serviços bancários, quer na forma de agências, CAs ou TPAs são Luanda, Benguela, Huíla, Huambo e Cabinda.

Gráfico 37 – Disponibilidade de Serviços Bancários por Província em 2015



Fonte: IFs; ABANC

Na literatura, uma das métricas mais utilizadas para medir o nível de bancarização é o rácio de número total de clientes bancários activos sobre o total da população. Em 2014, este indicador alcançou os 25,6%, uma redução de 5.2 p.p. em relação a 2013 devido aos dados do Censo realizado em 2014, que permitiu reajustar os indicadores de bancarização, de modo a avaliar a realidade no mercado nacional. Considerando somente a população adulta, a taxa de bancarização da população adulta era de 48,6% em 2014. Para o exercício de 2015, as estimativas da ABANC apontam para uma taxa de bancarização de 28,0% e uma taxa de bancarização da população adulta de 52,9%.⁶⁰

Pelos cálculos da ABANC, os indicadores sobre a distribuição da rede bancária em 2015, revelam que cada agência servia, em média, 3.991 habitantes e cobria cerca de 668,4 Km², ou seja, uma redução da concentração de habitantes por agência e diminuição da distância média entre agências, em relação ao ano anterior.

⁶⁰ Os valores apresentados para a população total e população adulta em 2015 foram inferidos a partir das estimativas apresentadas na base de dados “World Population Prospects: The 2015 Revision” da ONU [7].

Quadro 13 - Indicadores de Bancarização⁶¹

	2015	2014	2013
Nº de Clientes Bancários	7.442.621	6.608.836	5.935.948
Nº Total de Balcões	1.865	1.760	1.579
Nº Total de Habitantes	26.583.474 ^E	25.789.024	19.183.590
Nº Total de Adultos	14.056.848 ^E	13.592.528	10.128.049
Nº de Clientes por Balcão	3.991	3.755	3.759
Nº de Habitantes por Balcão	14.254 ^E	14.653	12.149
Nº de Clientes em % de Habitantes	28,0% ^E	25,6%	30,9%
Nº de Clientes em % de Adultos	52,9% ^E	48,6%	58,6%
Nº de Balcões por 100.000 Adultos	13 ^E	13	16
Nº de CAs por 100.000 Adultos	20 ^E	19	23
Nº de TPAs por 100.000 Adultos	437 ^E	346	313
Nº de Balcões por 1.000 km ²	1,5	1,4	1,3
Nº de CAs por 1.000 km ²	2,2	2,1	1,9
Nº de TPAs por 1.000 km ²	49,3	37,8	25,4

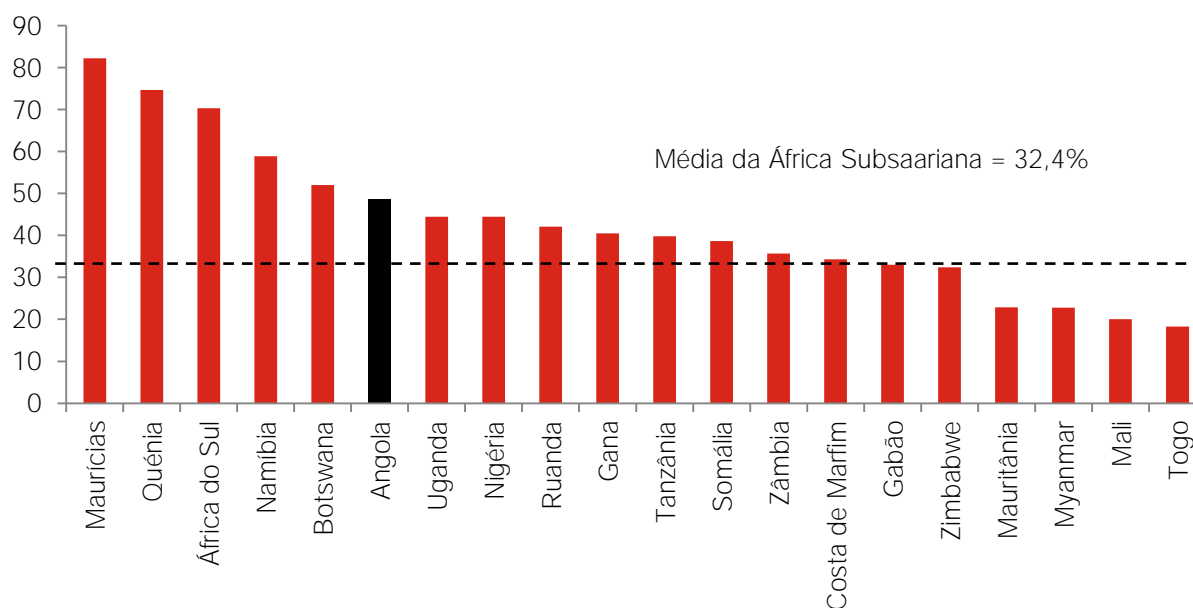
Fonte: INE; ONU; ABANC

No contexto da África Subsaariana, Angola ocupava a 6^a posição no ranking da bancarização da população adulta em 2014, acima da média da região.

⁶¹ Em 2014 utilizou-se os dados do Censo. A informação para 2012 e 2013 origina de uma estimativa feita pelo INE, o que justifica a variação negativa acentuada dos indicadores entre 2013 e 2014.

Os valores apresentados para a população total e população adulta em 2015 foram inferidos a partir das estimativas apresentadas na base de dados "World Population Prospects: The 2015 Revision" da ONU. [7]

Gráfico 38 - Número de Contas (em % da População Adulta) em 2014



Fonte: Findex 2015, Banco Mundial

Apesar do atendimento em agências bancárias ser um dos principais canais, verifica-se um maior acesso aos serviços financeiros através do crescente investimento em canais alternativos, como terminais de pagamento electrónicos e soluções de *mobile e internet banking*.

Em 2015, o crescimento de utilizadores de serviços de *mobile e internet banking*⁶² foi de 13,0% face a 2014 (um aumento de 237.024 utilizadores contra os 1.829.543 utilizadores em 2014)⁶³, variação muito superior à verificada em relação ao número de clientes bancários activos e ao número de cartões Multicaixa (taxa de crescimento de 12,6% e de 0,1% respectivamente). Esta tendência revela maior inclusão digital da população bancarizada, que gradualmente vai adoptando o uso de soluções de *mobile e internet banking*, quer por internet, chamada telefónica ou por SMS.

Os meios electrónicos têm tido maior relevância como ferramentas para a inclusão financeira, em parte pela disponibilidade e uso de canais remotos ou virtuais, como internet banking ou mobile banking, que permitem a realização de transacções sem que o utilizador tenha que se dirigir a uma agência bancária, além de facilitar a gestão das finanças pessoais. Nos últimos 5 anos, os custos com sistemas de tratamento automático de dados aumentaram 13,1%⁶⁴, bem como os gastos com organização e expansão que cresceram 16,8% no mesmo

⁶² Homebanking consiste na possibilidade de se realizar operações bancárias através da internet, sem se deslocar a uma agência ou a um CA.

⁶³ Em 2015, a amostra consistia em 14 instituições bancárias. Para o exercício de 2014, só foi possível obter dados de 17 instituições bancárias e para o exercício de 2013 a amostra consistia em 14 instituições bancárias

⁶⁴ Taxa de crescimento composta para o período de 2011 a 2015.

período, confirmando a tendência para maior investimento em inovação em prol da melhoria da eficiência dos serviços bancários.

Registaram-se em 2014 as primeiras iniciativas no tocante ao recurso do correspondente bancário, em específico as autoridades tradicionais e aos correios.

Dando continuidade aos esforços para a maior inclusão financeira, em Setembro de 2014, o BNA aprovou o Aviso nº 6/2014, que vem criar o enquadramento regulatório para a prestação de serviços de pagamento móveis, com o intuito de promover o desenvolvimento de soluções nesta área. Os indicadores mostram-se favoráveis para a expansão do sistema de pagamento móveis, incluindo o crescente número de utilizadores de rede móvel, um total de 13.884.532 utilizadores em 2015.

Mantendo-se os esforços envidados para a modernização do Sistema de Pagamento de Angola (SPA), o Subsistema de Transferências a Crédito (STC) e o Subsistema de Compensação Electrónica de Cheques (SCC) entraram em funcionamento em 2014 e 2015 respectivamente, sob a gestão da EMIS. O BNA aprovou o Aviso nº 5/2015 e o Instrutivo nº 5/2015, que definem os requisitos dos formulários de cheques normalizados utilizados no sistema, de forma a conferir maior segurança a este instrumento de pagamento

73 Balanço

73 Activo

75 Crédito

81 Títulos e Valores Mobiliários

83 Funding

85 Depósitos

88 Captações para Liquidez

89 Demonstração de Resultados

94 Rentabilidade

95 Análise do Valor Acrescentado Bruto

97 Análise sobre a Concentração Bancária

99 Indicadores do sistema Bancário

99 Indicadores do Balanço

101 Indicadores de Rentabilidade e Eficiência

104 Síntese de Indicadores do Sistema Bancário

ANÁLISE FINANCEIRA



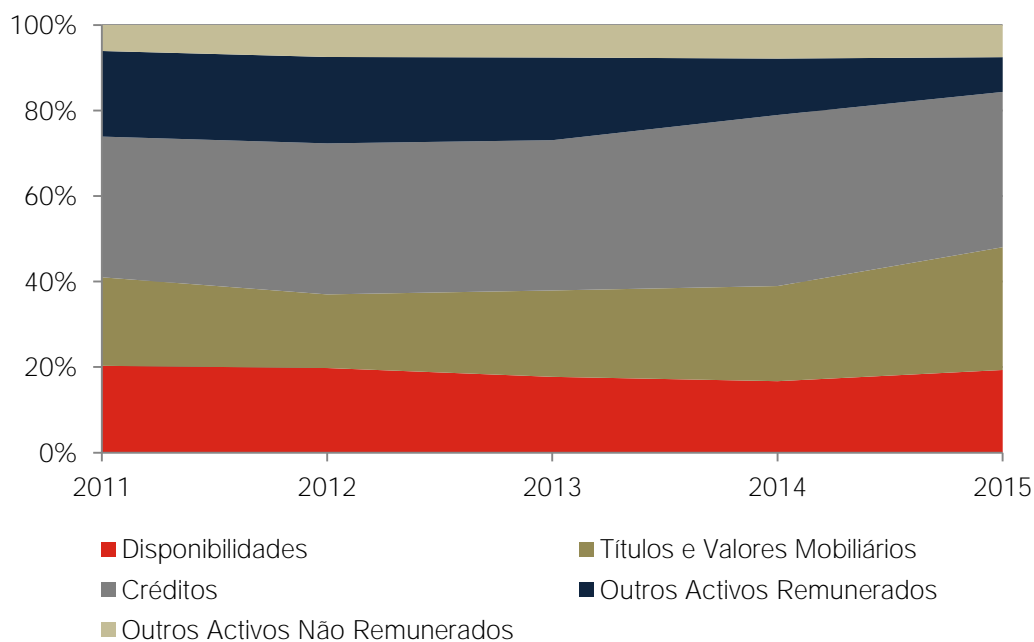
VIII. Análise Financeira

Balanço

Activo

O total de activos do sector bancário cresceu 17,0% em 2015 comparativamente a 2014, influenciado, em parte, pela valorização dos activos em moeda estrangeira. Em resposta à desaceleração do crescimento da economia, causada pela queda das receitas petrolíferas, com impacto nos outros sectores da actividade económica nacional, o aumento das necessidades de financiamento público, assim como as alterações de política monetária, particularmente no final do ano⁶⁵, impulsionou o crescimento dos títulos e valores mobiliários (compostos essencialmente por títulos de dívida pública) em 50,9 % e das disponibilidades em 35%, que tiveram maior contributo para a evolução agregada dos activos, e o menor crescimento do crédito, com apenas 6,2%.

Gráfico 39 - Estrutura do Activo



Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Não obstante a alteração da estrutura do activo, a actividade creditícia continua a ser a componente com maior participação percentual, representando 36,3% do total de activos (contra 40,0% em 2014 e 35,1% em 2013), seguida dos títulos e valores mobiliários com 28,7% do total dos activos.

⁶⁵ Por exemplo, o Instrutivo nº 19/15 define novos critérios de elegibilidade para cumprimento das reservas obrigatórias em ME através da constituição de 20% em depósitos em ME sediados no BNA e 80% em Obrigações do tesouro em ME.

Quadro 14 – Decomposição do Activo ⁶⁶

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Disponibilidades	1.456.828	1.074.267	981.513	966.160	865.141
Em % do Total de Activos	19,3%	16,7%	17,8%	19,8%	20,3%
Taxa de Crescimento Anual	35,3%	9,5%	1,6%	11,7%	11,7%
Títulos e Valores Mobiliários	2.162.823	1.432.818	1.115.352	842.303	883.816
Em % do Total de Activos	28,7%	22,2%	20,2%	17,2%	20,7%
Taxa de Crescimento Anual	50,9%	28,5%	32,4%	-4,7%	-1,2%
Créditos	2.736.618	2.572.036	1.934.102	1.727.763	1.399.551
Em % do Total de Activos	36,3%	40,0%	35,1%	35,3%	32,8%
Taxa de Crescimento Anual	6,2%	33,0%	12,3%	23,0%	21,0%
Outros Activos Remunerados⁶⁷	612.156	848.736	1.066.798	988.658	854.649
Em % do Total de Activos	8,1%	13,2%	19,3%	20,2%	20,0%
Taxa de Crescimento Anual	-28,3%	-20,5%	7,9%	15,7%	126,8%
Outros Activos Não Remunerados⁶⁸	567.505	505.437	418.927	364.574	258.860
Em % do Total de Activos	7,5%	7,9%	7,6%	7,5%	6,1%
Taxa de Crescimento Anual	12,1%	20,9%	14,9%	40,8%	47,6%
Total de Activos	7.535.930	6.433.294	5.516.692	4.883.457	4.262.017
Taxa de Crescimento Anual	17,0%	16,6%	13,0%	14,6%	26,2%

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

Manteve-se a tendência para a redução do volume de operações em aplicações de liquidez em 2015, na ordem dos 37,1% (versus uma taxa de -24,0% em 2014 e 7,1% em 2013), nomeadamente nas operações no mercado monetário interbancário, o que forçou a contracção de 28,3% do agrupamento de outros activos remunerados, indicativo das alterações na política monetária mas também do aumento da percepção do risco de crédito no mercado monetário interbancário.

Na decomposição do activo por dimensão, a estrutura das instituições por segmentos manteve-se praticamente inalterada. Pese embora o segmento de grande dimensão ter o maior impacto para a evolução positiva do total de activos agregados, a sua quota de mercado manteve a trajectória decrescente, cedendo espaço para o segmento de média dimensão, que representava 35,6% do total de activos em 2015, um aumento de 7,6p.p. face a 2014.

Quadro 15 – Decomposição do Activo por Dimensão

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
--	------	------	------	------	------

⁶⁶ A amostra em 2014 é constituída por 23 instituições. Devida a indisponibilidade de dados financeiros do Banco Económico para o exercício de 2014 e 2015, esta instituição não foi incluída na amostra para garantir a comparabilidade de informação no período, dado o peso desta instituição no sector.

⁶⁷ O agrupamento "Outros Activos Remunerados" é composto pelas rubricas aplicações de liquidez, créditos no sistema de pagamentos, instrumentos derivados e operações cambiais.

⁶⁸ O agrupamento "Outros Activos Não Remunerados" é composto pelas rubricas imobilizações, outros valores e inventário comercial e industrial.

Grande Dimensão

Activo	4.644.420	4.208.529	3.647.231	3.376.890	3.078.913
Quota de Mercado	61,8%	65,4%	66,1%	69,2%	72,2%
Taxa de Crescimento Anual	10,4%	15,4%	8,0%	9,7%	23,3%
Contribuição para a Variação Agregada	6,8%	10,2%	5,5%	7,0%	17,2%

Média Dimensão

Activo	2.678.310	2.112.582	1.774.761	1.429.777	1.113.922
Quota de Mercado	35,6%	32,8%	26,8%	29,3%	26,1%
Taxa de Crescimento Anual	26,8%	19,0%	24,1%	28,4%	32,6%
Contribuição para a Variação Agregada	8,8%	5,1%	5,9%	7,4%	8,1%

Pequena Dimensão

Activo	213.201	112.184	94.700	79.790	69.182
Quota de Mercado	2,8%	1,7%	1,7%	1,6%	1,6%
Taxa de Crescimento Anual	90,0%	18,5%	23,3%	11,0%	69,0%
Contribuição para a Variação Agregada	1,6%	0,3%	0,4%	0,2%	0,8%

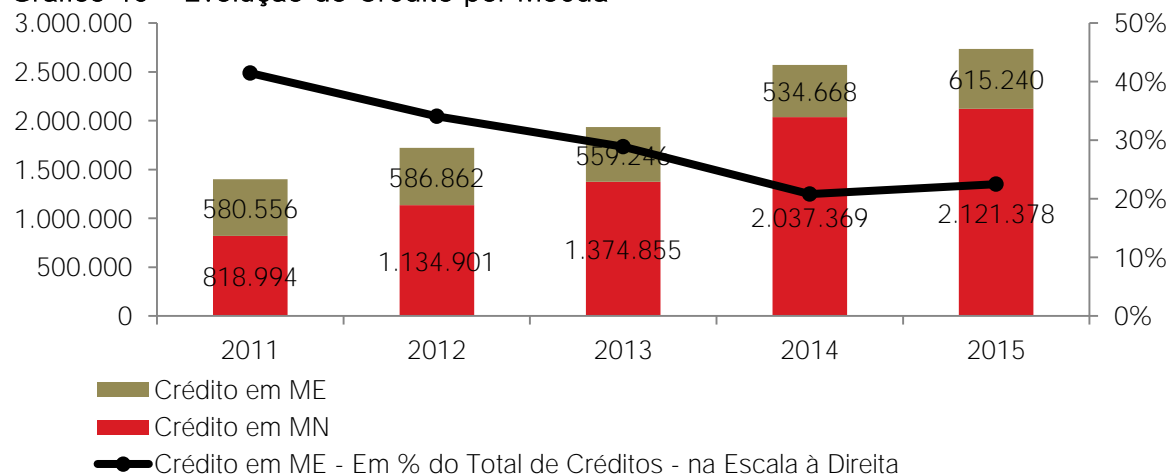
Total Activo	7.535.930	6.433.294	5.516.692	4.883.457	4.262.017
Taxa de Crescimento Anual	17,1%	16,6%	13,0%	14,6%	26,2%

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

Crédito

Em 2015 manteve-se a tendência de crescimento do crédito, não obstante a sua desaceleração influenciada em certa medida pelas restrições nas condições de oferta e procura, pela política monetária mais restritiva e pela retracção da actividade económica.

Gráfico 40 – Evolução do Crédito por Moeda⁶⁹



Fonte: Relatórios e Contas; BNA; ABANC

⁶⁹ Os valores apresentados foram inferidos a partir da proporção de crédito por moeda obtida de uma amostra de 23 bancos contem 88,7% do total de crédito concedido, pelo que se considera que estes dados são representativos do sector. Os bancos BDA, BE, BMF, BPA e BPG não foram incluídos por falta de dados. Ver Metodologia.

O processo de desdolarização⁷⁰ tem tido impactos significativos na carteira de crédito, sendo visível a redução do peso do crédito em moeda estrangeira sobre o total de crédito concedido no período 2011-2014. Contudo, contrariando a tendência observada em anos anteriores, em 2015 o crédito concedido em moeda estrangeira cresceu 15,2% em relação ao período homólogo, representando 22,5% do total de crédito, devido ao impacto da depreciação da taxa de câmbio. Por seu turno, o crédito em moeda nacional cresceu 4,1%, o que corresponde a um aumento de Kz 84 mil milhões.

Quadro 16 – Decomposição do Crédito⁷¹

Valores em Kz milhões, excepto em percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Crédito Vincendo	2.677.648	2.434.001	1.897.585	1.768.659	1.490.596
Em % do Crédito Bruto	88,4%	88,3%	90,2%	93,2%	97,6%
Taxa de Crescimento Anual	10,0%	28,3%	7,3%	18,7%	29,8%
Crédito Vencido	351.366	322.512	206.168	129.044	36.654
Em % do Crédito Bruto	11,6%	11,7%	9,8%	6,8%	2,4%
Taxa de Crescimento Anual	8,9%	56,4%	59,8%	252,1%	-66,1%
Crédito Bruto	3.029.013	2.756.513	2.103.753	1.897.703	1.527.250
Taxa de Crescimento Anual	9,9%	31,0%	10,9%	24,3%	21,6%
Provisões	-292.395	-184.477	-169.651	-175.940	-127.700
Taxa de Crescimento Anual	58,0%	8,7%	-3,6%	37,8%	28,4%
Total de Créditos	2.736.618	2.572.035	1.934.102	1.721.763	1.399.551
Taxa de Crescimento Anual	6,4%	33,0%	12,3%	23,0%	21,0%

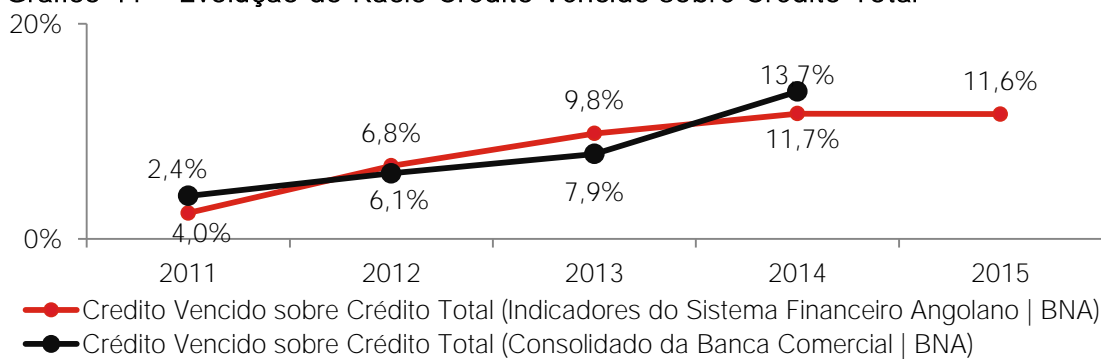
Fonte: IFs; Relatórios e Contas; BNA; ABANC

Observou-se uma redução dos *spreads* e dos níveis de inadimplência, que rondavam os 11,6% face ao total de crédito concedido, o equivalente a Kz 351,4 mil milhões. Esta variação foi influenciada, em grande medida, pela expansão da carteira de crédito, acrescentando os efeitos da política monetária e cambial restritivas.

⁷⁰ Limite de exposição cambial sobre os fundos próprios regulamentares, regulada pelo Aviso nº 5/2010, de 10 de Novembro e limites impostos à concessão de crédito em moeda estrangeira, introduzidos pelo Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho

⁷¹ A proporção de crédito vencido e vincendo foi inferida a partir dos dados do BNA. O total de crédito foi obtido a partir de uma amostra de 26 bancos. Os bancos BE e BMF não foram incluídos por falta de dados. Ver Metodologia.

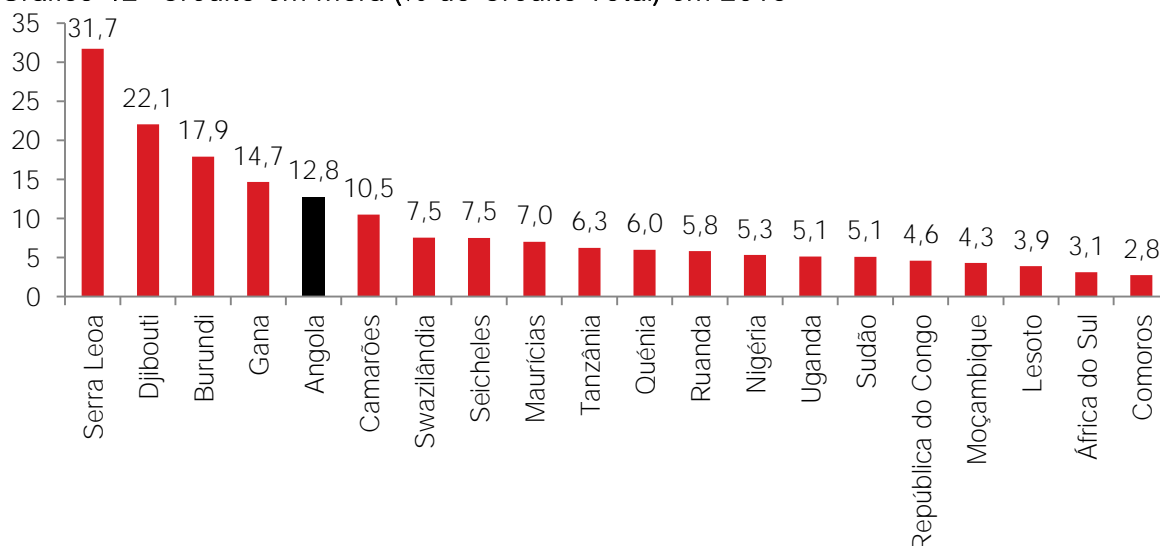
Gráfico 41 – Evolução do Rácio Crédito Vencido sobre Crédito Total⁷²



Fonte: BNA

Comparando com alguns países da região da África Subsaariana, Angola apresentou níveis de incumprimento elevados, medido pelo rácio de crédito em mora em função do crédito total. Em 2015, o país ocupava a 5ª posição, acima da Nigéria e da África do Sul, nas 13ª e 19ª posições, respectivamente.

Gráfico 42- Crédito em Mora (% do Crédito Total) em 2015



Fonte: World Bank; ABANC

Verificou-se um aumento de 58,5% das provisões constituídas para colmatar o risco representado pelo crédito de liquidação duvidosa, totalizando Kz 292,4 mil milhões. Concomitantemente, o crédito bruto registou um crescimento de 9,6%, uma variação menos acentuada que a notada nas provisões, o que influenciou o aumento do rácio provisões sobre crédito bruto em 3 p.p..

⁷² Este gráfico serve para apresentar a variação do crédito vencido, usando diferentes metodologias de cálculo. Os dados da primeira série foram obtidos a partir dos Indicadores do Sistema Financeiro Angolano do BNA; a segunda série tem como fonte o Consolidado da Banca Comercial da série antiga das contas monetárias do BNA, que só vai até 2014.

Quadro 17 – Indicadores de Qualidade do Crédito Bancário⁷³

Valores em percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Crédito Vencido sobre Crédito Total	12,8%	12,5%	10,7%	7,5%	2,6%
Provisões sobre Crédito Bruto	9,7%	6,7%	8,1%	9,3%	8,4%
Provisões sobre Crédito Vencido	83,2%	57,2%	82,3%	136,3%	348,4%

Fonte: IFs; ABANC

Por outro lado, o ajuste do nível de provisionamento face à degradação da carteira de crédito em 2015 levou ao aumento do rácio provisões sobre crédito vencido em mais de 25,3 p.p. face a 2014, com as provisões a representar 83,2% do total de crédito vencido.

Quadro 18 – Crédito por Prazo de Vencimento⁷⁴

Valores em percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Crédito a Curto Prazo (em % do Crédito Total)	24,8%	29,3%	26,0%	34,8%	41,3%
Crédito a Médio e Longo Prazo (em % do Crédito Total)	75,2%	70,7%	73,7%	65,1%	58,7%

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

O crédito por prazo de vencimento manteve-se praticamente inalterado, com o crédito a médio e longo prazo (MLP) a representar 75,2% do total do crédito em 2015. É de realçar que o sector público recebeu 10,5% do crédito total concedido, sendo esta uma das fontes de financiamento das despesas públicas, em oposição ao sector privado, com particular distinção das empresas, que detêm 70% da carteira de crédito.

Quadro 19 - Crédito por Modalidades e por Tipologia de Cliente⁷⁵

Valores em percentagens

	2015	2014	2013
Crédito por Modalidades (em % do Crédito Total)			
Créditos em Conta Corrente	7,1%	11,1%	9,2%
Descobertos em Depósitos à Ordem	2,6%	1,7%	3,9%
Empréstimos	48,4%	51,7%	40,4%
Financiamento	35,6%	27,0%	11,7%
Crédito ao Consumo	5,2%	3,9%	9,0%
Outros Créditos ⁷⁶	1,3%	4,9%	25,7%
Crédito por Tipologia de Cliente (em % do Crédito Total)			
Crédito ao Sector Público	10,5%	11,1%	5,7%
Crédito a Empresas	69,8%	62,9%	69,0%
Crédito a Particulares	19,6%	25,9%	25,3%

Fonte: Relatórios e Contas; IFs; ABANC

⁷³ A proporção de crédito vencido e vincendo foi inferida a partir dos dados do BNA, sendo que o total de crédito foi obtido a partir de uma amostra de 26 bancos. Os bancos BE e BMF não foram incluídos por falta de dados. Ver Metodologia.

⁷⁴ A amostra é composta por 21 bancos, representando 79,3% do total de crédito concedido. Os bancos BANC, BDA, BE, BKI, BMF, BPA e BPG não foram integrados por falta de dados.

⁷⁵ A amostra é composta por 22 bancos, representando 83,2% do total de crédito concedido. Os bancos BDA, BE, BKI, BMF, BPA e BPG não foram integrados por falta de dados.

⁷⁶ Inclui cartões de crédito, operações de leasing e factoring, entre outras.

O sector bancário continua a ser caracterizado por elevados níveis de concentração do mercado, se medido pela quota de mercado de crédito. Em 2015 o mercado do crédito manteve-se convergente para as instituições de grande dimensão, que detêm 65,5% da carteira de crédito agregada, correspondente a 1.793 mil milhões de Kwanzas. Por seu turno, o crédito concedido pelo segmento de média dimensão retomou a tendência crescente, com este grupo a agregar 33,3% do total de crédito, enquanto o segmento de pequena dimensão detém 1,2% do mercado.

Quadro 20 - Decomposição do Crédito por Dimensão

Valores em Kz milhões, excepto em percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Créditos	1.792.626	1.726.766	1.207.809	1.159.898	999.981
Quota de Mercado	65,5%	67,1%	62,4%	67,4%	71,5%
Taxa de Crescimento Anual	3,8%	43,0%	4,1%	16,0%	17,9%
Contribuição para a Variação Agregada	2,6%	26,8%	2,8%	11,4%	13,1%
Média Dimensão					
Créditos	912.319	819.886	704.027	547.771	390.189
Quota de Mercado	33,3%	31,9%	36,4%	31,8%	27,9%
Taxa de Crescimento Anual	11,3%	16,5%	28,5%	40,4%	29,7%
Contribuição para a Variação Agregada	3,6%	6,0%	9,1%	11,3%	7,7%
Pequena Dimensão					
Créditos	31.672	25.384	22.266	14.094	9.377
Quota de Mercado	1,2%	1,0%	1,2%	0,8%	0,7%
Taxa de Crescimento Anual	24,8%	14,0%	58,0%	50,3%	17,9%
Contribuição para a Variação Agregada	0,2%	0,2%	0,5%	0,3%	0,1%
Total Créditos	2.736.617	2.572.036	1.934.102	1.721.763	1.399.551
Taxa de Crescimento Anual	6,4%	33,0%	12,3%	23,0%	21,0%

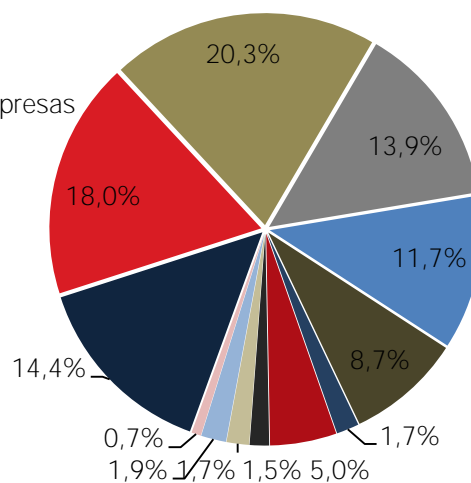
Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

A análise do crédito por sectores de actividade permite concluir que os sectores que mais contribuíram para o crescimento do crédito em 2015 foram o comércio, a indústria transformadora e a construção. Coincidentemente, as actividades financeiras, seguros e fundos de pensões, juntamente com as outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais foram os que evidenciaram maior impacto negativo na variação do total de crédito, face ao ano homólogo.

Não obstante, manteve-se a representatividade do crédito ao sector de actividades colectivas, sociais e pessoais (com 14,4%), aos particulares (com 18,0%) e ao comércio (com 20,3%), que agregavam 52,6% do total de crédito concedido. O volume de crédito destinado à indústria transformadora permaneceu praticamente inalterado, enquanto o crédito para a indústria extractiva e para os transportes, armazenagem e comunicações sofreu uma redução na ordem dos 25,1% e dos 14,1% respectivamente, à semelhança do ano anterior.

Gráfico 43 – Distribuição do Crédito por Sectores em 2015

- Outras Actividades Colectivas, Sociais e Pessoais
- Particulares
- Comércio por Grosso e a Retalho
- Actividade Imobiliária, alugueres e Serviços Prestados às Empresas
- Construção
- Indústrias Transformadoras
- Indústria Extractiva
- Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca
- Transportes, Armazenagem e Comunicações
- Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões
- Alojamento e Restauração
- Outros



Fonte: BNA

Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários somavam Kz 2.163 mil milhões em 2015, um crescimento de 50,9% face ao ano anterior. Esta variação justifica-se pelas medidas tomadas pelo BNA com vista a gestão de liquidez excedentária do sector bancário, nomeadamente, pela alteração das regras de constituição de reservas obrigatórias no sentido de incentivar o financiamento público via títulos de dívida:

- Através da alteração do coeficiente de Reservas Obrigatórias em MN para 25%, dos quais 20% podem ser cumpridos através de Títulos Públicos emitidos a partir de Janeiro de 2015 e contractos de financiamento entre o Ministério das Finanças e os bancos com ponderação das maturidades (Instrutivo nº 03/2015, de 23 de Fevereiro);
- Através da conversão de 80% da exigibilidade das reservas em ME para Obrigações do Tesouro em ME emitidas em 2015 com a maturidade de 7 anos e remuneração de 5% a.a. (Instrutivo nº 19/2015, de 15 de Dezembro).

Quadro 21 – Decomposição dos Títulos e Valores Mobiliários

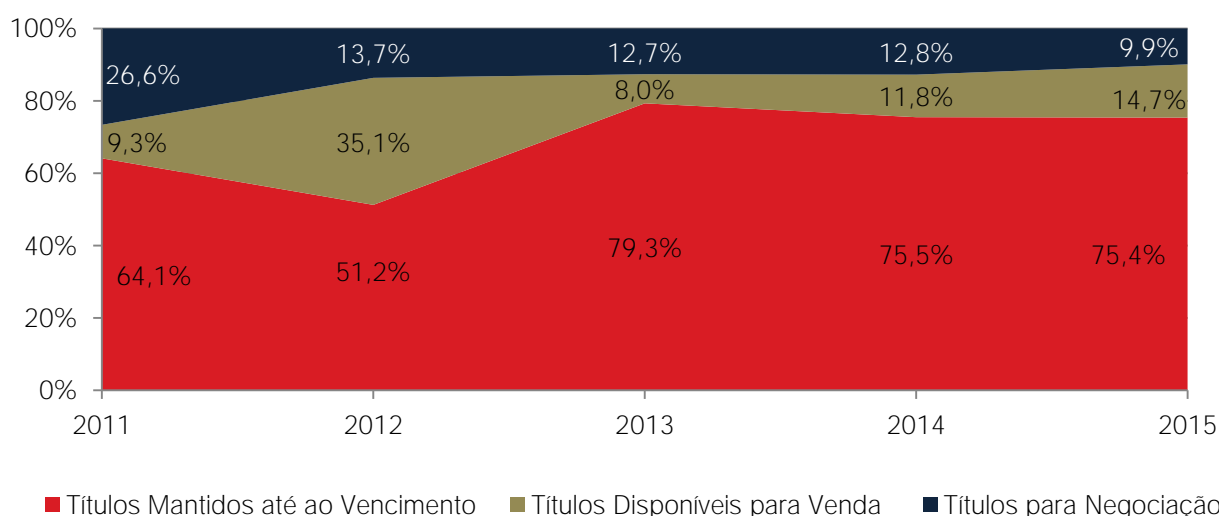
Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Títulos para Negociação	214.814	182.924	141.148	115.005	235.381
Em % do Total de TVM	9,9%	12,8%	12,7%	13,7%	26,6%
Taxa de Crescimento Anual	17,4%	29,6%	22,7%	-51,1%	-2,2%
Títulos Disponíveis para Venda	318.033	168.476	89.750	295.661	81.899
Em % do Total dos TVM	14,7%	11,8%	8,0%	35,1%	9,3%
Taxa de Crescimento Anual	88,8%	87,7%	-69,6%	260,5%	66,8%
Títulos Mantidos até ao Vencimento	1.629.978	1.081.418	884.453	431.638	566.536
Em % do Total dos TVM	75,4%	75,5%	79,3%	51,2%	64,1%
Taxa de Crescimento Anual	50,7%	22,3%	104,9%	-23,8%	-6,3%
Total Títulos e Valores Mobiliários	2.162.823	1.432.818	1.115.352	842.303	883.816
Taxa de Crescimento Anual	50,9%	28,5%	32,4%	-4,7%	-1,2%

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

Na decomposição dos títulos e valores mobiliários, os títulos mantidos em carteira até ao vencimento representavam 75,4% do total, tendo maior contributo na evolução agregada desta rubrica em 2015.

Gráfico 44- Estrutura dos Títulos e Valores Mobiliários



Fonte: IFs; Relatórios e Contas

Na segmentação da carteira de títulos por dimensão, o segmento de grande dimensão mantém uma maior carteira de títulos, com um peso de 65,0% do total agregado. Por sua vez, o segmento de média dimensão, apesar de representar 33,4% do mercado, teve um impacto significativo para a variação agregada dos títulos e valores mobiliários em 2015, mantendo uma taxa de crescimento acima dos 78%.

Quadro 22 - Decomposição dos Títulos e Valores Mobiliários por Dimensão

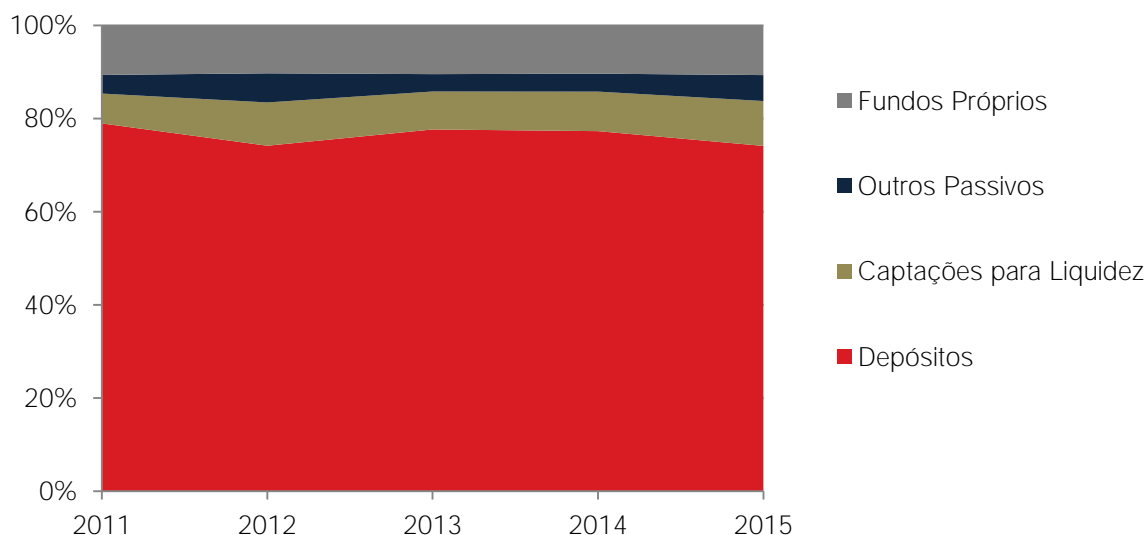
	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Títulos e Valores Mobiliários	1.406.504	1.008.072	891.666	690.767	657.269
Quota de Mercado	65,0%	70,4%	79,9%	82,0%	74,4%
Taxa de Crescimento Anual	39,5%	13,1%	29,1%	5,1%	-4,5%
Contribuição para a Variação Agregada	27,8%	10,4%	23,9%	3,8%	-3,4%
Média Dimensão					
Títulos e Valores Mobiliários	723.385	405.742	218.103	145.057	212.516
Quota de Mercado	33,4%	28,3%	19,6%	17,2%	24,0%
Taxa de Crescimento Anual	78,3%	86,0%	50,4%	-31,7%	7,9%
Contribuição para a Variação Agregada	22,2%	16,8%	8,7%	-7,6%	1,7%
Pequena Dimensão					
Títulos e Valores Mobiliários	32.935	19.003	5.583	6.478	14.032
Quota de Mercado	1,5%	1,3%	0,5%	0,8%	1,6%
Taxa de Crescimento Anual	73,3%	240,4%	-13,8%	-53,8%	49,5%
Contribuição para a Variação Agregada	1,0%	1,2%	-0,1%	-0,9%	0,5%
Total Títulos e Valores Mobiliários	2.162.824	1.432.820	1.115.352	842.302	883.816
Taxa de Crescimento Anual	50,9%	28,5%	32,4%	-4,7%	-1,2%

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Funding

A estrutura do *funding*⁷⁷ evoluiu positivamente em 2015, em valores agregados, com um aumento de 17,0%, sendo que as proporções dos elementos que a constituem permaneceram praticamente inalteradas. Os depósitos mantêm-se como a maior fonte de financiamento do activo, representando 74,1% do total dos recursos obtidos, seguido pelos fundos próprios e as captações para liquidez, pesando 10,7% e 9,6% respectivamente.

Gráfico 45 – Estrutura do Funding



Fonte: Relatórios e Contas

Em resposta à exigência do Aviso nº 14/2013, de 2 de Dezembro e com a entrada de novas instituições no mercado bancário, registou-se um aumento dos fundos próprios, na ordem dos 20,5%. Esta evolução deveu-se ao crescimento do capital social em 31,5% e das reservas e fundos em 15,2% que tiveram maior contributo para a evolução agregada dos fundos próprios, perfazendo um total de 805 mil milhões de Kwanzas no final de 2015.

Até Dezembro de 2015, quatro instituições de pequena dimensão detinham capital social inferior aos 2,5 mil milhões de Kwanzas (limite mínimo estabelecido para a manutenção de capital social e fundos próprios regulamentares).

⁷⁷ O *funding* das instituições bancárias é constituído pela soma de todos os recursos disponíveis para financiamento das actividades da banca, nomeadamente os fundos próprios e os instrumentos do passivo, como depósitos e captações de liquidez

Quadro 23 – Decomposição do Funding

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Depósitos	5.584.431	4.971.614	4.283.227	3.620.982	3.364.272
Em % do Total do Funding	74,1%	77,3%	77,6%	74,1%	78,9%
Taxa de Crescimento Anual	12,2%	16,1%	18,3%	7,6%	37,7%
Captações para Liquidez	726.504	546.109	449.851	453.775	273.218
Em % do Total do Funding	9,6%	8,5%	8,2%	9,3%	6,4%
Taxa de Crescimento Anual	32,6%	21,4%	-0,9%	66,1%	-15,9%
Outros Passivos	419.711	247.793	205.443	305.450	170.451
Em % do Total do Funding	5,6%	3,9%	3,7%	6,3%	4,0%
Taxa de Crescimento Anual	66,4%	19,7%	-34,3%	78,8%	-77,6%
Fundos Próprios	805.285	667.779	578.171	503.250	454.075
Em % do Total do Funding	10,7%	10,4%	10,5%	10,3%	10,7%
Taxa de Crescimento Anual	20,6%	15,5%	14,9%	10,8%	20,9%
Funding	7.535.930	6.433.294	5.516.692	4.883.457	4.262.017
Taxa de Crescimento Anual	17,0%	16,6%	12,9%	14,6%	26,2%

Fonte: Relatórios e Contas

Os outros passivos, agrupados para melhor análise agregada, representavam 5,6% do total dos recursos em 2015, uma expressividade praticamente inalterada face a 2014. Não obstante o impacto negligenciável sobre a evolução do *funding* agregado, estes instrumentos registaram um aumento de 66,4%, justificado pelo aumento das obrigações no sistema de pagamentos em 149,2%, das operações cambiais e outras obrigações, quantificado em 63,8% e 51,5% respectivamente.

Depósitos

O volume de depósitos aumentou 12,2%, mantendo a tendência de crescimento observável nos anos anteriores, impulsionada em grande medida, pelo aumento da inflação, com impactos nos depósitos denominados em MN, e pela desvalorização do Kwanza face ao Dólar, com impactos nos depósitos denominados em ME.

Quadro 24 – Decomposição dos Depósitos por produto e moeda⁷⁸

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

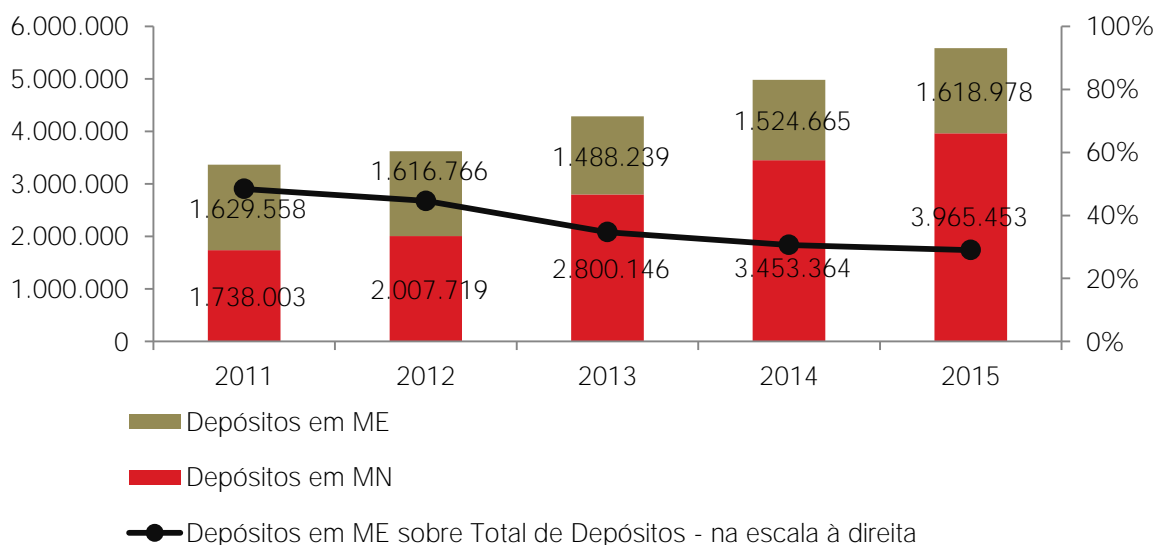
	2015	2014	2013	2012	2011
Depósitos à Ordem	3.130.100	2.764.636	2.337.922	1.906.730	1.921.918
Em % do Total dos Depósitos	56,1%	55,6%	54,6%	52,7%	57,1%
Taxa de Crescimento Anual	13,2%	18,3%	22,6%	-0,8%	33,9%
Depósitos à Ordem MN	2.427.397	1.984.792	1.584.783	1.074.664	985.422
Em % dos Depósitos à Ordem	77,6%	71,8%	67,8%	56,4%	51,3%
Taxa de Crescimento Anual	22,3%	25,2%	47,5%	9,1%	38,1%
Depósitos à Ordem ME	702.703	779.844	753.139	832.046	936.496
Em % dos Depósitos à Ordem	22,5%	28,2%	32,2%	43,6%	48,7%
Taxa de Crescimento Anual	-9,9%	3,5%	-9,5%	-11,2%	35,7%
Depósitos a Prazo	2.383.540	2.193.867	1.925.349	1.692.221	1.432.009
Em % do Total dos Depósitos	42,7%	44,1%	45,0%	46,7%	42,6%
Taxa de Crescimento Anual	8,5%	13,9%	13,8%	18,2%	43,9%
Depósitos a Prazo MN	1.467.265	1.449.323	1.192.068	908.961	740.451
Em % dos Depósitos a Prazo	61,6%	66,1%	61,9%	53,7%	51,7%
Taxa de Crescimento Anual	1,2%	21,7%	31,4%	22,8%	59,1%
Depósitos a Prazo ME	916.275	744.544	733.281	783.260	691.558
Em % dos Depósitos a Prazo	38,4%	33,9%	38,1%	46,3%	48,3%
Taxa de Crescimento Anual	23,1%	1,5%	-6,4%	13,3%	39,5%
Outros Depósitos	70.791	13.112	19.957	22.031	10.346
Em % do Total de Depósitos	1,3%	0,3%	0,5%	0,6%	0,3%
Taxa de Crescimento Anual	427,2%	-32,7%	-10,4%	111,5%	-5,8%
Depósitos em MN	3.965.453	3.447.227	2.796.808	2.005.676	1.736.219
Em % do Total dos Depósitos	71,0%	69,3%	65,3%	55,4%	51,6%
Taxa de Crescimento Anual	14,7%	23,2%	40,1%	15,7%	45,7%
Depósitos em ME	1.618.978	1.524.388	1.486.420	1.615.306	1.628.054
Em % do Total dos Depósitos	29,0%	30,7%	34,7%	44,9%	48,4%
Taxa de Crescimento Anual	6,4%	2,7%	-8,1%	-0,8%	37,4%
Total dos Depósitos	5.584.431	4.971.614	4.283.227	3.620.982	3.364.272
Taxa de Crescimento Anual	12,2%	16,1%	18,3%	7,6%	37,7%

Fonte: Relatórios e Contas; BNA; ABANC

⁷⁸ Os valores apresentados foram inferidos a partir da proporção de depósitos por moeda obtida de uma amostra de 22 bancos contem 97,8% do total de crédito concedido, pelo que se considera que estes dados são representativos do sector. Os bancos BE, BMF, BPG, SCBA, YETU e BPAN não foram incluídos por falta de dados. Ver Metodologia.

Os depósitos a ordem cresceram 12,2% em 2015, mantendo os níveis de crescimento superiores aos depósitos a prazo, à semelhança do ano anterior. Deste modo, os depósitos a ordem tiveram um maior contributo para a evolução agregada do volume de depósitos, representando 56,1% do total, contraposto aos depósitos a prazo que pesavam 42,7%.

Gráfico 46 – Evolução dos Depósitos⁷⁹



Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

Os depósitos em Kwanzas cresceram 14,7%, para um total de 3.965 mil milhões de Kwanzas, correspondente a 71,0% do total de depósitos, enquanto os depósitos em moeda estrangeira aumentaram mais de 94 mil Kwanzas, em parte devido ao efeito cambial da subida da taxa de câmbio, tendo o seu peso sobre o total de depósitos reduzido de 30,6% para 29,0% em 2015, como resultado do processo de desdolarização da economia iniciado em 2011.

É de se salientar que os depósitos a prazo com maturidades inferiores a 1 ano têm maior expressão na desagregação dos depósitos por prazos vencimento, representando 93,6% do total de depósitos a prazo. Consequentemente, a maturidade dos instrumentos de *funding* é maioritariamente de curto prazo, o que limita a concessão de créditos nos prazos mais longos, devido aos riscos associados ao descasamento de prazos entre os activos e os passivos.

⁷⁹ Os valores apresentados foram inferidos a partir da proporção de depósitos por moeda obtida de uma amostra de 22 bancos contem 97,8% do total de crédito concedido, pelo que se considera que estes dados são representativos do sector. Os bancos BE, BMF, BPG, SCBA, YETU e BPAN não foram incluídos por falta de dados. Ver Metodologia.

Quadro 25 - Depósitos a Prazo por Prazo de Vencimento e por Tipologia de Clientes⁸⁰

	2015	2014	2014
Depósitos por Prazo de Vencimento (em % do Total de Depósitos a Prazo)			
Depósitos a Curto Prazo	93,6%	97,8%	95,8%
Depósitos a Médio Prazo	6,5%	2,2%	4,2%
Depósitos por Tipologia de Clientes (em % do Total de Depósitos)			
Residentes	98,8%	98,9%	98,6%
Sector Público	16,7%	17,5%	20,1%
Empresas	53,4%	53,3%	54,9%
Particulares	28,7%	28,1%	23,6%
Não Residentes	1,2%	1,1%	1,4%

Fonte: IFs; ABANC

Em 2015, os depósitos do segmento de grande dimensão assumem uma posição mais relevante, representando 64,6% dos depósitos. No entanto, mantendo a tendência verificada em outras rúbricas, a significância dos recursos do segmento de grande dimensão tem vindo a reduzir, sendo a sua quota absorvida pelo segmento de média dimensão, que correspondia a 32,8% do total. Por seu turno, o segmento de pequena dimensão aumentou a sua quota ligeiramente, embora registe taxas de crescimento na ordem dos 124,4%.

Quadro 26 – Evolução dos Depósitos por Dimensões

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Depósitos	3.608.646	3.441.253	3.013.392	2.638.594	2.582.421
Quota de Mercado	64,6%	69,2%	70,4%	72,9%	76,8%
Taxa de Crescimento Anual	4,9%	14,2%	14,2%	2,2%	39,2%
Contribuição para a Variação Agregada	3,4%	10,0%	10,4%	1,7%	29,8%
Média Dimensão					
Depósitos	1.833.438	1.466.939	1.214.788	926.332	733.524
Quota de Mercado	32,8%	29,5%	28,4%	25,6%	21,8%
Taxa de Crescimento Anual	25,0%	20,8%	31,1%	26,3%	31,4%
Contribuição para a Variação Agregada	7,4%	5,9%	8,0%	5,7%	7,2%
Pequena Dimensão					
Depósitos	142.346	63.422	55.047	56.056	48.328
Quota de Mercado	2,5%	1,3%	1,3%	1,5%	1,4%
Taxa de Crescimento Anual	124,4%	15,2%	-1,8%	16,0%	62,5%
Contribuição para a Variação Agregada	1,6%	0,2%	0,0%	0,2%	0,8%
Total Depósitos	5.584.430	4.971.614	4.283.227	3.620.982	3.364.273
Taxa de Crescimento Anual	12,3%	16,1%	18,3%	7,6%	37,7%

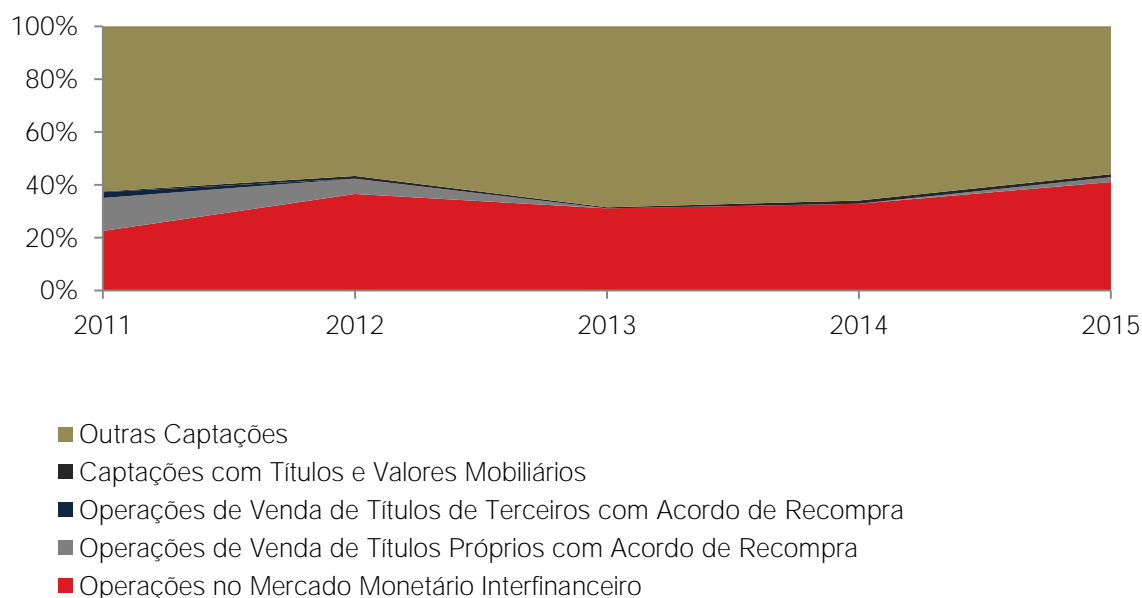
Fonte: IFs; ABANC

⁸⁰ Os valores apresentados foram inferidos a partir da proporção de depósitos por prazo de vencimento obtida de uma amostra de 22 bancos detendo 99,3% do total de depósitos a prazo, pelo que se considera que estes dados são representativos do sector. Os bancos BANC, BE, BMF, BPG, SCBA, YETU não foram incluídos por falta de dados.

Captações para Liquidez

Em 2015, as captações para liquidez, tais como operações no mercado monetário interbancário e captações com títulos e valores mobiliários, apresentam um aumento de 32,6% em relação ao anterior, alcançando um total de Kz 726 mil milhões.

Gráfico 47 - Estrutura das Captações para Liquidez



Fonte: Relatórios e Contas

Estas captações traduzem-se em operações de gestão de tesouraria e de liquidez das instituições bancárias, maioritariamente de curto prazo, sendo que as operações no mercado monetário interbancário representam 41,0% das operações de captação para liquidez em 2015, em oposição às outras captações, que pesam 56,0%. As operações de venda de títulos e as captações com títulos e valores mobiliários têm representatividade inexpressiva na estrutura das captações para liquidez, com percentuais abaixo de 2,0% do total destes instrumentos.

Demonstração de Resultados

Os resultados agregados cresceram 22,1% em 2015 comparativamente a 2014, acima da taxa de inflação homóloga de 14,3% do mesmo período, rondando os 116 mil milhões de Kwanzas. Os resultados operacionais cresceram 25,2%, um total de 128 mil milhões de Kwanzas,

O produto bancário bruto manteve uma trajectória crescente relativa ao ano homólogo, com uma variação de 160 mil milhões de Kwanzas, indicando o aumento do negócio bancário, alavancado pelo aumento da margem financeira e da margem complementar, em 31,5% e 52,1%, respectivamente.

Quadro 27 – Decomposição da Demonstração de Resultados

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

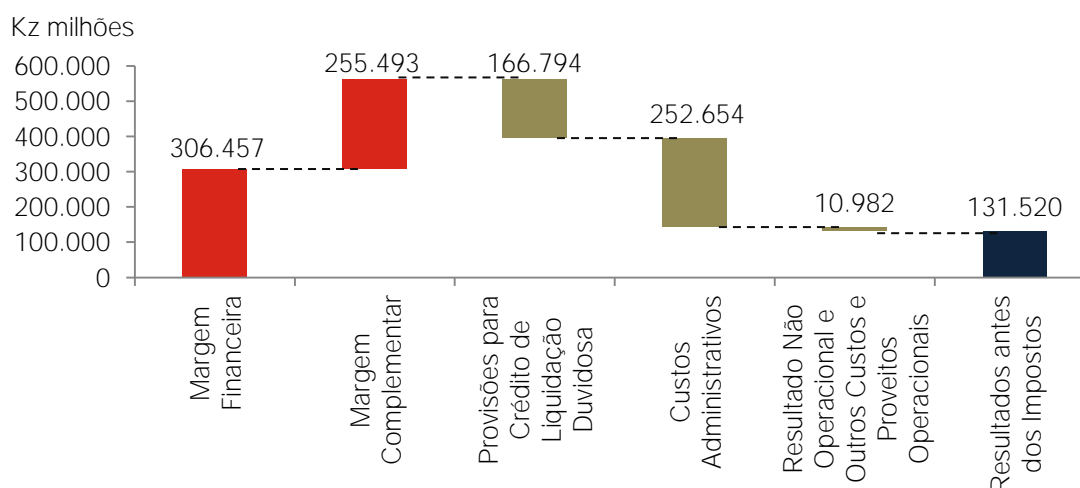
	2015	2014	2013	2012	2011
Margem Financeira	306.457	232.461	200.302	188.476	177.597
Em % do Produto Bancário Bruto	54,5%	58,1%	58,9%	60,4%	62,0%
Taxa de Crescimento Anual	31,8%	16,4%	6,3%	6,1%	13,3%
Margem Complementar	255.493	167.350	139.652	123.599	108.951
Em % do Produto Bancário Bruto	45,5%	41,9%	41,1%	39,6%	38,0%
Taxa de Crescimento Anual	52,7%	20,0%	13,0%	13,4%	28,0%
Produto Bancário Bruto	561.950	399.810	339.954	312.074	286.549
Taxa de Crescimento Anual	40,6%	17,9%	8,9%	8,9%	20,6%
Provisões⁸¹	187.812	91.680	69.901	84.193	69.323
Em % do Produto Bancário Bruto	33,4%	22,9%	20,6%	27,0%	24,2%
Taxa de Crescimento Anual	104,0%	30,5%	-16,3%	21,8%	43,1%
Resultados de Intermediação	395.155	319.374	276.470	233.729	222.746
Taxa de Crescimento Anual	23,7%	15,6%	18,3%	4,9%	10,7%
Custos Administrativos	252.654	207.263	179.910	154.674	126.611
Em % do Produto Bancário Bruto	45,0%	51,8%	52,9%	49,6%	44,2%
Taxa de Crescimento Anual	21,9%	15,9%	16,3%	22,2%	25,1%
Resultado Operacional	128.218	105.011	97.747	82.935	97.695
Em % do Produto Bancário Bruto	22,8%	26,3%	28,8%	26,6%	34,1%
Taxa de Crescimento Anual	22,1%	6,6%	17,9%	-15,1%	-3,6%
Resultado Não Operacional	3.301	2.933	4.970	5.614	2.654
Em % do Produto Bancário Bruto	0,6%	0,7%	1,5%	1,8%	0,9%
Taxa de Crescimento Anual	12,6%	-41,4%	-11,5%	111,5%	51,5%
Encargos sobre o Resultado	15.935	10.301	15.757	13.710	5.843
Em % do Produto Bancário Bruto	2,8%	2,6%	4,6%	4,4%	2,0%
Taxa de Crescimento Anual	54,7%	-34,6%	14,9%	134,6%	0,4%
Resultado do Exercício	115.584	97.643	88.536	74.839	94.506
Taxa de Crescimento Anual	18,4%	9,3%	18,3%	-20,8%	-2,8%

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

⁸¹ Inclui Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Provisões sobre Valores e Responsabilidades Prováveis

Os atrasos verificados na satisfação dos compromissos assumidos perante a banca obrigaram as instituições a aumentarem as provisões de cobertura do risco de crédito. As provisões constituídas para o exercício sofreram um aumento de 98,5% e o rácio provisões sobre produto bancário, medindo a qualidade dos activos, alcançou 33,4% em 2015, o que representa um crescimento médio⁸² de 131,1% no período em análise, sugerindo uma deterioração relativa da qualidade activos entre 2011 e 2015.

Gráfico 48 - Formação do Resultado Antes dos Impostos Agregado em 2015



Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

No tocante à decomposição do resultado do sector em 2015, a margem financeira permanece como a maior componente na formação dos lucros, em termos agregados, com um peso de 54,5% sobre o produto bancário. O resultado nesse período também foi influenciado pelo aumento da margem complementar (impulsionada pela variação positiva dos resultados de operações cambiais em 95,0%, principalmente decorrente do efeito da reavaliação cambial sobre a exposição cambial longa, que aumentou de 23,7% para 34,4% no ano – ver Quadro 38 – e da desvalorização da moeda em 32%) e pelo ligeiro crescimento dos custos administrativos, não obstante a sua desaceleração em 2014 e 2013.

No concernente à evolução do resultado por dimensão, o segmento de pequena dimensão teve um lucro agregado de 4,9 mil milhões de Kwanzas (das doze instituições de pequena dimensão, seis apresentaram prejuízos, sendo que cinco iniciaram a sua actividade entre 2014 e 2015). Em 2014, este segmento apresentou prejuízos, em termos agregados, de 3,8 mil milhões de Kwanzas (das oito instituições que compunham este grupo, somente três apresentaram lucros nesse ano). Em contrapartida, o segmento de grande dimensão apresentou um crescimento relativo dos resultados do exercício em 2015 na ordem dos 20,4%, significando num maior impacto nos resultados agregados do sector. O resultado do

⁸² Taxa de crescimento anual composta. Ver Metodologia

segmento de média dimensão decresceu 21,6%, sendo que, das dez instituições que compõem este grupo, duas delas apresentaram prejuízos em 2015.

Quadro 28 - Decomposição do Resultado do Exercício por Dimensão

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Resultado do Exercício	89.169	74.089	62.846	62.115	72.146
Quota de Mercado	77,1%	75,9%	70,3%	83,0%	76,4%
Taxa de Crescimento Anual	20,3%	17,9%	1,2%	-13,9%	-4,5%
Contribuição para a Variação Agregada	15,4%	12,5%	1,0%	-10,6%	-3,5%
Média Dimensão					
Resultado do Exercício	21.487	27.394	25.492	12.693	20.576
Quota de Mercado	18,6%	28,1%	28,5%	17,0%	21,8%
Taxa de Crescimento Anual	-21,6%	7,5%	100,8%	-38,3%	4,5%
Contribuição para a Variação Agregada	-6,1%	2,1%	17,1%	-8,3%	0,9%
Pequena Dimensão					
Resultado do Exercício	4.928	-3.840	997	22	1.749
Quota de Mercado	4,3%	-3,9%	1,1%	0,0%	1,9%
Taxa de Crescimento Anual	228,3%	-485,2%	4431,8%	-98,7%	-10,4%
Contribuição para a Variação Agregada	9,0%	-5,4%	1,3%	-1,8%	-0,2%
Total Resultado do Exercício	115.584	97.643	89.335	74.830	94.471
Taxa de Crescimento Anual	18,4%	9,3%	19,4%	-20,8%	-2,8%

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

Na perspectiva da evolução da margem financeira, os proveitos de instrumentos activos apresentaram um crescimento de 30,3%, uma variação mais acentuada que a evolução dos custos de instrumentos financeiros, que aumentaram 28,1% em 2015.

Quadro 29 - Evolução da Margem Financeira

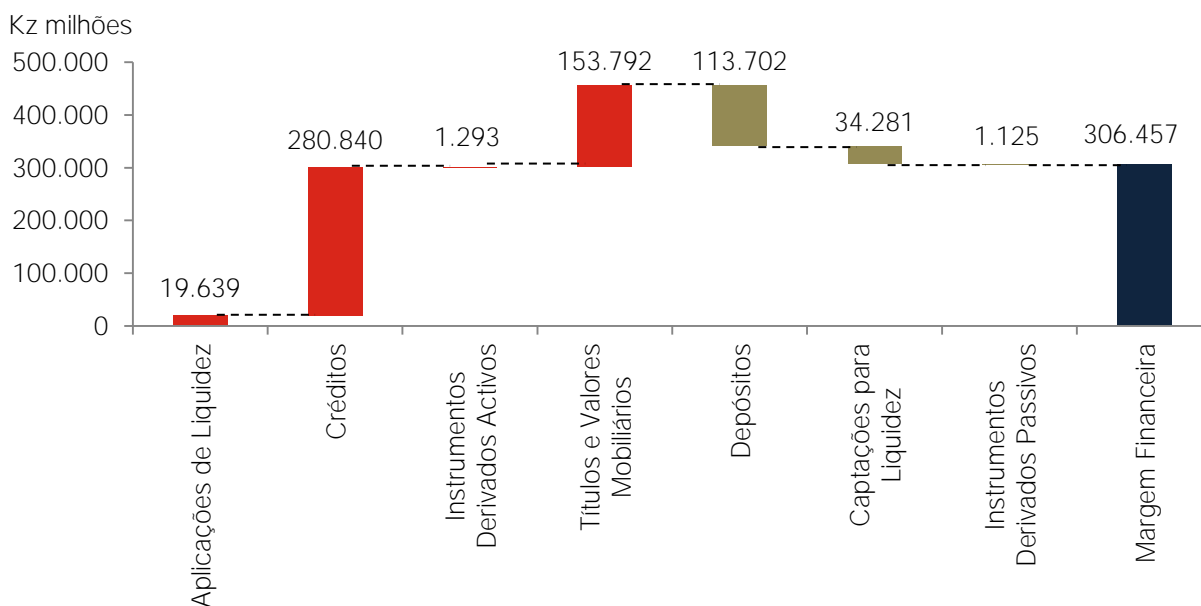
Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Proveitos de Instrumentos Activos	455.565	349.573	301.618	286.896	287.237
Taxa de Crescimento Anual	30,3%	15,9%	5,1%	-0,1%	10,7%
Custos de Instrumentos Passivos	149.108	116.444	101.316	98.421	109.639
Taxa de Crescimento Anual	28,1%	14,9%	2,9%	-10,2%	6,7%
Margem Financeira	306.457	233.129	200.302	188.476	177.597
Taxa de Crescimento Anual	31,5%	16,4%	6,3%	6,1%	13,3%

Fonte: Relatórios e Contas; IFs; ABANC

O aumento dos proveitos em mais de 106 mil milhões de Kwanzas face ao ano homólogo justifica-se pelo crescimento relativo dos proveitos com créditos e com títulos e valores mobiliários, quantificado em 21,1% e 79,4% respectivamente, sendo estas as componentes de maior expressão na composição da margem financeira.

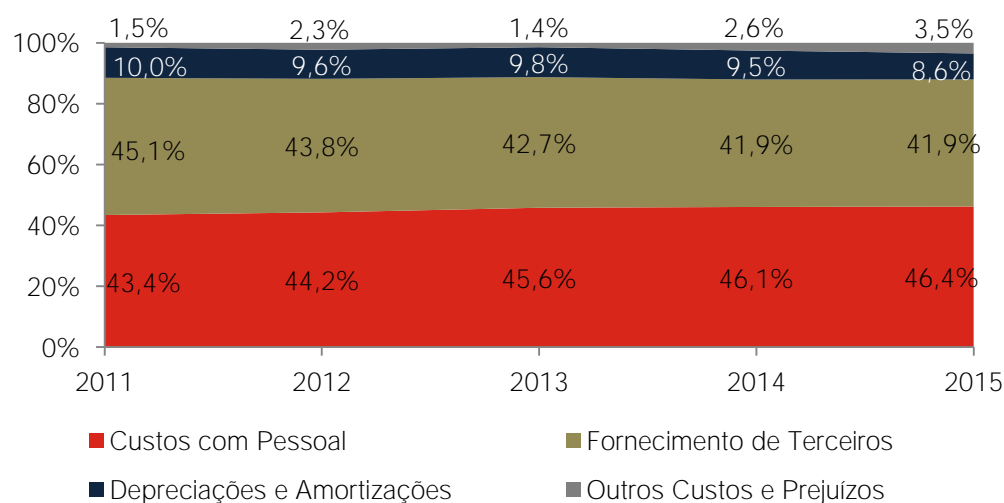
Gráfico 49 – Decomposição da Margem Financeira em 2015



Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

A estrutura dos custos administrativos permanece praticamente inalterada, sendo que, manteve-se a tendência de desaceleração da taxa de crescimento dos custos administrativos a nível agregado, não obstante registrar-se um aumento dos mesmos na ordem dos 14,1%, próximo da inflação no ano. Os custos com pessoal permanecem como os gastos com maior expressão no total dos custos administrativos em 2015, pesando 46,4% na estrutura dos custos, seguidos pelos custos com fornecimentos de terceiros, representando 41,9% do total dos custos administrativos.

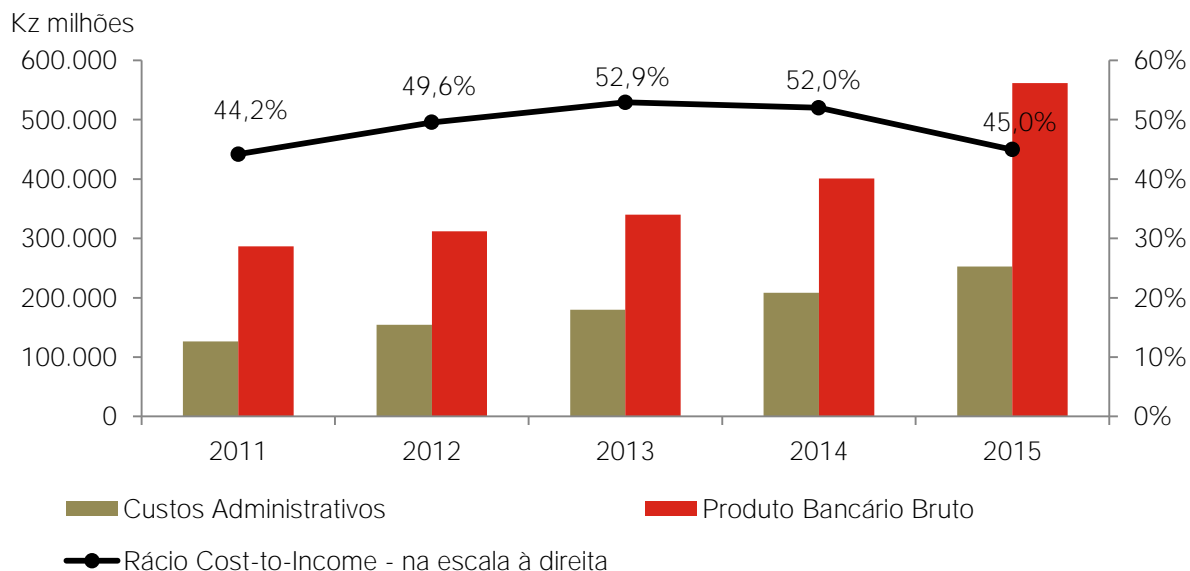
Gráfico 50 – Estrutura dos Custos Administrativos



Fonte: Relatórios e Contas

Avaliando a eficiência operacional do sector para o exercício de 2015, o produto bancário bruto registou um aumento de 40,1%, uma maior variação que os custos administrativos que cresceram 21,1%, o que se traduz num ligeiro ganho de eficiência bancária com o rácio cost-to-income a rondar os 45,0%, o nível mais baixo desde 2011.

Gráfico 51 – Evolução do Rácio Cost-to-Income⁸³



Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

⁸³ Ver Metodologia.

Rentabilidade

Em 2015, a rentabilidade dos activos médios (ROAA) cresceu de 1,6% para 1,7%, influenciado pelo aumento das provisões para crédito de cobrança duvidosa e dos níveis de incumprimento, que afectam a qualidade dos activos bancários.

Quadro 30 – Estrutura da Rentabilidade (%)

Valores em percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Margem Financeira	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2
Lucros em Operações Financeiras	2,2	1,3	1,4	1,4	1,6
Comissões e Proveitos	1,2	1,4	1,2	1,3	1,1
Produto Bancário	8,0	6,7	6,5	6,8	7,5
Custos de Estrutura	3,6	3,5	3,5	3,4	3,3
Resultados de Exploração	1,8	1,7	1,9	1,8	2,6
Provisões	2,7	1,6	1,3	1,8	1,8
Resultados Extraordinários	0,0	0,04	0,095	0,1	0,1
Resultados antes dos Impostos	1,9	1,8	2,0	1,9	2,6
Encargos sobre o Resultado	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2
ROAA	1,7	1,6	1,7	1,6	2,5
Grau de Alavancagem	9,5	9,6	9,7	9,6	9,2
ROAE	15,7	15,2	16,4	15,6	22,7

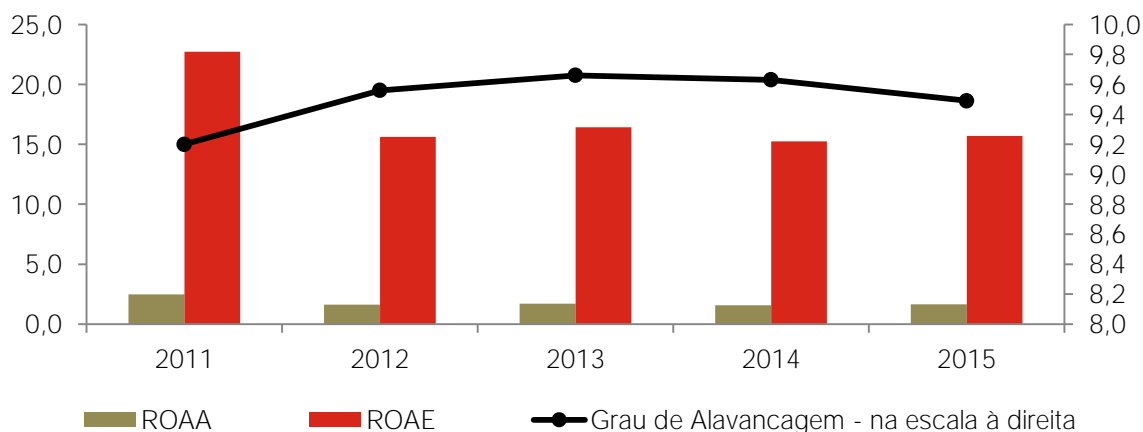
Valores em Kz milhões					
Activo Médio	6.989.097	5.982.375	5.207.813	4.581.927	3.827.216
Fundos Próprios Médios	736.722	621.186	539.069	479.333	416.098

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

O grau de alavancagem manteve a trajectória decrescente iniciada em 2013 e apresenta uma ligeira descida de 0,1 p.p., passando de 9,6 em 2014 para 9,5 em 2015.

Consequentemente, a rentabilidade dos capitais médios (ROAE), em termos agregados, apresentou um valor de 15,7%, mais 0,5 p.p. do que o registado em 2014.

Gráfico 52 – Evolução do ROAE e ROAA (%)



Fonte: IFs; cálculos ABANC

Análise do Valor Acrescentado Bruto

Dada a importância do sector bancário na economia, entendeu-se medir o impacto causado pela actividade bancária e o retorno devido a todos os beneficiários, mediante o cálculo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) a custo dos factores. Deste modo, na óptica do rendimento, o VAB resume-se à soma dos rendimentos transferidos para a economia, nomeadamente o somatório de todos os montantes que foram distribuídos pelas instituições bancárias via salários e impostos indirectos pagos, encargos financeiros incorridos e lucros obtidos como remuneração dos intervenientes no processo produtivo.

Quadro 31 - Decomposição do Valor Acrescentado Bruto⁸⁴

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Retribuição ao Pessoal	116.631	95.039	82.059	70.252	56.140
Em % do VAB	27,3%	27,6%	26,4%	26,1%	20,3%
Taxa de Crescimento Anual	22,7%	15,8%	16,8%	25,1%	24,3%
Contribuição para a Variação Agregada	6,3%	4,2%	4,4%	5,2%	4,2%
Rendas e Alugueres	10.394	10.150	8.916	8.721	6.761
Em % do VAB	2,4%	2,9%	2,9%	3,2%	2,4%
Taxa de Crescimento Anual	2,4%	13,8%	2,2%	29,0%	42,5%
Contribuição para a Variação da Agregada	0,1%	0,4%	0,1%	0,7%	0,8%
Custos Financeiros	160.726	127.647	114.213	100.337	111.708
Em % do VAB	37,6%	37,0%	36,8%	37,3%	40,4%
Taxa de Crescimento Anual	25,9%	11,8%	13,8%	-10,2%	4,3%
Contribuição para a Variação Agregada	9,6%	4,3%	5,2%	-4,2%	1,8%
Impostos	8.402	6.857	2.807	1.152	1.267
Em % do VAB	2,0%	2,0%	0,9%	0,4%	0,5%
Impostos - Taxa de Crescimento Anual	22,5%	144,3%	143,8%	-9,1%	41,9%
Contribuição para a Variação Agregada	0,4%	1,3%	0,6%	0,0%	0,1%
Resultado Líquido	131.519	104.978	102.717	88.549	100.349
Em % do VAB	30,8%	30,5%	33,1%	32,9%	36,3%
Taxa de Crescimento Anual	25,3%	2,2%	16,0%	-11,8%	-2,6%
Contribuição para a Variação Agregada	7,7%	0,7%	5,3%	-4,3%	-1,0%
Valor Acrescentado Bruto	427.671	344.670	310.712	269.010	276.224
Taxa de Crescimento Anual	24,1%	10,9%	15,5%	-0,9%	5,8%
VAB em % do PIB Nominal	3,1%	2,6%	2,6%	2,4%	2,7%
VAB em % do PIB Não Petrolífero	4,4%	4,0%	4,5%	4,6%	5,6%

Fonte: Relatórios e Contas; ABANC

⁸⁴ Ver Metodologia.

Em termos agregados, o VAB cresceu em média 9,1% ao ano no período 2011-2015, mantendo a tendência de abrandamento das taxas de crescimento anuais deste indicador, acompanhando até certo ponto, as variações verificadas nos custos financeiros, nos custos com pessoal e nos lucros do sector, sendo estas as componentes de maior expressão na estrutura do VAB.

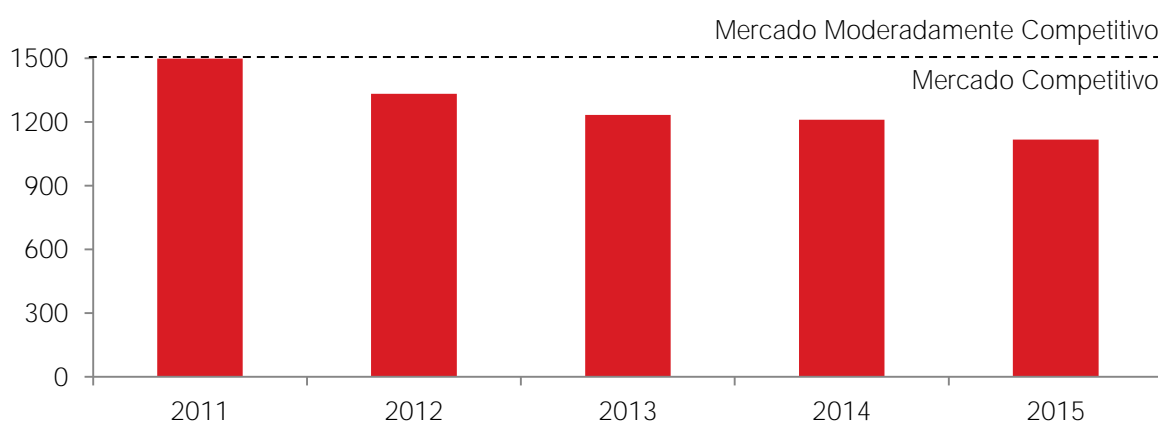
Mais especificamente, a estrutura do VAB permaneceu praticamente inalterada. Os custos financeiros permaneceram como o principal montante distribuído à economia, representando 37,6% do total deste indicador em 2015, sendo calculado a partir dos custos financeiros e comissões pagas que não representem remunerações por serviços recebidos. Por outro lado, os lucros da banca tiveram um contributo expressivo em 2015 para a variação agregada do VAB. De realçar que os impostos indirectos, com o imposto de selo e o imposto sobre aplicação de capitais, manifestarem maior crescimento nos últimos cinco anos, na ordem dos 46,0%, decorrente do processo de reforma tributária, que aumentou a carga fiscal das instituições bancárias a partir de 2011.

Em 2015, a actividade bancária contribuiu cerca de 3,1% para a formação do produto nacional, em termos nominais, situando-se próxima da média da Zona Euro (cerca de 3,7% em 2015). Mais concretamente o VAB do sector bancário pesava 4,4% do PIB do sector não petrolífero, mantendo o seu contributo praticamente inalterado em relação a 2012, com o sector dos serviços mercantis (onde a actividade bancária se enquadra) a manter o seu peso na estrutura percentual do PIB desde 2009 (uma média aproximada de 21,6% no período em análise).

Análise sobre a Concentração Bancária

Os indicadores de concentração do sector bancário (Índice de Herfindahl-Hirshman), medido pela quota de mercado do activo, apontam para um aumento contínuo nos níveis de competitividade bancária, apesar do volume da actividade ainda estar concentrado num número reduzido de instituições. O IHH diminuiu mais de 300 pontos durante o período em análise, não só devido ao aumento do número de instituições no mercado bancário (com a entrada de 5 instituições entre 2011 e 2015), mas principalmente pela diminuição gradual da disparidade existente entre o total de activos das instituições bancárias nos diferentes segmentos.

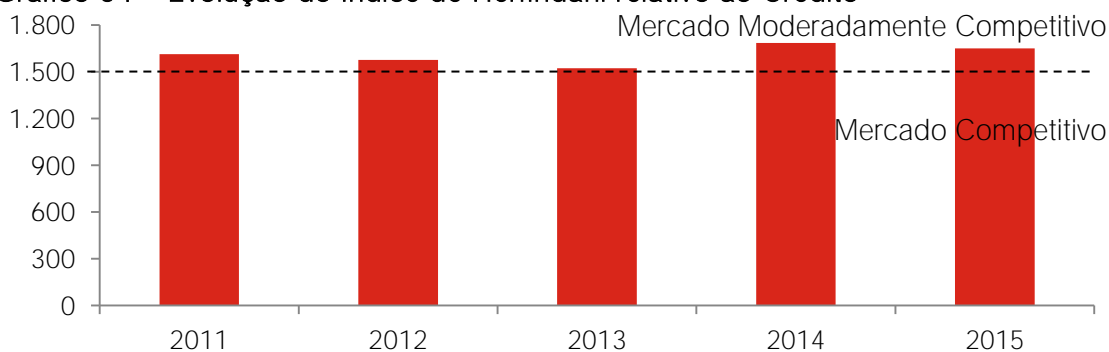
Gráfico 53 – Índices de Herfindahl relativos à Quota de Mercado do Activo



Fonte: ABANC

É de se salientar que o mercado de crédito é altamente concentrado, ao contrário de outras áreas analisadas, como a rede de agências, terminais de pagamento electrónico, total de activos e depósitos. No período em análise, o IHH relativo ao crédito tem evoluído no sentido de maior concentração (menor competitividade), demonstrativo da expansão da carteira de crédito das instituições bancárias de grande dimensão, de modo mais acentuado que a evolução da carteira de crédito dos demais segmentos.

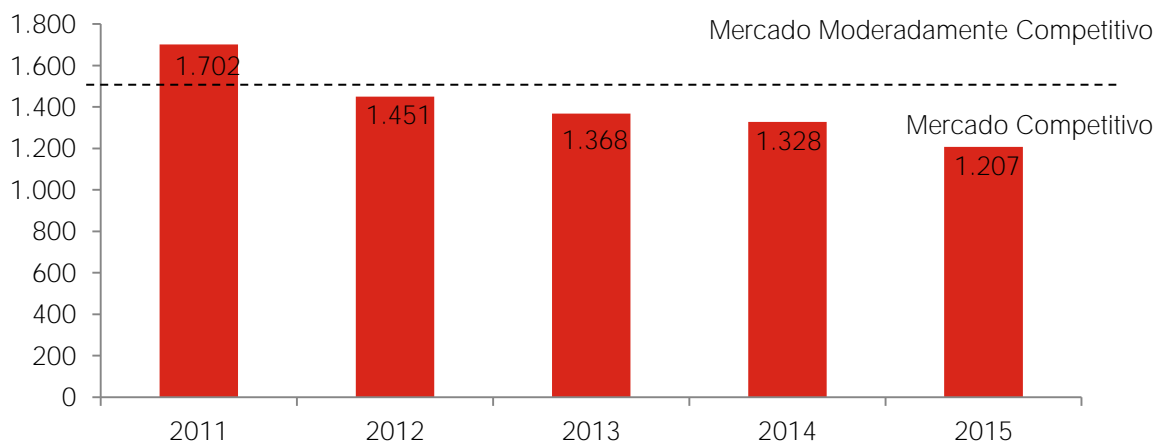
Gráfico 54 – Evolução do Índice de Herfindahl relativo ao Crédito



Fonte: ABANC

O índice de concentração para os depósitos, medido pelo índice de Herfindahl, reduziu ligeiramente em 2015, à semelhança do ano anterior. Estas variações foram influenciadas pela entrada de novos bancos no mercado e pela ligeira redução da quota de mercado do segmento de grande dimensão em 4,6 p.p. face a 2014, evoluindo para índices típicos de um mercado competitivo.

Gráfico 55 –Índice de Herfindahl relativo aos Depósitos de Clientes



Fonte: ABANC

Indicadores do Sistema Bancário

Indicadores do Balanço

Quadro 32 – Indicadores do Balanço⁸⁵

Valores em percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Rácio de Transformação	49,0%	51,8%	45,2%	47,7%	41,7%
Liquidez Reduzida	22,6%	19,3%	20,8%	23,6%	23,4%
Rácio de Liquidez de Curto Prazo	38,3%	38,1%	43,6%	40,9%	44,5%
Financiamento do Activo Financeiro	86,0%	87,3%	86,7%	86,5%	86,9%
Relevância de Recursos de Clientes	89,0%	92,5%	93,0%	88,4%	93,4%
Solvabilidade Bruta	10,6%	10,3%	10,7%	10,6%	10,7%

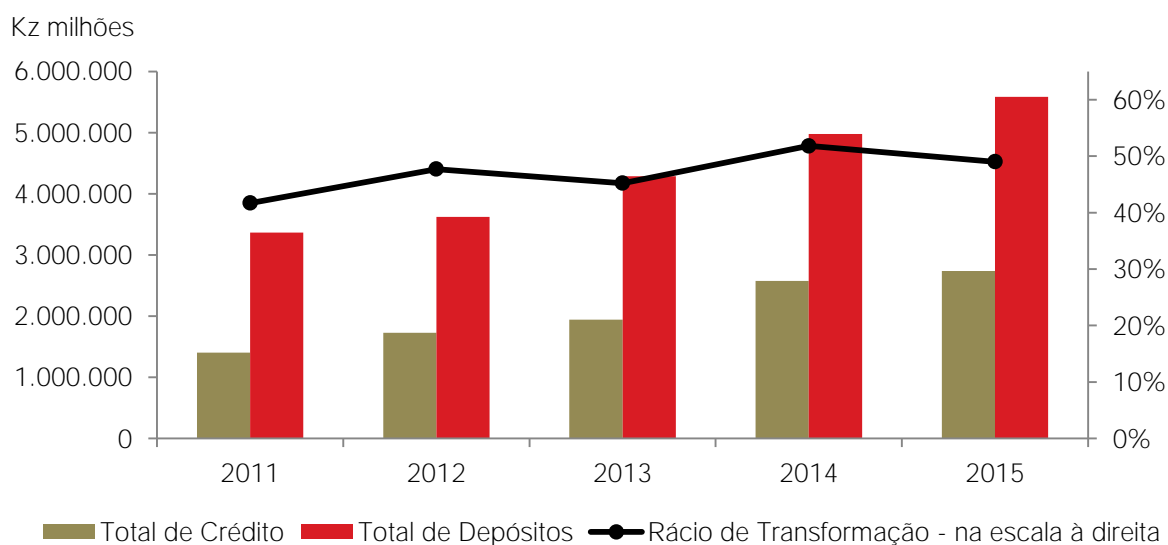
Fonte: ABANC

Medindo a capacidade das instituições bancárias de satisfazerem as suas necessidades operacionais de liquidez, o sector apresenta um rácio de liquidez de curto prazo por volta dos 38,4% em 2015, uma redução de 0,2 p.p. face ao ano homólogo. A tendência decrescente deste rácio indica redução dos níveis de liquidez, impulsionada pela política monetária restritiva.

O rácio de solvabilidade bruta indica-nos a proporção de activos do banco financiados por fundos próprios. Em 2015, o peso dos fundos próprios no financiamento do activo permaneceu estável desde 2011, com o sector a apresentar um rácio de 10,6%, devido aos activos apresentarem um crescimento mais acentuado que os fundos próprios. Para o mesmo período, o rácio de solvabilidade regulamentar situa-se nos 19,8%, bem acima do limite estabelecido pelo BNA, revelando maior solidez do sistema financeiro, em termos financeiros.

No tocante à liquidez do mercado, medida pelo rácio de transformação, este indicador registou uma redução de 51,8% em 2014 para 49,0% em 2015, devido ao facto dos depósitos terem registado uma variação mais acentuada que o crédito concedido. Coincidente com a distribuição da quota de mercado do crédito e depósitos por segmentos, as instituições de grande dimensão têm maior grau alavancagem, com 49,7%, seguidas das instituições de média dimensão e as instituições de pequena dimensão, com 46,4% e 30,3% respectivamente.

⁸⁵ Ver Metodologia.

Gráfico 56 – Evolução do Rácio de Transformação⁸⁶

Fonte:

IFs; ABANC

O crédito bancário tem um papel preponderante na economia, tendo alcançado, no fim do período em análise, uma representatividade de 28,3% do PIB do sector não petrolífero, uma diminuição de 1,8 p.p. em relação a 2014, acompanhando a desaceleração da actividade económica. Do mesmo modo, o rácio depósitos sobre PIB não petrolífero registou uma ligeira redução em 2015 de 0,1 p.p. para 57,7%. De um modo geral, esta variação é demonstrativa de uma evolução positiva da actividade bancária, pois no todo, os créditos e depósitos têm tido um crescimento mais acelerado que o PIB nominal, que nos indica que o sector bancário tem aumentado a sua capacidade de captação do recurso de clientes, que tem sido canalizados para o financiamento da economia.

Quadro 33- Indicadores de Profundidade Financeira

Valores em percentagens

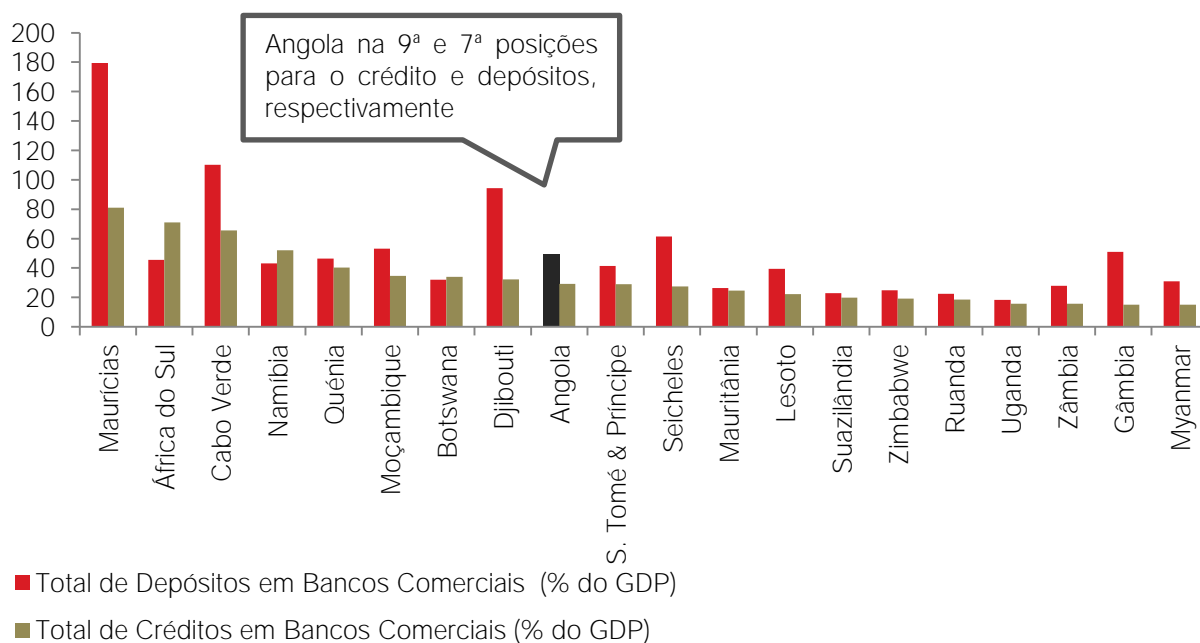
	2015	2014	2013	2012	2011
Massa Monetária M3 sobre PIB Nominal	41,4%	38,6%	36,4%	35,2%	36,3%
Massa Monetária M2 sobre PIB Nominal	41,3%	38,2%	35,9%	34,6%	34,8%
Depósitos sobre PIB Nominal	40,5%	37,4%	35,2%	32,4%	33,5%
Depósitos sobre PIB Não Petrolífero	57,7%	58,1%	62,0%	61,5%	68,9%
Crédito sobre PIB Nominal	19,8%	19,4%	15,9%	15,4%	14,0%
Crédito sobre PIB Não Petrolífero	28,3%	30,1%	28,1%	29,3%	28,7%

Fonte: BNA; MinFin; ABANC

Apesar do peso do crédito sobre o PIB ter crescido nos últimos anos, esta relação é relativamente baixa, se comparado com a média da África Subsaariana, que rondava os 56,8% em 2013.

⁸⁶ Também conhecido por Rácio de Intermediação Financeira. Ver Metodologia.

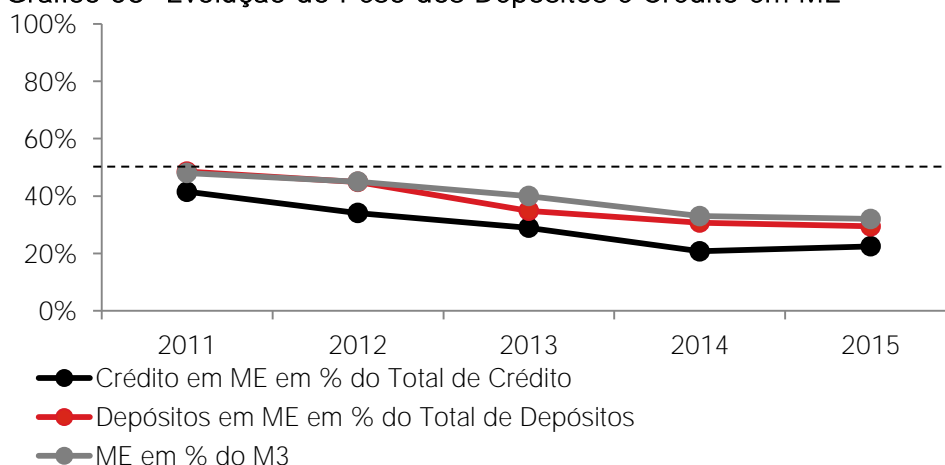
Gráfico 57- Crédito ao Sector Privado (% do PIB) em 2015



Fonte: FMI

A dolarização da economia, medida pelo peso da moeda estrangeira sobre o M3, reduziu consideravelmente, passando de 48,0% em 2011 para 32,0% em 2015. Concomitantemente, em 2015, verificou-se a redução do crédito à economia em ME⁸⁷, de USD 5,2 mil milhões em 2014 para USD 4,6 mil milhões (equivalente a 22,5% sobre o total de créditos), e a redução dos depósitos em ME, de USD 14,8 mil milhões em 2014 para USD 12,1 mil milhões (equivalente a 29,4% do total de depósitos), mantendo-se a tendência da redução da expressão dos créditos e depósitos denominados em moeda estrangeira no balanço do sector

Gráfico 58- Evolução do Peso dos Depósitos e Crédito em ME



Fonte: BNA; ABANC

Indicadores de Eficiência

⁸⁷ Esta evolução está em linha com a análise na página 73, pois o contravalor em MN do crédito em ME cresceu devido à depreciação do Kwanza.

Rácio Activo Total por Número de Trabalhadores

O rácio total de activos por número de trabalhadores avalia o emprego eficiente dos recursos humanos. Com a excepção do exercício de 2012, este rácio tem evoluído positivamente, significando que o activo agregado tem crescido a um ritmo mais rápido que o número de trabalhadores. Em 2015, verifica-se um aumento de 36,5 p.p., devido ao facto de que a variação do total de activos ter sido mais acentuada que a evolução de número de trabalhadores, com a desaceleração no ritmo de crescimento dos recursos humanos bancários no período em análise. Este rácio indica que o sector bancário tem progredido quanto à sua eficiência operacional, pois cada trabalhador bancário tem média, sob a sua gestão, Kz 348 milhões de activos em 2015.

Quadro 34 – Evolução do Rácio Total de Activos por Número de Trabalhadores⁸⁸

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Total do Activo	7.535.930	6.442.264	5.522.485	4.893.142	4.270.711
Taxa de Crescimento Anual	17,0%	16,7%	12,9%	14,6%	26,2%
Nº Total de Trabalhadores	21.648	20.671	18.988	17.189	14.890
Taxa de Crescimento Anual	4,7%	8,9%	10,5%	15,4%	14,2%
Rácio Activo por Trabalhador	348,1	311,7	290,8	284,7	286,8
Variação Anual (p.p.)	36,5	20,8	6,2	-2,2	27,4

Fonte: IFs; ABANC

Rácio Produto Bancário por Número de Trabalhadores

O rácio produto bancário por número de trabalhadores manteve a trajectória crescente iniciada em 2014, pois o produto bancário tem crescido mais rapidamente que o número de trabalhadores. Este rácio indica que cada trabalhador bancário contribuiu, em média, com 26 milhões de Kwanzas para a formação do produto bancário.

Quadro 35 – Evolução do Rácio Produto Bancário por Número de Trabalhadores

Valores em Kz milhões, excepto percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Produto Bancário Bruto	561.950	401.090	339.954	312.074	286.549
Taxa de Crescimento Anual	40,1%	18,0%	8,9%	8,9%	20,6%
Nº de Trabalhadores	21.648	20.671	18.988	17.189	14.890
Taxa de Crescimento Anual	4,7%	8,9%	10,5%	15,4%	14,2%
Rácio Produto Bancário por Trabalhador	26,0	19,4	17,9	18,2	19,2
Variação Anual (p.p.)	6,6	1,5	-0,3	-1,1	1,0

Fonte: IFs; ABANC

⁸⁸ A amostra para análise da evolução dos recursos humanos é composta por 26 instituições. Os bancos BPG e YETU não foram incluídos por falta de dados.

Rácio Trabalhadores por Balcão

No tocante ao rácio trabalhadores por balcão, a rede de balcões tem aumentado a um ritmo mais acelerado que o número de trabalhadores, implicando a redução progressiva do rácio para 11,6 trabalhadores por balcão em 2015. Por outro lado, pelo facto de ambas componentes apresentarem uma tendência de crescimento no período, confirma-se os esforços feitos no sentido de expandir a distribuição da rede bancária para todo o país.

Quadro 36 – Evolução do Rácio Trabalhadores por Balcão⁸⁹

	2015	2014	2013	2012	2011
Nº Total de Trabalhadores	21.648	20.671	18.988	17.189	14.890
Taxa de Crescimento Anual	4,7%	8,9%	10,5%	15,4%	14,2%
Nº de Balcões	1.865	1.760	1.579	1.375	1.179
Taxa de Crescimento Anual	6,0%	11,5%	14,8%	16,6%	17,2%
Rácio Trabalhadores por Balcão	11,6	11,7	12,0	12,5	12,6
Varição Anual (p.p.)	-0,1	-0,3	-0,5	-0,1	-0,3

Fonte: IFs; ABANC

⁸⁹ Para a análise evolutiva da rede bancária, a amostra é composta por 28 instituições em 2015.

Síntese de Indicadores do Sistema Bancário

O quadro seguinte sintetiza a actividade para o conjunto de instituições em análise, nas categorias de adequação de capital, qualidade dos activos, rentabilidade e liquidez.

Quadro 37 – Indicadores do Sistema Bancário⁹⁰

Valores em percentagens

	2015	2014	2013	2012	2011
Adequação do Capital					
Solvabilidade = FPR/APR + (ECRC/0,10)	19,8	19,8	19,5	18,3	18,5
Fundos Próprios de Base (Nível 1)/(Activos Ponderadores para Risco)	13,8	13,9	14,3	13,6	14,3
Qualidade dos Activos					
Credito ME/Crédito Total	30,8	27,4	37,8	42,7	50,9
Crédito Vencido/Crédito Total	11,6	11,7	9,8	6,8	2,4
(Crédito Vencido - Provisões para Crédito)/FPR	19,6	32,8	22,3	11,6	4,0
Distribuição de Crédito por Sector de Actividade					
Crédito ao Sector Público / Crédito Total	7,3	10,6	3,7	5,7	5,4
Crédito ao Sector Privado / Crédito Total	92,7	89,4	96,3	94,3	94,6
Lucro e Rentabilidade					
Rendibilidade dos Activos (ROA)	1,7	0,6	1,4	1,6	2,6
Rendibilidade do Capital (ROE)	12,9	4,9	10,9	12,5	21,6
Cost-to-Income	47,4	58,8	53,7	99,4	90,2
Taxa de Empréstimos - Taxa de Depósitos à Ordem (Spread)	9,9	14,9	13,9	13,3	9,1
Taxa de Depósitos de Poupanças	3,5	4,9	4,1	7,0	8,6
Margem Financeira / Margem Bruta de Intermediação	53,0	56,4	62,5	59,8	67,3
Liquidez					
Activos Líquidos / Activos Totais	39,7	33,9	30,1	26,3	28,1
Activos Líquidos / Passivos de Curto Prazo	50,6	43,2	36,9	33,7	35,4
Crédito Total / Depósitos Totais	59,0	59,9	63,3	65,5	59,5
Passivo ME / Passivo Total	33,5	33,1	43,0	50,7	53,6
Sensibilidade e Mutações do Mercado					
Exposição Cambial Aberta Líquida / Fundos Próprios	34,4	23,7	16,4	7,2	21,1

Fonte: BNA

⁹⁰ Esta tabela corresponde aos indicadores do sistema bancário, publicados pelo BNA e alguns valores diferem dos dados calculados pela ABANC.



PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO



IX. Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

Sendo Angola reconhecida como uma jurisdição que está empenhada na observância dos padrões de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, e dando continuidade aos esforços em implementar políticas e recomendações providas do GAFI, em 2014 foi publicada a Lei nº 3/2014, de 10 de Fevereiro, sobre a criminalização das infracções subjacentes ao branqueamento de capitais, com o objectivo de proteger o património fiscal do Estado e criminalizar as eventuais manipulações do mercado com o arranque da bolsa de valores. Este diploma penaliza criminalmente os seguintes crimes, passando a inseri-los no grupo de crimes financeiros:

- Crime de Associação Criminosa e Fraude
- Crimes Fiscais e Aduaneiros
- Crimes de Falsificação
- Crimes de Corrupção
- Crimes contra o Ambiente
- Crimes contra a Liberdade Pessoal
- Crimes de Tráfico de Armas e Bens Roubados

Em 2015, a UIF publicou um conjunto de Guias de Cumprimento das Obrigações relativas ao CBC/CFT, sistematizando os deveres de natureza preventiva da prática do crime de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, destinado a diferentes intervenientes do sistema financeiro. Em Setembro, foi publicada a Lei nº 13/15 – Lei da Cooperação Judiciária em matéria Penal, completando os itens no plano de acção elaborado pelo ESAAMLG.

No início de 2016, o GAFI realizou uma visita para avaliação do grau de implementação das suas Recomendações e constatou a existência de progressos significativos, nomeadamente, a adopção de um enquadramento legal e regulamentar que possibilitou a exclusão de Angola da lista dos países que representavam um risco para o sistema financeiro global, deixando de estar sujeita ao monitoramento específico e permanente do GAFI.

Um dos crescentes desafios que a banca enfrenta envolve o “de-risking”, como a reavaliação e racionalização das relações de correspondência bancária em jurisdições consideradas de grande risco, em resposta às exigências a nível regulatório, fiscal, civil, e criminal. Outros factores concorreram para a redução das relações de correspondência bancária, incluindo a reavaliação do custo-benefício, pressões sobre a rentabilidade, percepções de risco reputacional e redução do apetite de risco. A nível global, a redução das relações de correspondência bancária afectaram algumas jurisdições em África, Ásia, Europa, América Latina e nas Caraíbas. Em particular, Angola também foi abrangida pelas decisões de de-risking de

alguns dos seus parceiros internacionais, no âmbito da correspondência bancária em Dólares Americanos, que agravou os constrangimentos a nível de transacções em Dólares.

Diversas acções estão em curso para minorar a percepção dos níveis de risco do sistema financeiro nacional, envolvendo os esforços dos supervisores e intervenientes do sistema financeiro. O reconhecimento público por parte do GAFI dos progressos alcançados melhorou a imagem do sistema bancário nacional, havendo ainda necessidade de melhoria contínua dos processos e procedimentos, no alinhamento integral com as boas práticas internacionais em face aos grandes desafios que se avizinham.



DESAFIOS, PERSPECTIVAS E PRINCIPAIS CONCLUSÕES



X. Desafios, Perspectivas e Principais Conclusões

Os efeitos da queda abrupta do preço do petróleo nos mercados internacionais, que ocorreu em Junho de 2014, fizeram-se sentir plenamente no ano de 2015: as contas públicas deterioraram-se, o equilíbrio externo perdeu-se e registou-se uma redução muito significativa das divisas disponíveis para liquidar ao exterior as importações de bens e de serviços e servir pontualmente a dívida externa.

A pressão contínua sobre o mercado cambial teve impactos adversos como a desvalorização do Kwanza, inflação elevada e em aceleração, diminuição de investimentos no sector produtivo, clima económico desfavorável e aumento da especulação, quer no mercado interno, quer no mercado cambial.

Para responder à desaceleração da economia real e aos desequilíbrios macroeconómicos interno e externo, foi adoptada uma política fiscal moderadamente contraccionista, o que implicou mais rigor na gestão da despesa pública corrente, um crescimento da dívida pública mais rápido acima do esperado e um claro esforço, quer no plano legislativo, quer no plano operacional, para aumentar a receita fiscal obtida no sector não petrolífero. Como seria de prever, as alterações entretanto introduzidas no sistema tributário vieram exigir da banca reajustes a nível operacional e administrativo inadiáveis.

Esta conjuntura difícil impôs ao BNA, dentro das linhas mestras definidas pelo Executivo, a definição de uma política monetária e cambial mais restritiva, no sentido de gerir a liquidez excedentária do sector bancário, medidas que tiveram impacto na actividade bancária, impondo aos bancos uma gestão mais prudente, levando-os a reformular as suas políticas e processos para melhor responderem aos desafios com que têm vindo a confrontar-se.

O supervisor tem aprofundado o quadro de regulamentação prudencial para aproximá-lo às recomendações internacionais, assim dando continuidade às iniciativas que visam implementar os princípios de Basileia II e III, a plena adopção das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) e o reforço da supervisão em matéria de compliance, de prevenção de branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo. À luz da Lei das Instituições Financeiras (Lei nº 12/15, de 19 de Junho) foram criadas três figuras muito importante para a estabilidade do sistema financeiro:

- Conselho Nacional de Estabilidade Financeira, para promover mecanismos de cooperação macroprudencial que visem a estabilidade financeira e a prevenção de crises sistémicas no sistema financeiro;
- Fundo de Garantia de Depósitos, para garantir o reembolso de depósitos constituídos nos Bancos que nele devam participar;
- Fundo de Resolução Bancária, para dar resposta pronta e sustentável a Bancos em crise.

Nesta senda, a actividade do sector bancário, avaliada pelo Total do Activo Consolidado, cifrou-se em Kz 7,5 mil milhões, um crescimento médio de 17,0% em relação a 2014, em grande

parte devido à adaptabilidade e resiliência característica deste sector. Em 2015, o sector, como um todo, manteve a dinâmica da actividade bancária, como indica o aumento do produto bancário em 40,1%.

Os títulos e valores mobiliários são a componente que registou maior ritmo de crescimento, com uma taxa de 50,9% em 2015. Coincidentemente, este é o segundo elemento de maior peso sobre o total de activos, registando um total de 2.163 mil milhões de Kwanzas, o que corresponde a 28,7% dos activos agregados. Esta evolução tem sido influenciada pela deterioração da carteira de crédito face à actual conjuntura económica e pelas medidas tomadas pelo BNA com vista a gestão de liquidez excedentária do sector bancário, nomeadamente, pela alteração das regras de constituição de reservas obrigatórias no sentido de incentivar o financiamento público via títulos de dívida.

O sector bancário tem sido instrumental para o financiamento da economia, mediante a concessão de crédito: (i) ajustada às necessidades e à capacidade de endividamento dos respectivos mutuários; (ii) destinada às áreas de actividade com maior potencial para alavancar um crescimento económico diversificado e a ritmo sustentável.

Por outro lado, é expectável que a bolsa de valores traga mais soluções de financiamento, constituindo uma fonte alternativa ao sector empresarial e um complemento ao crédito bancário, com soluções para gestão de alguns riscos financeiros.

Não obstante, tendo em vista os esforços para aumentar o nível de capitalização das empresas, para assegurar a redução de custos de financiamento e para afastar os obstáculos que entravam o investimento, sente-se a falta de uma estrutura mista de financiamento capaz de oferecer instrumentos e serviços financeiros adequados aos diferentes estágios de desenvolvimento das empresas e perfeitamente ajustados às necessidades da economia de Angola.

Paralelamente, exige-se dos gestores e empreendedores do sector empresarial melhorias substantivas no domínio da gestão: governação mais capaz e demonstrações financeiras auditadas. Somente nestas condições se conseguirá: (i) reduzir as assimetrias de informação e as incertezas dos potenciais investidores; (ii) melhorar as perspectivas de rentabilidade dos investimentos.

Uma consequência expectável do ambiente macroeconómico difícil que Angola atravessa traduz-se no aumento das dificuldades financeiras sentidas por famílias e empresas, reduzindo a sua capacidade de pagar pontualmente os compromissos assumidos perante a banca. Justificado pela redução da receita pública, mas sem que tal redução fosse acompanhada pela redução dos gastos públicos em igual proporção, os atrasos nos pagamentos do Estado aos seus fornecedores e credores também tiveram um impacto não despidendo na capacidade do sector privado para servir pontualmente as suas dívidas – com efeitos óbvios no risco de crédito a que os Bancos se encontram expostos.

Consequentemente, os níveis de incumprimento na carteira de crédito bancário mantiveram-se elevados, apesar de se verificar uma ligeira redução do peso do crédito em mora sobre o total de crédito concedido face a 2014. O elevado nível de inadimplência tem impactos significativos sobre os bancos, ao provocar a degradação dos capitais próprios e ao erodir a liquidez, o que contribui para o aumento da percepção do risco e a desaceleração do investimento empresarial. Esta realidade obriga os Bancos: (i) a uma gestão mais conservadora nas decisões de crédito, (ii) a aumentarem o nível das exigências contratuais nos empréstimos; (iii) a exigirem mais e mais sólidas garantias; (iv) a darem mais peso às posições de liquidez na composição do seu activo; (v) a reforçarem substancialmente as provisões para créditos de cobrança duvidosa. Ora tudo isto limita os recursos disponíveis para a produção de novos créditos bancários.

Em virtude dos elevados níveis de sinistralidade da carteira de crédito bancário, é notável o aprovisionamento para liquidação de crédito de cobrança duvidosa, com as provisões a representarem 10,7% do total de crédito concedido em 2015 (face a proporção de 7,2 em 2014). O rácio de adequação dos fundos próprios do sistema bancário ronda os 14,3%, acima do mínimo de 10% estabelecido pelo BNA⁹¹. Não obstante, torna-se premente o ajuste de capital, com maior capacidade de absorção de prejuízos, adequado aos riscos específicos que cada instituição está exposta (segundo premissa do Basileia III, para adequação do capital), de modo a fazer face à detioração da qualidade do crédito e ao ambiente macroeconómico actual.

É observável uma tendência decrescente dos níveis de concentração do mercado bancário, pese embora, a centralização da actividade bancária ter-se revelado elevada em 2015, quando medida pela quota de mercado do crédito: quatro bancos detinham 65,5% do saldo total do crédito em carteira. Os ganhos de competitividade, como indica a variação decrescente do IHH, com a quota do segmento de média dimensão a aproximar-se gradualmente do nível de participação no mercado das instituições de maior dimensão, implicam (i) maior diversidade e abrangência de produtos e serviços financeiros; (ii) redução de custos; (iii) redução de risco de crise sistémica; (iv) introdução de inovação tecnológica e (v) a redução gradual de assimetrias.

Reconhece-se a necessidade de maiores esforços na melhoria contínua do suporte operacional da banca, na redução de tempo de espera, modernização da oferta de produtos, instrumentos e serviços financeiros, adequando-os à realidade social que vivemos. O crescente nível de sofisticação dos clientes bancários, aliado aos esforços na melhoria e modernização tecnológica, traz novos desafios à segurança e ao acesso aos serviços bancários. Sabendo que o acesso a serviços financeiros confiáveis e acessíveis é um lubrificante para o crescimento económico, os crescentes níveis de competitividade na banca representam mais qualidade e redução do custo na prestação de serviços bancários.

Em 2015, a taxa de bancarização rondava os 52,9%, o que representa um aumento do mercado consumidor dos serviços oferecidos pelos Bancos. É de se realçar as estratégias

⁹¹ Aviso nº 04/2012, de 28 de Março

adoptadas no sentido de maior inclusão da população, tendo o número de clientes bancários activos em 2015 atingido os 7.442.621, com um crescimento de 12,6%. Não obstante, há necessidade de se intensificar estes programas, pois o nível de bancarização ainda está aquém do desejado, apesar de se situar acima da média da região da África Subsaariana.

A tendência da massificação dos serviços de *mobile e internet banking*, a nível global, com a expansão dos serviços financeiros por meio das tecnologias de comunicação, nomeadamente os meios de pagamento electrónicos e outros canais complementares de atendimento, revelam impactos positivos na redução de custos associados à expansão da rede bancária, concorrendo também para aumentar os níveis de bancarização. No entanto, os serviços de *mobile e internet banking* apresentam limitações, no tocante à bancarização, pois é necessário que o utilizador possua uma conta bancária para aceder a estes serviços.

Em contrapartida, os crescentes níveis de bancarização estão limitados: (i) pelos elevados níveis de informalidade da economia; (ii) pela alta taxa de desemprego; (iii) pelo nível médio de escolaridade da população; (iv) pelo difícil acesso a muitas zonas rurais; (v) pela indisponibilidade de infraestrutura como serviços de comunicações e electricidade; (vi) níveis de illiteracia financeira. Reconhece-se igualmente a necessidade de maior sensibilização dos utilizadores dos terminais bancários, tanto do lado da procura como do lado da oferta, para garantir maximização na utilização dos TPAs, pois o índice de actividade deste instrumento permanece relativamente baixo, quando comparado com os índices de actividade dos CAs.

Torna-se imperioso dinamizar as microfinanças como modelo de negócio e a poupança interna, através da oferta de produtos, instrumentos e serviços financeiros atraentes e acessíveis à população de baixa renda, nomeadamente com a oferta de mais instrumentos de poupança e a dinamização dos fundos de pensão e fundos de investimento.

No âmbito da reforma tributária em curso, a banca continuará o seu papel facilitador, sendo que a modernização dos códigos tributários vai continuar a ter um impacto ainda difícil de estimar nas instituições bancárias e no relacionamento destas com os seus clientes.

À semelhança a outras jurisdições em África, Ásia, Europa, América Latina e nas Caraíbas, Angola foi abrangida pelas decisões de de-risking de alguns dos seus parceiros internacionais, no âmbito da correspondência bancária em Dólares Americanos. Estão em curso diversas medidas para minorar a percepção dos níveis de risco do sistema financeiro nacional, envolvendo os esforços dos supervisores e intervenientes do sistema financeiro. Do lado da banca, os esforços vão no sentido de identificar e corrigir as debilidades do sistema de CBT/FT, nomeadamente para melhoria da implementação dos sistemas de prevenção e detecção precoce pelas instituições financeiras, maior sensibilização da população e reformulação das relações de correspondência bancária.

É expectável maior investimento em gestão de risco e compliance, face à necessidade de melhor alocação de recursos e em resposta às crescentes exigências regulamentares, tanto a nível local como internacionalmente.

115 ANEXO A—Metodologia

115 Enquadramento Metodológico

115 Limitações

111 Metodologia de Cálculos e Rácios e Indicadores

123 ANEXO B—Regulamentação relevante para o sector financeiro—2015

126 ANEXO C—Demonstrações Financeiras e Outros Indicadores



ANEXOS



XI. ANEXOS

ANEXO A – Metodologia

Enquadramento Metodológico

Este é o quarto relatório produzido pela ABANC sobre o sector bancário angolano, uma publicação da Associação Angolana de Bancos com periodicidade anual, com datas de referência a 31 de Dezembro de cada ano, preparada com o intuito de analisar por série temporal a actividade desenvolvida pelas instituições financeiras bancárias em cada exercício de um modo abrangente e profundo, sempre enquadrando as análises e comentários no contexto macroeconómico, legal e regulamentar do período em questão.

Este estudo permite uma comparação periódica do desempenho das operações bancárias e uma análise económica e financeira do sector, em termos globais, com o objectivo de melhorar o conhecimento da exploração da actividade bancária.

O capítulo do enquadramento macroeconómico foi produzido pelo BAI, sendo prática da ABANC solicitar anualmente que um dos bancos associados elabore esse capítulo.

Este relatório analisa as demonstrações financeiras das bancárias, usando como método a decomposição qualitativa dos elementos que a constituem e a sua expressão quantitativa, de modo a revelar os factores antecedentes e determinantes da situação actual.

A informação presente neste documento foi recolhida pela ABANC directamente das instituições financeiras, do BNA e outras fontes relevantes. A prioridade ao elaborar este estudo consiste em utilizar fontes oficiais que publiquem informação fidedigna sobre a evolução do sector, nas suas variadas vertentes. Os dados obtidos foram inseridos na base de dados da ABANC, mantendo sempre que possível, a semelhança com a fonte de origem. Estes valores correspondem ao melhor valor obtido para cada período, tendo sido cuidadosamente compilados e verificados.

Há que realçar que o balanço agregado da banca comercial apresentado aqui resulta do somatório simples dos balanços individuais dos bancos comerciais.

Para garantir a comparabilidade dos dados na análise agregada por dimensão, os segmentos têm a mesma constituição para todos os anos do período em análise, ou seja, o agrupamento das instituições nos diversos segmentos para o período 2011-2015 foi feito segundo a distribuição dos activos em 2015, de modo a que a constituição dos segmentos fosse uniforme para todo o período.

Limitações

Acesso à Informação

Como não existe uma estrutura uniforme, que defina o grau de detalhe e discriminação dos dados publicados pelas instituições financeiras, a ABANC criou ficheiros que detalham o nível

de desagregação pretendida, de modo a manter a comparabilidade entre os dados nos seus associados. Um dos maiores desafios consistiu na recolha destes dados e na obtenção de todos os elementos requisitados, uma vez que nem todos os associados responderam atempadamente ao pedido de informação.

A segunda limitação está relacionada com a indisponibilidade de informação desagregada para um estudo do sector mais detalhado e sob diferentes perspectivas. Como se observou no relatório, ainda existe falta de informação para créditos (vincendo e vencido) e depósitos (à ordem e a prazo) desagregados por instrumentos, sectores (sector público, empresas e particulares), moeda e província.

Decomposição do Crédito

A desagregação do crédito foi feita com base na informação sobre créditos vencido apresentada nos Indicadores do Sistema Financeiro Angolano do BNA, para inferir a proporção do crédito vincendo e vencido sobre o crédito total.

A desagregação do crédito por moedas foi feita com base numa amostra de 23 instituições, detendo 88,7% do total de crédito concedido.

A proporção dos créditos por prazos de vencimento foi inferida a partir de uma amostra de 21 bancos, detendo 79,3% do total de crédito concedido. A proporção dos créditos por modalidades e por tipologia de cliente foi inferida a partir de uma amostra de 22 bancos, detendo 83,2% do total de crédito concedido.

Decomposição dos Depósitos

A proporção dos depósitos por moeda foi inferida a partir de uma amostra de 22 bancos, detendo 87,2% do total dos depósitos.

A proporção dos depósitos por tipologia de cliente foi inferida a partir de uma amostra de 20 bancos, detendo 98,3% do total de depósitos.

Distribuição da Rede Bancária por Província

A informação para o mapeamento da rede bancária por província foi obtida através dos dados reportados pelas instituições financeiras associadas, e quando em falta, através dos seus relatórios e contas e *websites*. Segundo os dados disponíveis, nem sempre foi possível distinguir a data de abertura os balcões, dificultando a organização dos dados para os diferentes anos.

Os valores apresentados para a população total e população adulta em 2015 foram calculados com base nas estimativas apresentadas na base de dados “World Population Prospects: The 2015 Revision” da ONU, para inferir o crescimento populacional em 2015. Para o cálculo dos indicadores de bancarização, para o período 2012-2015 foram utilizados o número de clientes activos. Para o exercício de 2011, foi utilizado o número de depositantes que têm cartão Multicaixa.

Metodologia de Cálculos e Rácios e Indicadores

Quadro 38 – Cálculos, Rácios e Indicadores

Cartões Válidos	Total de cartões registados na rede com data de expiração válida no último dia do mês
Cartões Activos	Total de cartões com pelo menos um movimento no mês
Cartões Vivos	Total de cartões válidos utilizados na rede até ao último dia do mês
Classificação dos Segmentos por Natureza da Participação Maioritária	<p>De acordo com a Lei nº 13/05, uma pessoa singular ou colectiva tem relação de domínio sobre uma sociedade quando se verifiquem algumas das seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A pessoa em causa detenha a maioria dos direitos de voto; • Seja sócia da sociedade e tiver o direito de designar ou de destituir mais de metade dos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização; • Possa exercer uma influência dominante sobre a sociedade por força de contrato ou de cláusulas dos estatutos desta; • Soja sócio da sociedade e controle por si só, em virtude do acordo concluído com outros sócios desta, a maioria dos direitos de voto; • Detenha a participação igual ou superior a 20% do capital da sociedade, desde que exerça efectivamente sobre esta, uma influência dominante ou se encontre ambas colocadas sob direcção única. <p>A participação societária considera-se maioritária quando a pessoa singular ou colectiva, que detenha directa ou indirectamente a participação qualificada da sociedade, tem uma relação de domínio sobre a sociedade.</p> <p>Classificam-se como “Banco Público” as instituições financeiras bancárias cuja participação maioritária seja de capital público (empresas públicas, de empresas de capitais públicos ou com participação maioritária de capital público, bem como de empresas concessionárias de bens do domínio público); “Banco Privado Nacional” cuja participação maioritária seja de capital privado angolano; “Banco dominado por Banco Estrangeiro” cuja</p>

	participação maioritária seja de uma instituição financeira bancária estrangeira, ou empresa mãe de instituição financeira bancária estrangeira.
Classificação dos Segmentos por Dimensão	Classificam-se “Grande” as instituições que representam 10% inclusive ou mais do activo agregado; “Média” as que representam entre 1% e 10%; “Pequena” as que representam 1% inclusive ou menos do activo agregado
Correspondência Bancária	Relação de parceria entre duas instituições financeiras, em que uma (correspondente) pode representar a outra, permitindo a realização de transacções e o acesso a produtos e serviços noutras jurisdições
Densidade Populacional	$\text{Densidade Populacional} = \frac{\text{Habitantes}}{\text{Área}}$ <p>Medida que relaciona o número de indivíduos com a área que ocupam, expressa em número de habitantes por km², indicando a média de habitantes existentes por cada quilómetro quadrado.</p>
Economia	Ciência que se ocupa da produção e do consumo de bens e serviços, da circulação da riqueza e da redistribuição do rendimento
Grau de Abertura da Economia	$\text{Grau de Abertura da Economia} = \frac{(\text{Exportações} + \text{Importações})}{\text{PIB Nominal}}$ <p>Um país é considerado comercialmente aberto quando atinge um grau de abertura de 30%, segundo o Banco Mundial.</p>
Índice de Actividade das Caixas Automáticas	<p>É o equivalente ao rácio de caixas automáticas activas sobre as caixas automáticas matriculadas</p> $\text{Índice de Actividade das Caixas Automáticas} = \frac{\text{CAs Activas}}{\text{CAs Matriculadas}}$
Índice de Actividade dos Cartões de Pagamentos Multicaixa	<p>É o equivalente ao rácio de cartões de pagamentos vivos sobre os cartões válidos</p> $\text{Índice de Actividade dos Cartões de Pagamentos} = \frac{\text{Cartões Vivos}}{\text{Cartões Válidos}}$
Índice de Actividade dos Terminais de Pagamento Automáticos	É o equivalente ao rácio de TPAs activos sobre os TPAs matriculados

	<p><i>Índice de Actividade dos Terminais de Pagamentos Automáticos</i></p> $= \frac{TPAs\ Activos}{TPAs\ Matriculados}$
Índice de Herfindahl Hirschman [3]	<p>O índice de Herfindahl Hirschman (IHH) avalia o grau de concentração do mercado relevante, sendo calculado pela soma do quadrado das quotas de mercado individuais dos bancos. Foi medida em termos de quota de mercado dos activos, créditos, depósitos, número de balcões e número de terminais automáticos. A Comissão Federal de Comércio dos Estados Unidos da América [3] considera que $IHH < 1500$ indica baixa concentração, $1500 < IHH < 2500$ indica concentração moderada e $IHH > 2500$ indica concentração elevada.</p>
Financiamento do Activo Financeiro	<p><i>Financiamento do Activo Financeiro</i></p> $= \frac{Passivo\ Financeiro}{Activo\ Total}$
Liquidez Reduzida	<p><i>Liquidez Reduzida = Disponibilidades / Passivo Financeiro</i></p>
Liquidez de Curto Prazo	<p><i>Liquidez de Curto Prazo</i></p> $= \frac{(Aplicações\ de\ Liquidez + Títulos\ e\ Valores\ Mobiliários)}{Passivo\ Total}$
Não Residente Cambial	<p>Segundo a Lei Cambial, Lei nº 5/97 de 27 de Junho, consideram-se não residentes cambiais em território nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As pessoas singulares com residência habitual no estrangeiro; • As pessoas colectivas com sede no estrangeiro; • As pessoas singulares que emigrarem; • As pessoas singulares que se ausentarem do país por período superior a 1 ano; • As filiais, sucursais, agências ou quaisquer formas de representação em território estrangeiro de pessoas colectivas com sede no país; • Os diplomatas, representantes consulares ou equiparados, agindo em território nacional, bem como os membros das respectivas famílias;
Nível de Cobertura das Reservas Líquidas	<p><i>Nível de Cobertura das Reservas Líquidas</i></p> $= \frac{Reservas\ Brutas}{Meses\ de\ Importações\ de\ Bens}$

<i>Outros Activos Remunerados</i>		
Outros Remunerados	Activos	$= \text{Aplicações de Liquidez}$ $+ \text{Créditos no Sistema de Pagamentos}$ $+ \text{Instrumentos Derivados}$ $+ \text{Operações Cambiais}$
Outros Remunerados	Activos Não	$\text{Outros Activos Não Remunerados} =$ $\text{Outros valores} + \text{Inventário Comercial e Industrial}$ $+ \text{Imobilizações}$
<i>Outros Custos e Prejuízos</i>		
Outros Custos e Prejuízos		$= \text{Impostos} + \text{Penalidades}$ $+ \text{Outros Custos Administrativos}$ $+ \text{Recuperação de Custos}$ $+ \text{Provisões para Perdas}$
<i>Passivo Financeiro</i>		
Passivo Financeiro		$= \text{Passivo Total} - (\text{Adiantamento de Clientes}$ $+ \text{Outras Obrigações}$ $+ \text{Provisões para Responsabilidades Prováveis})$
Posição Cambial		$\text{Posição Cambial} = \text{Activo Total em ME} - \text{Passivo Total em ME}$ <p>A posição cambial é longa (curta) quando o total de activos (passivos) é superior ao total de passivos (activos).</p>
Relevância dos Recursos de Clientes		$\text{Relevância dos Recursos de Clientes}$ $= \text{Depósitos} / \text{Passivo Financeiro}$
Rácio de Liquidez em ME		$\text{Rácio de Liquidez em ME} = \frac{\text{Disponibilidades (BNA + Exterior)}}{\text{Depósitos em ME}}$
Rácio de Transformação		$\text{Rácio de Transformação} = \frac{\text{Crédito Líquido}}{\text{Total Depósitos de Clientes}}$
Rácio Cost-to-Income		$\text{Rácio Cost - to - Income}$ $= \text{Custos Operacionais} / \text{Produto Bancário Bruto}$
Rácio de Solvabilidade Bruta		$\text{Solvabilidade Bruta} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo Total}}$
Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)		$\text{RSR} = \frac{\text{FPR}}{\text{Risco de Crédito} + \frac{\text{Risco de Câmbio e Ouro}}{10\%}} \geq 10\%$

Rentabilidade do Activo Médio e Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios	$\text{Grau de Alavancagem} = \frac{\text{Activo Médio}}{\text{Fundos Próprios Médios}}$ $\text{ROAA} = \frac{\text{Resultados Líquidos do Exercício}}{\text{Activo Médio}}$ $\text{ROAE} = \text{ROAA} \times \text{Grau de Alavancagem}$
--	--

Residente Cambial	<p>Segundo a Lei Cambial, Lei nº 5/97 de 27 de Junho, consideram-se residentes cambiais em território nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As pessoas singulares que tiverem residência habitual no país; • As pessoas colectivas com sede no país; • As filiais, sucursais, agências ou quaisquer formas de representação⁹² no país de pessoas colectivas com sede no estrangeiro; • Os fundos, institutos e organismos públicos dotados de autonomia administrativa e financeira, com sede em território nacional; • Os cidadãos nacionais diplomatas, representantes consulares ou equiparados, em exercício de funções no estrangeiro, bem como os membros das respectivas famílias. • As pessoas singulares cuja ausência no estrangeiro, por período superior a 90 dias e inferior a 1 ano, tiver origem em motivo de estudos ou for determinada pelo exercício de funções públicas
-------------------	--

Spread	<p>Diferença entre os juros dos empréstimos concedidos pelos bancos e os juros pagos por estes na captação de recursos</p> $\text{Spread} = \frac{\text{Taxas dos Empréstimos}}{\text{Taxa dos Depósitos à Ordem}}$
--------	---

Taxa de Cobertura Global	$\text{Taxa de Cobertura Global} = \frac{\text{Exportações}}{\text{Importações}}$ <p>Uma taxa e cobertura superior a 1 (quando expressa em percentagem) significa que o país tem uma posição comercial forte (competitividade comercial) enquanto uma taxa inferior a 1 indica uma posição fraca ou de dependência comercial (saldo comercial negativo).</p>
--------------------------	--

⁹² O BNA define o conceito de estabelecimento estável, segundo a Lei das Sociedades Comerciais (Lei nº 4/04)

Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR)	$CAGR = \left(\left(\frac{\text{Valor no Término do Período}}{\text{Valor no Início do Período}} \right)^{\frac{1}{\text{Número de Anos}}} \right) - 1$
---	---

Segundo a óptica do rendimento, o VAB a custo dos factores do sector bancário foi estimado utilizando as Demonstrações Financeiras Individuais dos bancos, aplicando a seguinte fórmula:

$$\begin{aligned}
 VAB = & \text{Custos com Pessoal} + \text{Prestações Sociais} \\
 & + \text{Rendas e Alugueres} + \text{Custos Financeiros} \\
 & + \text{Resultado Líquido} + \text{Impostos Indirectos}
 \end{aligned}$$

Valor Acrescentado Bruto (VAB)

- Custos com Pessoal – incluem salários e outras remunerações pagas, líquido de impostos retidos na fonte e prestações sociais (como contribuições para segurança social e fundos de pensões). Sempre que possível, foram excluídos os gastos com aquisição de bens e serviços.
 - Prestações Sociais – medem o rendimento transferido para as famílias, na forma de contribuições para a Segurança Social, para fundos de pensões e seguros, entre outros encargos sociais.
 - Custos Financeiros – incluem os custos financeiros e comissões pagas. Sempre que possível, foram excluídos as comissões pagas que representam remunerações por serviços recebidos.
 - Impostos – incluem somente os impostos indirectos, como rendimento transferido para o Estado. Considera-se que o Estado não é uma entidade geradora de rendimento.
 - Lucros – incluem os Resultados Antes de Impostos, para neutralizar o efeito das diferentes políticas fiscais adoptadas.
-

ANEXO B - Regulamentação relevante para o sector financeiro – 2015

Organizado com o intuito de compilar as alterações legais e regulamentares relevantes para a actividades das instituições bancárias em 2015, é apresentado neste anexo uma listagem cronológica dos diplomas legais e regulamentares, relevantes para o sector financeiro (os diplomas estão em vigor em 31 de Dezembro de 2015, a menos que haja a indicação de que foi revogado).

Quadro 39 – Regulamentação relevante publicada em 2015

Data	Referência	Medida
Instituições Financeiras Bancárias – Supervisão		
Jan-2015	Instrutivo nº 02/2015	Metodologia para Constituição de Provisões (Revogado pelo Instrutivo nº 09/2015)
Jan-2015	Instrutivo nº 01/2015	Classificação de Países, Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Organizações Internacionais
Fev-2015	Instrutivo nº 03/2015	Reservas Obrigatórias (Revoga o Instrutivo nº07/2014)
Abr-2015	Aviso nº 03/2015	Publicidade de Produtos e Serviços Financeiros (Revoga o Aviso nº 09/2014)
Abr-15	Aviso nº 06/2015	Regras de Identificação de Contas de Depósitos (Revoga o Aviso nº 03/2004)
Jun-15	Instrutivo nº 08/2015	Reservas Obrigatórias (Revoga o Instrutivo nº 04/2013)
Jun-15	Instrutivo nº 09/2015	Metodologia para a Constituição de Provisões (Revoga o Instrutivo nº02/2015)
Jun-15	Lei nº 12/15	Lei de Bases das Instituições Financeiras (Revoga a Lei nº 13/05)
Jul-15	Instrutivo nº 16/2015	Reservas Obrigatórias (Revoga o Instrutivo nº08/2015)
Dez-15	Instrutivo nº 19/2015	Reservas Obrigatórias (Revoga o Instrutivo nº16/2015)
Instituições Financeiras Não Bancárias – Supervisão		
Casas de Câmbio		
Mai-2015	Instrutivo nº 07/2015	Regras Operacionais das Casas de Câmbio (Revogado por Instrutivo nº 17/2015)
Operações de Crédito		
Jan-2015	Rectificação nº 01/15	Rectificação ao preâmbulo do Aviso n.º 11/2014, de 17 de Dezembro, que estabelece os Requisitos específicos para operações de crédito efectuadas pelas instituições financeiras
Política Monetária		
Abr-2015	Aviso nº 04/2015	Prazo de Substituição das Notas e Moedas da Série "1999" e "2003" (Revoga o Aviso nº 08/2014)
Abr-2015	Aviso nº 05/2015	Requisitos dos Formulários de Cheques utilizados no Sistema de Pagamentos de Angola (Revoga o Aviso nº 24/2012)

Abr-2015	Aviso nº 07/2015	Data e Requisitos para a Extinção do Serviço de Compensação de Valores (SCV) e a entrada em produção do Subsistema de Compensação de Cheques (SCC) (Revoga o Aviso nº 27/2012, o Aviso nº 05/2006 e o Aviso nº 04/2004)
Abr-2015	Aviso nº 8/2015	Transferências por Bruto e em Tempo Real
Abr-2015	Instrutivo nº5/2015	Sistema de Pagamento de Angola: Especificações Técnicas do Cheque Normalizado (Revoga o Instrutivo nº 03/2012)
Mai-2015	Instrutivo nº 6/2015	Garantias para Liquidação de Saldos
Jul-2015	Instrutivo nº 13/2015	Mercado Monetário Interbancário (MMI) – Operações de Cedência de Liquidez dos Bancos de Desenvolvimento
Ago-2015	Instrutivo nº 18/2015	Cartões de pagamentos – Informação Estatística (Revoga a Directiva n.º 16/DSP/11)
Ago-2015	Lei nº 17/15	Autoriza o Banco Nacional de Angola a emitir e pôr em Circulação Moedas Metálicas de valor facial de 50 e 100 Kwanzas da "Série 2012"
Fev-2015	Directiva nº 03/DRO/DSI/15	Taxa de Redesconto (Revoga a Directiva nº 03/DSI/13)
Dez-2015	Aviso nº11/2015	Classificação de Subsistemas (Revoga o Aviso nº 01/2009)
Fev-2015	Directiva nº 13/DMA/15	Facilidades Permanentes de Absorção de Liquidez (FAL) – Prazo Superior a Overnight
Política Cambial		
Jan-2015	Aviso nº 01/2015	Importação e Exportação de Moeda Estrangeira e Cheques de Viagem (Revoga Aviso nº 01/2014)
Jan-2015	Aviso nº 02/2015	Limites de Exposição ao Risco Cambial (Revogado pelo Aviso nº 09/2016. Revoga o Aviso nº 05/2010)
Mar-2015	Instrutivo nº 4/2015	Compra e Venda de ME - Regras Operacionais Adicionais
Abr-2015	Aviso nº 9/2015	Prazos de Execução e de Disponibilização de Fundos Aplicáveis aos Movimentos de Depósitos à Ordem, Transferências e Remessas de Valores (Revoga o Aviso nº 02/2012)
Jun-2015	Instrutivo nº 10/2015	Sessões de Compra e Venda de Moeda Estrangeira - Procedimentos Extraordinários de Participação (Revoga o Instrutivo nº01/2011)
Jun-2015	Aviso nº 10/2015	Entrada e Saída de Moeda na Zona Fronteiriça de Santa Clara (Revogado pelo Aviso nº 12/2015)
Jun-2015	Instrutivo nº 11/2015	Acordo de Conversão Monetária entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia (Revogado pelo Aviso nº 12/2015)
Jun-2015	Instrutivo nº 12/2015	Operações Cambiais - Procedimentos
Jul-2015	Aviso nº 10/2015	Margem Máxima para Operações de Venda de Divisas (Revoga o Instrutivo nº 03/2014)
Jun-2015	Instrutivo nº 14/2015	Entrada e Saída de Moeda na Zona Fronteiriça de Santa Clara (Revogado pelo Aviso nº 12/2015)
Jul-2015	Instrutivo nº 15/2015	Margem Máxima para Operações de Venda de Divisas (Suspende a Vigência e Aplicabilidade do Instrutivo nº14/15. Reestabelece a

Vigência do Instrutivo nº 03/2014)		
Ago-2015	Instrutivo nº 17/2015	Procedimentos Operacionais a serem observados nas Sessões de Leilão de Venda de Moeda Estrangeira às Casas de Câmbio (Revoga o Ponto 2,1 do Número 2 do Instrutivo nº 07/2015)
Dez-2015	Aviso nº12/2015	Acordo de Conversão Monetária entre o Banco Nacional de Angola e o Banco da Namíbia – Entrada e Saída de moeda na Fronteira Terrestre de Santa Clara (Angola) – Regras Operacionais a observar pelas Instituições Financeiras (Revoga o Aviso nº 10/2015 e o Instrutivo nº 11/2015. Derrogado pelo Aviso nº 01/2016)
Dez-2015	Instrutivo nº 20/2015	Reporte e Monitorização de Transacções Cambiais
Operações de Invisíveis Correntes		
Jun-2015	Decreto Legislativo Presidencial nº 2/15	Regime jurídico da Contribuição Especial sobre as Operações Cambiais de Invisíveis Correntes (Revogado pela Lei nº 28/15)
Reforma do Sistema Tributário		
Mar-2015	Decreto Executivo nº 151/15	Estabelece a Composição dos Serviços Regionais Tributários
Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo		
Jun-2015	Lei nº 13/15	Lei da Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal
Out-2015	Directiva nº 01/DRO/DSI/15	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo – Questionário de Auto-Avaliação
Dez-2015	Directiva nº 02/DRO/DSI/15	Guia sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo nas Relações com os Bancos Correspondentes e Bancos Clientes
Sistema Financeiro		
Mercado de Capitais		
Mai-2015	Regulamento nº 1/15	Regulação do Processo de Autorização para Constituição e Registo dos Agentes de Intermediação junto da Comissão de Mercado de Capitais
Mai-2015	Regulamento nº 2/15	Requisitos de Registo e das Regras a observar pelas Empresas de Auditoria, legalizadas e estabelecidas em Angola
Mai-2015	Regulamento nº 3/15	Regras aplicáveis ao Registo e Supervisão de Repositórios de Transacções na Comissão de Mercado de Capitais
Ago-2015	Lei nº 22/15	Código dos Valores Mobiliários (Altera o Decreto Legislativo Presidencial nº 6/13. Altera e derroga a Lei nº 1/04. Revoga o Decreto Legislativo Presidencial nº 4/13, a Lei nº 12/05)
Economia e Finanças		
Jun-2015	Lei nº 11/15	Lei da Simplificação do Processo de Constituição de Sociedades Comerciais (Altera a Lei nº 19/12, a Lei nº 1/04, a Lei nº 6/03, a Lei nº 1/97, o Decreto-Lei 47619, Carta de Lei 28/06/1888)
Ago-2015	Lei nº 14/15	Lei do Investimento Privado (Revoga a Lei nº 20/11)

ANEXO C – Demonstrações Financeiras e Outros Indicadores

Quadro 40 – Balanço Agregado

	2015	2014	2013	2012	2011
Disponibilidades	1.456.828	1.076.448	979.032	968.083	867.128
Aplicações de Liquidez	501.491	812.947	1.048.729	978.561	846.184
Títulos e Valores Mobiliários	2.162.823	1.432.818	1.115.352	842.303	883.929
Instrumentos Derivados	3.135	143	127	0	0
Créditos no Sistema de Pagamentos	49.354	4.913	4.475	3.091	2.167
Operações Cambiais	58.176	31.811	14.338	7.007	6.302
Créditos	2.736.618	2.576.801	1.940.343	1.727.901	1.405.010
Outros Valores	178.238	157.608	136.745	130.518	87.811
Inventário Comercial e Industrial	329	202	1.225	409	135
Imobilizações	388.938	348.574	282.118	235.270	172.045
Total Activo	7.535.930	6.442.264	5.522.485	4.893.142	4.270.711
Depósitos	5.584.431	4.978.029	4.288.384	3.624.484	3.367.562
Captações para Liquidez	311.576	179.855	143.984	197.057	105.378
Captações com Títulos e Valores Mobiliários	8.075	6.546	1.789	4.679	717
Instrumentos Derivados	3.819	390	166	45	44
Obrigações no Sistema de Pagamentos	138.569	55.609	39.913	39.358	68.339
Adiantamentos de Clientes	0	5.868	3.115	2.358	2.255
Operações Cambiais	77.593	47.371	43.489	54.709	27.026
Outras Captações	406.853	361.388	308.593	257.469	171.147
Outras Obrigações	162.385	107.162	96.695	91.150	54.866
Fornecedores Comerciais e Industriais	38	78	39	0	0
Provisões para Responsabilidades Prováveis	37.308	30.256	21.881	20.910	18.638
Provisões Técnicas	0	1.5536	224	0	0
Total Passivo	6.730.646	5.774.105	4.948.272	4.389.217	3.815.971
Total Fundos Próprios	805.285	668.159	574.213	503.925	454.740
Total Passivo e Fundos Próprios	7.535.930	6.442.264	5.522.485	4.893.142	4.270.711

Quadro 41 – Demonstração de Resultados Agregada

	2015	2014	2013	2012	2011
Margem Financeira	306.457	233.129	200.302	188.476	177.597
Proveitos de Instrumentos Activos	455.565	349.573	301.618	286.896	287.237
Custos de Instrumentos Passivos	-149.108	-116.444	-101.316	-98.421	-109.639
Resultado de Negociação e Ajuste ao Valor Justo	18.052	8.522	2.815	1.313	3.286
Resultados de Operações Cambiais	153.418	78.659	72.329	63.892	62.290
Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	84.023	80.779	64.509	58.396	433697
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	-166.794	-82.918	-63.484	-78.346	-63.803
Resultados de Planos de Seguros e Saúde Complementar	0	0	0	-3	-2
Resultado de Intermediação Financeira	393.155	318.172	276.470	188.476	177.597
Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	75	61	59	120	102
Total Outros Proveitos e Custos Operacionais	-252.654	-208.610	-179.910	-154.674	-126.611
Custos Administrativos e de Comercialização	-267.013	-215.847	-178.781	-150.914	-125.152
Provisões sobre Valores e Responsabilidades Prováveis	-21.018	-11.288	-6.417	-5.847	-5.520
Resultados de Imobilizações Financeiras	-1.681	-2.017	-1.134	-778	-100
Outros Proveitos e Custos Operacionais	8.341	6.068	8.680	10.385	7.078
Resultados da Actualização Monetária Patrimonial	0	0	0	0	0
Resultado Operacional	128.218	102.385	97.747	82.935	97.695
Resultado não Operacional	3.301	2.555	4.970	5.614	2.654
Resultado antes dos Impostos e Outros Encargos	131.519	104.940	102.717	88.549	100.349
Encargos sobre o Resultado Corrente	-15.935	-10.301	-15.757	-13.710	-5.843
Apuramento do Resultado	0	0	1.576	0	0
Resultado do Exercício	115.584	94.639	88.536	74.839	94.506

Fonte: IFs; Relatórios e Contas; ABANC

Quadro 42 - Balanço Individual 2015

	BAI	BANC	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BFA	BIC	BIR	BKI	BMA
Disponibilidades	184.284	7.014	17.250	92.857	9.254	33.537	1.121	42.102	306.870	155.697	346	12.804	80.648
Aplicações de Liquidez	47.971	489	1.219	1.248	0	11.656	1.003	115.650	135.006	79.475	0	4.828	6.588
Títulos e Valores Mobiliários	415.075	1.252	13.746	127.510	2.415	12.687	601	72.878	486.388	425.641	20	5.450	85.398
Instrumentos Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	3.099	0	0	0	32
Operações Cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	53.284	34	0	0	3.946
Créditos no Sistema de Pagamentos	5	14	69	380	7	314	0	0	0	163	0	0	151
Créditos	353.686	13.254	8.922	83.881	430	45.592	0	60.981	220.796	290.755	173	0	133.519
Outros Valores	28.218	4.821	312	2.990	49	16.131	105	303	4.080	13.881	533	59	5.516
Inventários Comercial e Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações	68.373	12.260	5.325	8.519	322	7.440	384	9.912	20.056	11.963	397	88	27.117
Activo	1.097.612	39.105	46.845	317.385	12.477	127.359	3.213	301.826	1.229.579	977.609	1.469	23.229	342.914
Depósitos	938.494	19.165	36.758	236.953	6.883	96.421	1.074	0	1.017.160	741.627	299	15.116	249.111
Captações para Liquidez	13.532	13.323	0	22.534	0	0	0	0	9	0	0	0	31.787
Captações com TVM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos Financeiros Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	3.799	0	0	0	20
Obrigações no Sistema de Pagamentos	1.295	365	369	797	28	800	0	0	4.806	45.869	1	0	0
Operações Cambiais	245	0	123	0	0	27	0	0	55.916	34	1	0	0
Adiantamentos de Clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Captações	1.502	0	0	0	0	11.975	0	257.696	0	66.659	0	5.383	0
Outras Obrigações	10.642	434	2.175	9.874	978	9.186	186	3.221	17.302	16.902	83	239	16.472
Fornecedores Comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38	0	0	0
Provisões para Responsabilidades Prováveis	6.745	31	76	2.923	0	1.814	0	317	4.133	3.757	0	11	527
Provisões Técnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo	972.455	33.319	39.501	273.081	7.888	120.223	1.260	261.233	1.103.124	874.887	384	20.750	297.917
Fundos Próprios	125.158	5.785	7.343	44.304	4.588	7.135	1.953	40.593	126.455	102.721	1.085	2.480	44.997
Passivo e Fundos Próprios	1.097.612	39.105	46.845	317.385	12.477	127.135	3.213	301.826	1.299.579	977.609	1.469	23.229	342.914

Fonte: IFs; Relatórios e Contas

	BNI	BPA	BPAN	BPC	BPG	BRK	BVB	FNB	SBA	SCBA	SOL	VTB	YETU
Disponibilidades	40.986	72.721	455	108.124	4.463	24.960	8.175	13.129	136.067	15.317	69.783	17.579	1.286
Aplicações de Liquidez	25.224	11.010	980	26.928	4.172	7.395	0	3.460	10.825	4.549	814	0	1.000
Titulos e Valores Mobiliários	28.500	124.405	0	79.400	734	30.583	3.835	20.010	93.664	2.730	127.749	1.421	732
Instrumentos Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Operações Cambiais	0	517	0	0	0	5	0	0	389	0	0	0	0
Créditos no Sistema de Pagamentos	169	87	0	45.527	6	186	30	82	6	812	1.119	219	7
Créditos	92.399	245.910	0	927.390	9	58.601	5.746	39.562	51.263	0	100.613	3.138	0
Outros Valores	26.422	11.009	142	51.018	15	3.427	405	788	3.549	107	3.619	709	33
Inventários Comercial e Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	329	0	0
Imobilizações	20.597	48.680	819	101.234	266	5.619	4.721	6.253	2.645	348	23.693	139	1.767
Activo	234.296	514.339	2.396	1.339.620	9.666	130.777	22.911	83.285	298.412	23.863	327.719	23.203	4.824
Depósitos	154.219	385.898	6	911.365	6.113	96.997	19.201	61.005	275.781	20.361	277.052	16.064	1.306
Captações para Liquidez	21.857	54.115	0	136.833	1.349	66	0	5.899	0	272	10.000	0	0
Captações com TVM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.075	0	0
Instrumentos Financeiros Derivados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações no Sistema de Pagamentos	5.193	799	0	73.969	1	786	60	413	895	4	2.057	60	1
Operações Cambiais	0	516	0	6.468	0	13.451	0	0	396	0	416	0	0
Adiantamentos de Clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Captações	8.563	6.777	2	34.435	0	3.950	0	4.131	4.146		605	1.028	0
Outras Obrigações	20.936	8.614	539	32.032	202	1.616	239	1.449	3.195	431	3.440	1.209	790
Fornecedores Comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Provisões para Responsabilidades													
Prováveis	495	2.513	3	9.075	16	1.762	126	77	458	1	2.365	78	2
Provisões Técnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo	211.264	459.233	550	1.204.178	7.681	118.629	19.626	72.974	284.872	21.071	304.010	18.438	2.099
Fundos Próprios	23.032	55.106	1.845	135.442	1.985	12.148	3.285	10.311	13.540	2.792	23.709	4.765	2.725
Passivo e Fundos Próprios	234.296	514.339	2.396	1.339.620	9.666	130.777	22.911	83.285	298.412	23.863	327.719	23.203	4.824

Fonte: IFs; Relatórios e Contas

Quadro 43 - Demonstração de Resultados 2015

	BAI	BANC	BCA	BCGA	BCH	BCI	BCS	BDA	BFA	BIC	BIR	BKI	BMA
Margem Financeira	43.194	31	2.544	16.925	536	5.360	11	9.043	41.022	34.108	11	338	14.444
Proveitos de Instrumentos Activos	55.612	1.254	2.773	21.320	605	6.749	11	15.585	56.367	52.473	11	389	20.964
Custos de Instrumentos Passivos	-12.417	-1.223	-229	-4.396	-69	-1.390	0	-6.542	-15.344	-18.365	0	-51	-6.520
Resultado de Negociação e Ajuste ao Valor Justo	232	17	0	0	0	0	0	75	3.844	1.521	0	0	98
Resultados de Operações Cambiais	19.585	3.488	1.240	-1.769	698	1.643	23	40.720	16.070	26.202	2	212	7.323
Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	7.360	312	1.062	4.149	2.723	2.898	2	3.588	5.736	6.462	3	3.269	4.724
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	-24.463	-569	-196	-911	-267	-2.160	0	-70.591	-4.587	-9.896	-2	0	-6.751
Resultados de Planos de Seguros e Saúde Complementa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado de Intermediação Financeira	45.907	3.280	4.651	18.395	3.689	7.741	35	-17.166	62.085	58.396	14	3.818	19.837
Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	73	0	0	0
Total Outros Proveitos e Custos Operacionais	-32.180	-2.898	-2.789	-8.372	-525	-10.224	-582	-2.661	-20.974	-29.394	-994	-1.016	-12.178
Custos Administrativos e de Comercialização	-27.341	-2.957	-2.689	-7.718	-548	-10.258	-582	-2.586	-23.588	-29.822	-994	-930	-12.815
Provisões sobre Valores e Responsabilidades Prováveis	-4.677	-3	-102	-1.263	0	-284	0	-76	52	-411	0	-86	63
Resultados de Imobilizações Financeiras	-2.026	0	0	0	0	-35	0	0	0	-40	0	0	305
Outros Proveitos e Custos Operacionais	1.864	62	2	608	23	352	0	1	2.561	880	0	0	269
Resultados da Actualização Monetária Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional	13.727	381	1.862	10.022	3.164	-2.484	-547	-19.827	41.110	29.075	-980	2.802	7.659
Resultado não Operacional	2.085	-67	-1	1	-46	175	0	202	414	36	0	-8	216
Resultado antes dos Impostos e Outros Encargos	15.812	314	1.861	10.023	3.118	-2.308	-547	-19.625	41.524	29.112	-980	2.793	7.875
Encargos sobre o Resultado Corrente	-454	-94	-377	-442	-907	0	0	0	-3.658	-1.456	0	-688	-1.115
Resultado do Exercício	15.358	220	1.484	9.581	2.211	-2.308	-547	-19.625	37.866	27.656	-980	2.105	6.760

	BNI	BPA	BPAN	BPC	BPG	BRK	BVB	FNB	SBA	SCBA	SOL	VTB	YETU
Margem Financeira	9.840	19.357	2	62.916	199	6.510	1.103	3.475	9.843	220	24.421	908	97
Proveitos de Instrumentos Activos	15.187	29.381	2	117.734	247	7.745	1.281	6.297	11.353	282	30.611	1.225	109
Custos de Instrumentos Passivos	-5.346	-10.024	0	-54.818	-48	-1.235	-178	-2.822	-1.510	-62	-6.190	-317	-12
Resultado de Negociação e Ajuste ao Valor Justo	0	0	0	10.337	16	1.854	0	100	-28	0	0	0	-13
Resultados de Operações Cambiais	1.680	16.169	-12	11.851	86	1.834	631	1.922	5.366	622	-3.212	1.068	-23
Resultado de Prestação de Serviços Financeiros	2.381	7.121	0	14.738	27	2.440	826	857	2.700	36	7.966	2.642	1
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	-3.930	-6.592	0	-27.595	0	-3.051	-214	-2.284	-802	0	-1.618	-313	0
Resultados de Planos de Seguros e Saúde Complementar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado de Intermediação Financeira	9.972	36.055	-11	72.246	327	9.586	2.347	4.069	17.079	879	27.557	4.305	62
Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Total Outros Proveitos e Custos Operacionais	-7.501	-22.449	-706	-65.174	-842	-7.143	-1.987	-2.548	-11.040	-1.409	-19.511	-1.577	-337
Custos Administrativos e de Comercialização	-8.712	-20.718	-708	-52.746	-827	-8.245	-2.123	-2.645	-11.256	-1.407	-18.570	-1.534	-335
Provisões sobre Valores e Responsabilidades Prováveis	-94	-1.367	2	-11.706	-16	-146	128	8	-51	-1	-941	-44	-2
Resultados de Imobilizações Financeiras	0	96	0	18	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Outros Proveitos e Custos Operacionais	1.305	-460	0	-740	1	1.248	8	88	268	0	0	0	0
Resultados da Actualização Monetária Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultado Operacional	2.470	13.606	-717	7.072	-515	2.443	359	1.521	6.039	-530	8.049	2.728	-275
Resultado não Operacional	-669	701	0	1.455	0	-1.254	8	-74	-35	0	43	120	0
Resultado antes dos Impostos e Outros Encargos	1.801	14.306	-717	8.527	-515	1.189	368	1.448	6.004	-530	8.091	2.848	-275
Encargos sobre o Resultado Corrente	-554	-3.278	0	-238	0	-368	0	-200	-766	0	-595	-744	0
Resultado do Exercício	1.247	11.028	-717	8.289	-515	821	368	1.248	5.238	-530	7.496	2.103	-275

Fonte: IFs; Relatórios e Contas

Quadro 44 – Distribuição do Crédito por Sectores

	2015	2014	2013	2012	2011
A – Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	131.634	101.313	53.993	42.910	22.963
B – Pescas	6.444	5.538	3.612	1.927	1.409
C – Indústria Extractiva	46.870	51.231	63.558	71.238	39.347
D – Indústrias Transformadoras	238.352	159.228	146.209	166.696	116.264
E – Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água	13.782	4.754	1.674	1.502	3.203
F – Construção	320.839	252.590	191.062	202.670	111.796
G – Comércio por Grosso e a retalho	554.249	399.684	330.399	292.853	238.038
H – Alojamento e Restauração	52.154	43.735	29.840	23.305	9.975
I – Transportes, Armazenagem e Comunicações	40.245	50.504	54.660	52.942	54.406
J – Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	46.843	148.351	39.831	58.733	59.916
K – Actividade Imobiliária, alugueres e Serviços Prestados às Empresas	379.612	346.990	213.021	177.050	208.375
L - Administração Pública	-	-	-	-	-
M – Educação	7.581	7.590	5.965	6.072	3.713
N – Saúde e Acção Social	8.735	5.089	3.708	5.006	4.226
O – Outras Actividades de Serviço Colectivos, Sociais e Pessoais	394.201	470.397	423.572	314.393	228.026
P – Famílias com Empregados Domésticos	3.291	1.543	4.050	2.121	260
Q – Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	303	500	315	1.518	32.018
Z – Particulares	491.482	525.399	373.549	253.288	236.054
Valores Não Classificados		2.366	1.325	53.677	35.022
Total de Créditos	2.736.618	2.576.801	1.940.343	1.727.901	1.405.010

Fonte: BNA; ABANC

Quadro 45 – Evolução do Número de CAs – por Dimensão

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Número de CAs Matriculados	1492	1450	1347	1.229	1.056
Quota de Mercado	55,5%	57,0%	59,9%	62,4%	66,4%
Taxa de Crescimento	2,9%	7,6%	9,6%	16,4%	22,1%
Contribuição para a Variação Agregada	1,7%	4,6%	6,0%	10,9%	15,2%
Média Dimensão					
Número de CAs Matriculados	1.090	1.004	828	682	480
Quota de Mercado	40,6%	39,5%	36,8%	34,6%	30,2%
Taxa de Crescimento	8,6%	21,3%	21,4%	42,1%	37,9%
Contribuição para a Variação Agregada	3,4%	7,8%	7,4%	12,7%	10,5%
Pequena Dimensão					
Número de CAs Matriculados	104	90	74	60	55
Quota de Mercado	3,9%	3,5%	3,3%	3,0%	3,5%
Taxa de Crescimento	15,6%	21,6%	23,3%	9,1%	25,0%
Contribuição para a Variação Agregada	0,6%	0,7%	0,7%	0,3%	0,9%
Número Total de CAs Matriculados	2.686	2.544	2.249	1.971	1.591
Taxa de Crescimento Agregada	5,6%	13,1%	14,1%	23,9%	26,6%

Fonte: EMIS; ABANC

Quadro 46 – Evolução do Número TPAs – por Dimensão

	2015	2014	2013	2012	2011
Grande Dimensão					
Número de TPAs Matriculados	33.383	27.626	20.181	16.799	13.244
Quota de Mercado	55,9%	60,6%	65,9%	73,4%	74,4%
Taxa de Crescimento Anual	20,8%	36,9%	20,1%	26,8%	41,2%
Contribuição para a Variação Agregada	12,6%	24,3%	14,8%	20,0%	32,6%
Média Dimensão					
Número de TPAs Matriculados	24.771	16.905	9.866	5.766	4.323
Quota de Mercado	41,5%	37,1%	32,2%	25,2%	24,3%
Taxa de Crescimento Anual	46,5%	71,3%	71,1%	33,4%	86,7%
Contribuição para a Variação Agregada	17,3%	23,0%	17,9%	8,1%	16,9%
Pequena Dimensão					
Número de TPAs Matriculados	1.607	1.053	554	328	246
Quota de Mercado	2,7%	2,3%	1,8%	1,4%	1,4%
Taxa de Crescimento Anual	52,6%	90,1%	68,9%	33,3%	59,7%
Contribuição para a Variação Agregada	1,2%	1,6%	1,0%	0,5%	0,8%
Número Total de TPAs Matriculados	59.761	45.584	30.601	22.893	17.813
Taxa de Crescimento Agregada	31,1%	49,0%	33,7%	28,5%	50,3%

Fonte: EMIS; ABANC

Quadro 47 – Índice de Actividade de Instrumentos e Meios de Pagamento Electrónicos

	2015	2014	2013	2012	2011
Índice de Actividade das CAs	95,6%	94,5%	93,1%	91,9%	92,3%
Nº Total de CAs Activos	2.567	2.484	2.173	1.851	1.503
Nº Total de CAs Matriculados	2.686	2.628	2.334	2.014	1.629
Índice de Actividade dos TPAs	56,1%	58,2%	61,6%	57,4%	50,5%
Nº Total de TPAs Matriculados	59.761	47.073	31.716	23.545	18.199
Nº Total de TPAs Activos	33.549	27.416	19.542	13.524	9.183
Índice de Actividade dos Cartões Multicaixa	72,9%	67,5%	70,6%	72,0%	65,6%
Nº de Cartões Multicaixa Válidos	4.693.424	4.687.890	3.488.606	2.837.692	2.377.969
Nº de Cartões Multicaixa Vivos	3.420.826	3.165.315	2.462.174	2.041.908	1.559.841

Fonte: EMIS

Quadro 48 - Distribuição de Serviços Bancários por Província em 2015

Província	Nº Total de CAs	Nº Total de TPAs	Nº Total de Agências
Bengo	25	414	29
Benguela	228	4.552	149
Bié	40	632	33
Cabinda	80	1.086	64
Cunene	43	501	45
Huambo	132	538	76
Huíla	163	1.248	108
Kuando Kubango	41	548	34
Kwanza Norte	42	1.977	32
Kwanza Sul	93	2.529	71
Luanda	1.560	43.600	981
Lunda Norte	36	340	26
Lunda Sul	37	427	33
Malange	63	637	39
Moxico	34	317	29
Namíbe	55	994	37
Uíge	49	589	38
Zaire	55	567	41
Total Geral	2.776	61.496	1.865

Fonte: EMIS; ABANC

Quadro 49 - Distribuição da Rede de Agências em 2015

Localidade	Nº de Agências	Localidade	Nº de Agências
Bengo	29	Huambo	76
Ambriz	10	Bailundo	6
Bula Atumba	0	Caála	8
Dande	14	Catchiungo	1
Dembos	4	Ekunha	1
Nambuanguo	0	Huambo	54
Pango Aluquem	1	Londuimbale	3
Benguela	149	Longonjo	0
Baía Farta	4	Mungo	1
Balombo	2	Tchicala-Tcholoanga	0
Benguela	49	Tchindjenje	0
Bocoio	2	Ucuma	2
Caimbambo	3	Huíla	108
Catumbela	8	Caconda	2
Chongoroi	1	Cacula	0
Cubal	11	Caluquembe	3
Ganda	2	Chiange	1
Lobito	67	Chibia	1
Bié	33	Chicomba	1
Andulo	2	Chipindo	0
Camacupa	2	Humpata	2
Catabola	1	Jamba	3
Chinguar	5	Kuvango	1
Chitembo	1	Lubango	82
Cuamba	1	Matala	8
Cunhinga	1	Quilengues	2
Kuito	19	Quipungo	2
Nharea	1	Kuando Kubango	34
Cabinda	64	Calai	5
Belize	0	Cuangar	6
Buco-Zau	2	Cuchi	0
Cabinda	57	Cuito Cuanavale	2
Cacongo	5	Dirico	0
Cunene	45	Longa	0
Cahama	2	Mavinga	1
Cuanhama	17	Menongue	19
Curoca	0	Rivungo	1
Cuvelay	1		
Namacunde	17		
Ombadja	8		

Localidade	Nº de Agências	Localidade	Nº de Agências
Kwanza Norte	32	Lunda Norte	26
Ambaca	2	Cambulo	4
Banga	4	Capenda-Camulemba	1
Bolongongo	0	Caungula	0
Cambambe	6	Chitato (Tchitato)	8
Cazengo	8	Cuango	5
Golungo Alto	8	Cuilo	0
Gonguembo	0	Lubalo	0
Lucala	2	Lucapa	6
Quiculungo	0	Xá Muteba	2
Samba Caju	2	Lunda Sul	33
Kwanza Sul	71	Cacolo	3
Amboim	7	Dala	0
Cassongue	1	Muconda	1
Conda	1	Saurimo	29
Ebo	1	Malange	39
Libolo	3	Caçulama-Mucari	1
Mussende	1	Cacuso	6
Porto Amboim	14	Calandula	1
Quibala	9	Cambundi-Catembo	0
Quilenda	0	Cangandala	1
Seles	3	Caombo	0
Sumbe	18	Cuaba Nzogo	0
Waku Kungo	13	Cunda-Diaza	0
Luanda	981	Luquembo	0
Belas	169	Malange	30
Cacuaco	54	Marimba	0
Cazenga	46	Massango	0
Icolo e Bengo	11	Quela	0
Luanda	573	Quirima	0
Quiçama	1	Moxico	29
Viana	127	Alto Zambeze	1
		Bundas	0
		Camanongue	1
		Cameia	2
		Léua	1
		Luau	5
		Lucano	1
		Luchazes	1
		Moxico	17

Localidade	Nº de Agências
Namibe	37
Bibala	2
Camulo	1
Namibe	30
Tômbua	4
Virei	0
Uíge	38
Alto Cauale	0
Ambuíla	0
Bembe	0
Bungo	0
Buengas	0
Damba	0
Macocola	0
Maquela do Zombo	3
Mucaba	0
Negage	6
Puri	0
Quimbele	0
Quitexe	1
Sanza Pombo	2
Songo	0
Uíge	26
Zaire	41
Cuimba	0
M'Banza Kongo	10
N'Zeto	3
Noqui	1
Soyo	27
Tomboco	0
Total	1.865

Fonte: IF; ABANC

Quadro 50 – Quadro Síntese da Actividade do Sistema Bancário

	2015	2014	2013	2012	2011
Taxas de Crescimento Anual					
Disponibilidades	35,3%	10,0%	1,1%	11,6%	11,7%
Títulos e Valores Mobiliários	50,9%	28,5%	32,4%	-4,7%	-1,2%
Créditos	6,2%	32,8%	12,3%	23,0%	21,3%
Outros Activos Remunerados	-28,3%	-20,4%	8,0%	15,7%	126,1%
Outros Activos Não Remunerados	12,1%	20,8%	14,7%	40,9%	47,3%
Activo	17,0%	16,7%	12,9%	14,6%	26,2%
Depósitos	12,2%	16,1%	18,3%	7,6%	37,8%
Captações para Liquidez	32,6%	20,6%	-1,1%	65,6%	-15,2%
Outros Passivos	66,4%	19,9%	-34,3%	78,1%	-77,4%
Fundos Próprios	20,5%	16,4%	13,9%	10,8%	20,5%
Funding	17,0%	16,7%	12,9%	14,6%	26,2%
Margem Financeira	31,5%	16,4%	6,3%	6,1%	13,3%
Margem Complementar	52,1%	20,3%	13,0%	13,4%	28,0%
Resultado de Intermediação	24,2%	15,1%	18,3%	4,9%	10,7%
Imposto sobre o Resultado	54,7%	-34,6%	14,9%	134,6%	0,4%
Resultado de Exercício	22,1%	6,9%	18,3%	-20,8%	-2,8%
Qualidade do Crédito					
Crédito Vencido sobre Crédito Total	12,8%	14,7%	7,9%	8,8%	4,4%
Provisões sobre Crédito Bruto	9,7%	6,8%	8,1%	9,3%	8,3%
Provisões sobre Crédito Vencido	83,2%	49,5%	110,6%	115,8%	208,5%
Liquidez					
Crédito em ME em % do Total de Crédito	22,5%	20,7%	28,9%	34,1%	41,5%
Depósitos em ME em % do Total de Depósitos	29,0%	30,6%	34,7%	44,6%	48,4%
Depósitos a Prazo em % do Total de Depósitos	42,7%	44,1%	45,0%	46,7%	42,6%
ME em % do M3	32,0%	33,0%	40,0%	45,0%	48,0%
Rácio de Transformação	49,0%	51,8%	45,2%	47,7%	41,7%
Rentabilidade e Eficiência					
ROAE	15,7	15,2	16,4	15,6	22,7
ROAA	1,7	1,6	1,7	1,6	2,5
Taxa de Alavancagem	9,5	9,6	9,7	9,6	9,2
Produto Bancário sobre Activos Médios	8,0	6,7	6,5	6,8	7,5
Resultados de Exploração sobre Activos Médios	1,8	1,7	1,9	1,8	2,6
Produto Bancário por Trabalhador	26,0	19,4	17,9	18,2	19,2
Activo por trabalhador	348,1	311,7	290,8	284,7	286,8
Cost-to-Income	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4
Estrutura					
Número Total de Trabalhadores	21.648	20.671	18.988	17.189	14.890
Número Total de Balcões	1.865	1.760	1.579	1.375	1.179
Número Total de CAs Matriculados	2.778	2.628	2.334	2.014	1.629
Número Total de TPAs Matriculados	61.496	47.073	31.716	23.545	18.199
Número de Cartões Multicaixa Válidos	4.693.424	4.687.890	3.488.606	2.837.692	2.377.969

Fonte:

ABANC

Quadro 51 Ranking do Activo em 2015

Banco	Quota de Activos
Grande Dimensão	61,6%
BAI	14,6%
BPC	17,8%
BFA	16,3%
BIC	13,0%
Média Dimensão	35,5%
FNB	1,1%
BPA	6,8%
BMA	4,6%
BDA	4,0%
SOL	4,3%
BNI	3,1%
SBA	4,0%
BCI	1,7%
BRK	1,7%
BCGA	4,2%
Pequena Dimensão	2,8%
BCA	0,6%
BANC	0,5%
SCBA	0,3%
BKI	0,3%
VTB	0,3%
BVB	0,3%
BCH	0,2%
BPG	0,1%
YETU	0,1%
BCS	0,04%
BPAN	0,03%
BIR	0,02%

Quadro 52 - Ranking do Activo em 2014

Banco	Quota de Activos
Grande Dimensão	65,3%
BAI	17,1%
BPC	18,6%
BFA	16,7%
BIC	13,0%
Média Dimensão	32,8%
FNB	1,2%
BPA	5,8%
BMA	3,8%
BDA	4,4%
SOL	4,2%
BNI	3,1%
SBA	3,2%
BCI	1,7%
BRK	1,8%
BCGA	3,6%
Pequena Dimensão	1,9%
BCA	0,5%
BANC	0,4%
BVB	0,2%
VTB	0,2%
BMF	0,1%
BCH	0,1%
BKI	0,2%
SCBA	0,2%
BPAN	0,03%

Fonte: ABANC

Referências

Obras Citadas

- [1] Fundo Monetário Internacional, “World Economic Outlook Outubro 2016,” Fundo Monetário Internacional, Washington, 2016.
- [2] Ministério das Finanças, “Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2016 - Revisto,” Ministério das Finanças, Luanda, 2016.
- [3] Departamento de Justiça dos E.U.A.; Comissão Federal do Comércio dos E.U.A., “Horizontal Merger Guidelines,” Departamento da Justiça, Estados Unidos da América, 2010.
- [4] Fundo Monetário Internacional, “Financial Access Survey,” Fundo Monetário Internacional, Washington, 2015.
- [5] Fundo Monetário Internacional, “World Economic Outlook Julho 2016,” Fundo Monetário Internacional, Washington, 2016.
- [6] Ministério das Finanças, “Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado para 2016,” Ministério das Finanças, Luanda, 2015.
- [7] Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais da ONU, “World Population Prospects: The 2015 Revision,” Organização das Nações Unidas (ONU), Nova Iorque, 2015.

Índice Remissivo

Índice de Quadros

Quadro 1 – Lista de Instituições Financeiras Bancárias em Angola	9
Quadro 2 - Mercado Petrolífero	17
Quadro 3 - Síntese Monetária.....	37
Quadro 4 - Indicadores do Mercado.....	40
Quadro 5 – Decomposição do Número de Trabalhadores por Dimensão	50
Quadro 6 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Habilitações e por Dimensão, em 2015.....	51
Quadro 7 – Decomposição da Distribuição de Agências por Dimensão.....	56
Quadro 8 - Indicadores de Actividade nos Terminais Bancários	60
Quadro 9 – Decomposição do Número de Cartões de Pagamento Multicaixa por Dimensão ..	63
Quadro 10 - Indicadores de Densidade Populacional em 2015	66
Quadro 11- Estrutura das Receitas e Despesas por Província	67
Quadro 12 – Evolução do Número de Agências por Município	67
Quadro 13 - Indicadores de Bancarização.....	69
Quadro 14 – Decomposição do Activo	76
Quadro 15 – Decomposição do Activo por Dimensão	76
Quadro 16 – Decomposição do Crédito	78
Quadro 17 – Indicadores de Qualidade do Crédito Bancário	80
Quadro 18 – Crédito por Prazo de Vencimento.....	80
Quadro 19 - Crédito por Modalidades e por Tipologia de Cliente	80
Quadro 20 - Decomposição do Crédito por Dimensão.....	81
Quadro 21 – Decomposição dos Títulos e Valores Mobiliários.....	83
Quadro 22 - Decomposição dos Títulos e Valores Mobiliários por Dimensão	84
Quadro 23 – Decomposição do Funding	86
Quadro 24 – Decomposição dos Depósitos por produto e moeda	87
Quadro 25 - Depósitos a Prazo por Prazo de Vencimento e por Tipologia de Clientes	89
Quadro 26 – Evolução dos Depósitos por Dimensões.....	89
Quadro 27 – Decomposição da Demonstração de Resultados.....	91
Quadro 28 - Decomposição do Resultado do Exercício por Dimensão.....	93
Quadro 29 - Evolução da Margem Financeira	93
Quadro 30 – Estrutura da Rentabilidade (%)	96
Quadro 31 - Decomposição do Valor Acrescentado Bruto	97
Quadro 32 – Indicadores do Balanço	101

Quadro 33- Indicadores de Profundidade Financeira.....	102
Quadro 34 – Evolução do Rácio Total de Activos por Número de Trabalhadores.....	104
Quadro 35 – Evolução do Rácio Produto Bancário por Número de Trabalhadores	104
Quadro 36 – Evolução do Rácio Trabalhadores por Balcão.....	105
Quadro 37 – Indicadores do Sistema Bancário	106
Quadro 38 – Cálculos, Rácios e Indicadores.....	121
Quadro 39 – Regulamentação relevante publicada em 2015.....	127
Quadro 40 – Balanço Agregado	131
Quadro 41 – Demonstração de Resultados Agregada.....	132
Quadro 42 - Balanço Individual 2015.....	133
Quadro 43 - Demonstração de Resultados 2015	135
Quadro 44 – Distribuição do Crédito por Sectores	137
Quadro 45 – Evolução do Número de CAs – por Dimensão	138
Quadro 46 – Evolução do Número TPAs – por Dimensão	138
Quadro 47 – Índice de Actividade de Instrumentos e Meios de Pagamento Electrónicos.....	139
Quadro 48 - Distribuição de Serviços Bancários por Província em 2015.....	139
Quadro 49 - Distribuição da Rede de Agências em 2015	140
Quadro 50 – Quadro Síntese da Actividade do Sistema Bancário.....	143
Quadro 51 Ranking do Activo em 2015	144
Quadro 52 - Ranking do Activo em 2014.....	144

Índice de Gráficos, Esquemas e Ilustrações

Gráficos

Gráfico 1 - Taxa de crescimento real do PIB.....	13
Gráfico 2 - Preço do Ouro (lado esquerdo) e Índices da FAO (lado direito).....	16
Gráfico 3 - Preços do petróleo	17
Gráfico 4 - Evolução da Conta de Bens (lado esquerdo) e das Reservas Internacionais (lado direito)	20
Gráfico 5 - Venda de Divisas	22
Gráfico 6 - Taxas de Câmbio Nominais.....	23
Gráfico 7 - Evolução da Receita, Despesa e Défice Fiscal (lado esquerdo) e das Receitas Fiscais Petrolíferas (lado direito).....	24
Gráfico 8 - Evolução das Receitas OGE 2016 vs OGE 2016 Rev. (lado esquerdo) e Evolução das Despesas OGE 2016 vs OGE 2016 Ver. (lado direito).....	26

Gráfico 9 - Cotação Eurobond com maturidade 2025.....	27
Gráfico 10 - Indicador de Clima Económico (lado esquerdo) e Indicador de Confiança - 2T2016 (lado direito).....	28
Gráfico 11 - Taxa de Crescimento Real do PIB (%).....	30
Gráfico 12 - Inflação Homóloga e Mensal.....	31
Gráfico 13 - Taxas de Juros Directoras.....	32
Gráfico 14 - Evolução Base Monetária (Excl. ME).....	33
Gráfico 15 - Transacções MMI e FCO.....	34
Gráfico 16- Evolução Homóloga do Crédito ao Sector Privado (lado esquerdo) e dos Depósitos (lado direito).....	38
Gráfico 17 - Mercado de Registo de Títulos de Tesouro MN.....	38
Gráfico 18 – Evolução do Número de Instituições Bancárias em Actividade.....	43
Gráfico 19 - Estrutura Accionista por natureza da participação maioritária.....	44
Gráfico 20 – Distribuição do Activo por Dimensão das Instituições Financeiras em 2015.....	45
Gráfico 21 – Evolução do Número de Trabalhadores por Dimensão.....	49
Gráfico 22 - Distribuição dos Recursos Humanos por Habilitações Literárias em 2015.....	50
Gráfico 23 - Distribuição Percentual dos Recursos Humanos por Idades, em 2015.....	52
Gráfico 24 - Formação por Área Temática em 2015.....	52
Gráfico 25 – Evolução do Número de Agências.....	55
Gráfico 26 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado da Rede Bancária.....	56
Gráfico 27 – Distribuição do Número de Agências por Dimensão em 2015.....	57
Gráfico 28 – Distribuição do Número de Agências por 1.000 km ² em 2015.....	57
Gráfico 29 – Distribuição do Número de Agências por 100.000 Adultos em 2015.....	58
Gráfico 30 – Evolução de Terminais Bancários.....	59
Gráfico 31 – Índice de Herfindahl relativo à Quota de Mercado dos Terminais Bancários.....	60
Gráfico 32 – Evolução do Rácio Número de Levantamentos em CAs sobre o Número de Pagamentos em TPAs.....	61
Gráfico 33 - Evolução do Índice de Actividade das CAs e TPAs.....	61
Gráfico 34 – Distribuição do Número de CAs por 1.000 km ² em 2015.....	62
Gráfico 35 – Distribuição do Número de CAs por 100.000 Adultos em 2015.....	62
Gráfico 36 – Evolução do Índice de Actividade dos Cartões de Pagamento Multicaixa.....	64
Gráfico 37 – Disponibilidade de Serviços Bancários por Província em 2015.....	68
Gráfico 38 - Número de Contas (em % da População Adulta) em 2014.....	70
Gráfico 39 - Estrutura do Activo.....	75
Gráfico 40 – Evolução do Crédito por Moeda.....	77
Gráfico 41 – Evolução do Rácio Crédito Vencido sobre Crédito Total.....	79

Gráfico 42- Crédito em Mora (% do Crédito Total) em 2015	79
Gráfico 43 – Distribuição do Crédito por Sectores em 2015	82
Gráfico 44- Estrutura dos Títulos e Valores Mobiliários	84
Gráfico 45 – Estrutura do Funding	85
Gráfico 46 – Evolução dos Depósitos	88
Gráfico 47 - Estrutura das Captações para Liquidez	90
Gráfico 48 - Formação do Resultado Antes dos Impostos Agregado em 2015	92
Gráfico 49 – Decomposição da Margem Financeira em 2015.....	94
Gráfico 50 – Estrutura dos Custos Administrativos.....	94
Gráfico 51 – Evolução do Rácio Cost-to-Income	95
Gráfico 52 – Evolução do ROAE e ROAA (%).....	96
Gráfico 53 – Índices de Herfindahl relativos à Quota de Mercado do Activo	99
Gráfico 54 – Evolução do Índice de Herfindahl relativo ao Crédito	99
Gráfico 55 –Índice de Herfindahl relativo aos Depósitos de Clientes	100
Gráfico 56 – Evolução do Rácio de Transformação.....	102
Gráfico 57- Crédito ao Sector Privado (% do PIB) em 2015	103
Gráfico 58- Evolução do Peso dos Depósitos e Crédito em ME	103

Esquemas

Esquema 1- Perfil do Trabalhador Bancário em 2015	51
---	----

Ilustrações

Ilustração 1 – Distribuição da Rede Bancária por Província em 2015.....	65
---	----

Este relatório pode ser reproduzido, desde que seja citada a fonte.

ABANC

Empreendimento Comandante Gika · Travessa Ho Chi Minh

Edifício Garden Towers · Torre B · Piso 17 · Bloco B3

Bairro Alvalade · Maianga · Município de Luanda · Angola

Telefax 222 712 228

E-mail: info@abanc.ao